

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Laís Saldanha Melo

Letícia Aparecida de Oliveira Vandanezi

Cotidiano e Serviço Social

Juiz de Fora

2023

Laís Saldanha Melo

Letícia Aparecida de Oliveira Vandanezi

Cotidiano e Serviço Social

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientador (a): Profa. Dra. Isaura Gomes de Carvalho Aquino

Juiz de Fora

2023

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFJF

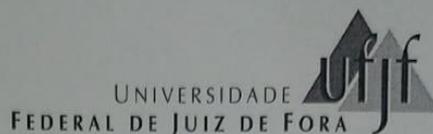
Melo, Laís Saldanha.

Cotidiano e Serviço social / Laís Saldanha Melo, Leticia Aparecida de Oliveira Vandanezi. – 2023. -- 146 f.

Orientadora: Isaura Gomes de Carvalho Aquino.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social)—Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2023.

1. Serviço social. 2. Cotidiano. 3. Intervenção profissional. I. Vandanezi, Leticia Aparecida de Oliveira. II. Aquino, Isaura Gomes de Carvalho. III. Título.



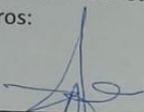
Laís Saldanha Melo
Letícia Aparecida de Oliveira Vandanezi

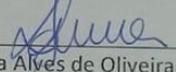
Cotidiano e Serviço Social

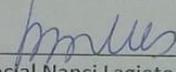
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Política de Ação do Serviço Social, como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Serviço Social, na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientador(a): Dra. Isaura Gomes de Carvalho Aquino

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado em 18/12/2023, por banca composta pelos seguintes membros:


_____ (assinar)
Profa. Dra. Isaura Gomes de Carvalho Aquino – Orientador(a)


_____ (assinar)
Profa. Dra. Ednéia Alves de Oliveira


_____ (assinar)
Ma. Assistente Social Nanci Lagioto Hespagnol Simões

Nota: 100

Juiz de Fora
Dezembro, 2023

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus por nos dar essa oportunidade.

Agradecemos a Universidade Federal de Juiz de Fora por nos proporcionar um espaço tão privilegiado e rico. Que viva a Universidade pública e de qualidade.

Agradecemos a nossa querida orientadora Isaura Gomes de Carvalho Aquino que nos ajudou em todo esse processo, com paciência e extrema dedicação. Você tornou esse trabalho possível. Agradecemos também a nossa banca, professora Ednéia Alves que se dispôs a estar conosco nessa fase e também agradecemos a Nanci Lagioto que esteve conosco desde o TCC I. Suas pontuações foram de suma importância para o desenvolvimento desse trabalho.

Eu, Laís, agradeço a minha família, José Luís, Diana, Larissa e Luke, agradeço as minhas amigas Maikeline e a Letícia e em especial, meu noivo Marcelo, que me deu apoio emocional e suporte nesse processo. Sem vocês eu jamais conseguiria passar pelo período de formação. Muito Obrigada, amo vocês.

Eu, Letícia, agradeço aos meus pais André Luiz e Sílvia, a minha avó Maria José, aos meus tios Carlos e Marinês e minhas primas Maria Eduarda e Ana. Aos meus amigos, em especial minha dupla de TCC Laís Mello. Aos meus professores e em especial ao Caps AD, suas assistentes sociais Giselle, Paula e Ana Paula. E por fim, minha cachorrinha Bella (a neném de irmã). A vida tem mais sentido com vocês.

RESUMO

Esse trabalho de conclusão de curso apresenta como objetivo compreender a forma como o cotidiano reflete no trabalho profissional da categoria de assistentes sociais nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, buscando entender como a dinâmica da cotidianidade dificulta o processo de respostas eficazes aos usuários que buscam o Serviço Social, identificando os fatores que influenciam no cotidiano profissional de assistentes sociais. Para isso, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica com artigos dos ANAIS do XVI e XVII CBAS realizando uma categorização dos dados, que resultaram em categorias de análise sobre o tema. Diante disso, foi identificado que a reestruturação produtiva, o neoliberalismo, o Estado, as políticas e direitos sociais, as demandas e requisições, a autonomia relativa, o imediatismo, o conservadorismo e a precarização do trabalho são fatores que incidem no cotidiano de atuação e refletem no processo de respostas que os assistentes sociais darão no seu espaço de trabalho. Destarte, destaca-se que além dos desafios e limitações colocadas no espaço de trabalho do/da assistente social existem possibilidades profissionais que nos permitem dar e criar respostas críticas e pautadas no método histórico-dialético, buscando uma nova forma de sociabilidade, com viés de superação do sistema capitalista que explora a classe trabalhadora.

Palavras-chave: cotidiano, serviço social, cotidianidade, intervenção profissional.

ABSTRACT

This course conclusion work aims to understand how everyday life reflects on the professional work of the category of social workers in different socio-occupational spaces, seeking to understand how the dynamics of everyday life hinder the process of effective responses to users who seek the Service Social, identifying the factors that influence the daily professional life of social workers. For this, a bibliographical research was developed with articles from the annals of the XVI and XVII CBAS, categorizing the data, which resulted in analysis categories on the topic. In view of this, it was identified that productive restructuring, neoliberalism, the State, social policies and rights, demands and requests, relative autonomy, immediacy, conservatism and the precariousness of work are factors that affect daily work and reflect on the process of responses that social workers will give in their workspace. Therefore, it is highlighted that in addition to the challenges and limitations placed on the social worker's workspace, there are professional possibilities that allow us to give and create critical responses based on the historical-dialectic method, seeking a new form of sociability, with a bias of overcoming the capitalist system that exploits the working class.

Keywords: everyday life, social service, daily, professional intervention.

SUMÁRIO

Introdução.....	9
Capítulo 1. O redirecionamento do Estado, das políticas e direitos sociais mediante ao processo de reestruturação do capital e do apogeu da ideologia neoliberal.....	17
1.1 Estado e relações sociais de produção e reprodução: a contradição social em questão.....	17
1.2 Crise do capital, reestruturação produtiva e neoliberalismo.....	36
1.3 O desmonte das políticas sociais e o ataque aos direitos sociais em tempos de ofensiva neoliberal.....	51
Capítulo 2. Como o espaço de trabalho profissional e como seu cotidiano é/são atingido(s) na conjuntura de crise do capital.....	68
2.1 Demandas e requisições aos/às assistentes sociais: os limites e potencialidades de respostas atravessadas pela relativa autonomia profissional.....	68
2.2 A estrutura da vida cotidiana frente a dinâmica do imediatismo das respostas profissionais.....	88
2.3 Conservadorismo e Serviço Social: sua relação com a profissão e como esse pensamento impõe influxos no trabalho cotidiano do/da assistente social.....	100
2.4 A precarização do trabalho.....	113
Considerações Finais.....	130
Referências Bibliográficas.....	137

Introdução

A vida de todos os dias, que abrange a todos os sujeitos, é a vida cotidiana. Ela se apresenta de forma múltipla, de diferentes formas e faces. Se apresenta nas atividades de rotina, nas relações estabelecidas, em um mundo perpassado pela alienação, pela rotina, pelos sonhos e complexidades. Ela reflete um modo de existência social, apresenta a possibilidade do consumo, do controle e dominação. Todavia, é nela também que se apresenta um espaço de possibilidades, de mudanças e transformações (CARVALHO; NETTO, 2000).

A cotidianidade também é visualizada como lugar do inesperado, do prazer, não é uma criação da imaginação e nem se apresenta como fixa, podendo se transformar concretamente em decorrência da ação que os homens realizam em um dado momento histórico. Nesse sentido, não se mostra a nós como uma forma de especulação do nosso pensamento, ao contrário, ela é uma determinação ontológica da vida social experimentada pelos seres sociais. (CARVALHO; NETTO, 2000).

Portanto, esse Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), tem como objeto de estudo o Cotidiano e Serviço Social e busca enfatizar a importância da investigação e desvelamento dessa questão no contexto do capital periférico brasileiro, buscando compreender suas especificidades nesse determinado modo de produção. Ou seja, enfatizando o surgimento do Serviço Social no contexto de desenvolvimento capitalista e da expansão urbana, bem como seus desdobramentos no que tange a dinâmica das relações sociais que atinge essa cotidianidade e sua influência nas atividades e respostas às demandas, que correspondem a uma determinada direção social frente ao trabalho profissional (IAMAMOTO, 2006). Esse tema foi escolhido devido ao interesse que surgiu ao longo das discussões acerca do cotidiano no processo de formação em diferentes disciplinas, principalmente de Ética e Serviço Social, Trabalho e Serviço Social e nas Oficinas de Trabalho Profissional.

Ressalta-se, portanto, a atuação contraditória de assistentes sociais em decorrência da luta das classes e de seus interesses. O profissional, nesse sentido, responde a demanda do capital, dessa forma, participando do processo de dominação, entretanto, efetua respostas também que auxiliam no processo de sobrevivência da classe trabalhadora. Dessa forma, atende tanto ao capital, quanto à classe trabalhadora, o que se configura em uma atuação

contraditória por interesses de classes (IAMAMOTO, 2006). O profissional que se compromete com a classe trabalhadora e com a defesa de seus direitos sociais deve estar atento às dinâmicas que as relações sociais assumem na sociedade burguesa e os desafios que essas dinâmicas impõem ao trabalho de assistentes sociais na cotidianidade.

A pesquisa teve como finalidade compreender a forma como o cotidiano é apreendido pelos/pelas assistentes sociais e, como ele reflete no trabalho profissional da categoria nos diferentes espaços sócio-ocupacionais. Partindo dessa análise, busca-se como objetivo entender a forma em que a esfera da vida cotidiana interfere no desvelamento das demandas sociais, buscando detectar como a cotidianidade dificulta o processo de respostas eficazes aos usuários que buscam o Serviço Social nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, identificando os fatores que influenciam no cotidiano profissional.

Esses fatores são discutidos a partir de uma pesquisa bibliográfica realizada no site do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) referentes ao XVI CBAS, no ano de 2019 com o tema 40 anos da "Virada" do Serviço Social, e o XVII CBAS em 2022, que tem como tema central a crise do capital e exploração do trabalho em momento pandêmico: repercussões no Brasil e na América Latina. Os artigos do CBAS foram escolhidos porque esse é um espaço de diálogo e reflexão que são referência para a categoria de assistentes sociais e por promoverem a interlocução entre os/as assistentes sociais de diferentes espaços sócio-ocupacionais.

Tendo como base o XVI e o XVII CBAS, a amostra foi retirada para a pesquisa, constituindo-se de 40 artigos no total, sendo 20 do XVI CBAS (2019) e 20 do XVII CBAS (2022). Em suma, o trabalho é uma pesquisa bibliográfica de artigos publicados em dois CBAS (XVI e XVII), em que foi resgatado, a partir desses artigos, categorias de análise que incidem no cotidiano de trabalho de assistentes sociais.

O Procedimento utilizado na pesquisa foi a seleção desses 40 artigos, retirados diretamente nos sites <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/index> (2019) e <https://www.cfess.org.br/cbas2022/>. Foram selecionados os filtros “trabalho, questão social e Serviço Social” e “Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional”, encontradas na parte destinada aos “eixos temáticos”. Essa escolha parte da necessidade de delimitar a amostra, direcionando a leitura a um eixo mais específico do trabalho profissional

dos/das assistentes sociais, em que esses eixos traziam uma proximidade maior com o trabalho profissional.

Aplicamos os filtros e realizamos as leituras dos resumos de cada texto apresentado por esses eixos e o processo de inclusão foram os artigos que traziam os elementos que se aproximavam do tema proposto, ou seja, que tratavam do trabalho profissional de assistentes sociais em seu cotidiano. Isso porque se aproximavam da proposta de pesquisa, pois traziam elementos sobre como os/as assistentes sociais compreendem o cotidiano e seus reflexos no trabalho profissional. Após a seleção dos artigos, realizamos as leituras da amostra coletada, o que nos proporcionou identificar novas determinações que influenciam no cotidiano do trabalho profissional.

Para o alcance do objetivo desse TCC, o trabalho está dividido em dois capítulos, cujo se realizou um processo de categorização desses dados que implicam diretamente no cotidiano do profissional. O primeiro capítulo tem o foco nas seguintes categorias analíticas apreendidas dos artigos publicados nos XVI e XVII CBAS (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais): Estado, reestruturação produtiva, neoliberalismo, políticas sociais e direitos sociais. Nessa primeira parte compreende-se o Estado como um produto da sociedade civil, pois expressa a dinâmica contraditória da realidade social. Entende-se como reestruturação produtiva um processo de reorganização do capitalismo em busca de novas formas de retomar os lucros e manter o processo de exploração. Para se estabelecer no campo ideológico, esse processo terá como base os ideais neoliberais que irão trazer novos direcionamentos para o estado, para as políticas e direitos sociais e para a forma que se reorganiza o trabalho. Entendemos que as políticas e os direitos sociais são frutos de um processo de luta entre as classes sociais, emergindo como uma resposta do Estado à organização e resistência da classe trabalhadora.

O segundo capítulo está assentado sobre as categorias: demandas, requisições e respostas profissionais, autonomia relativa, imediatismo, conservadorismo e precarização do trabalho profissional. Entende-se como demandas e requisições as necessidades sociais dos sujeitos sociais em uma determinada realidade social. Os/As assistentes sociais, então, mobilizarão respostas profissionais que objetivam atender as demandas dos usuários e dos sujeitos que o contratam. Para realizar seu trabalho e dar respostas profissionais, os/as assistentes sociais utilizarão de sua autonomia relativa para mobilizar ações e seus conhecimentos técnicos em seus espaços sócio-ocupacionais. O imediatismo, assim como as

demais categorias, foi apontado diversas vezes na amostra como um fator influente no cotidiano, pois a dinâmica imediata impede o profissional de compreender os fenômenos sociais em sua totalidade. Discute-se sobre o conservadorismo entendendo-o como um aspecto que fortalece a manutenção da ordem burguesa, porquanto suas concepções contribuem para a manutenção da ordem capitalista exploratória, porque tende a culpabilizar os sujeitos e perseguir as minorias sociais. Finalizamos debatendo sobre a precarização do trabalho, que se entende pelas novas formas de exploração e intensificação da mão de obra, que se dá no contexto do processo de reestruturação produtiva, do desmonte dos direitos trabalhistas e do aumento das taxas de desemprego.

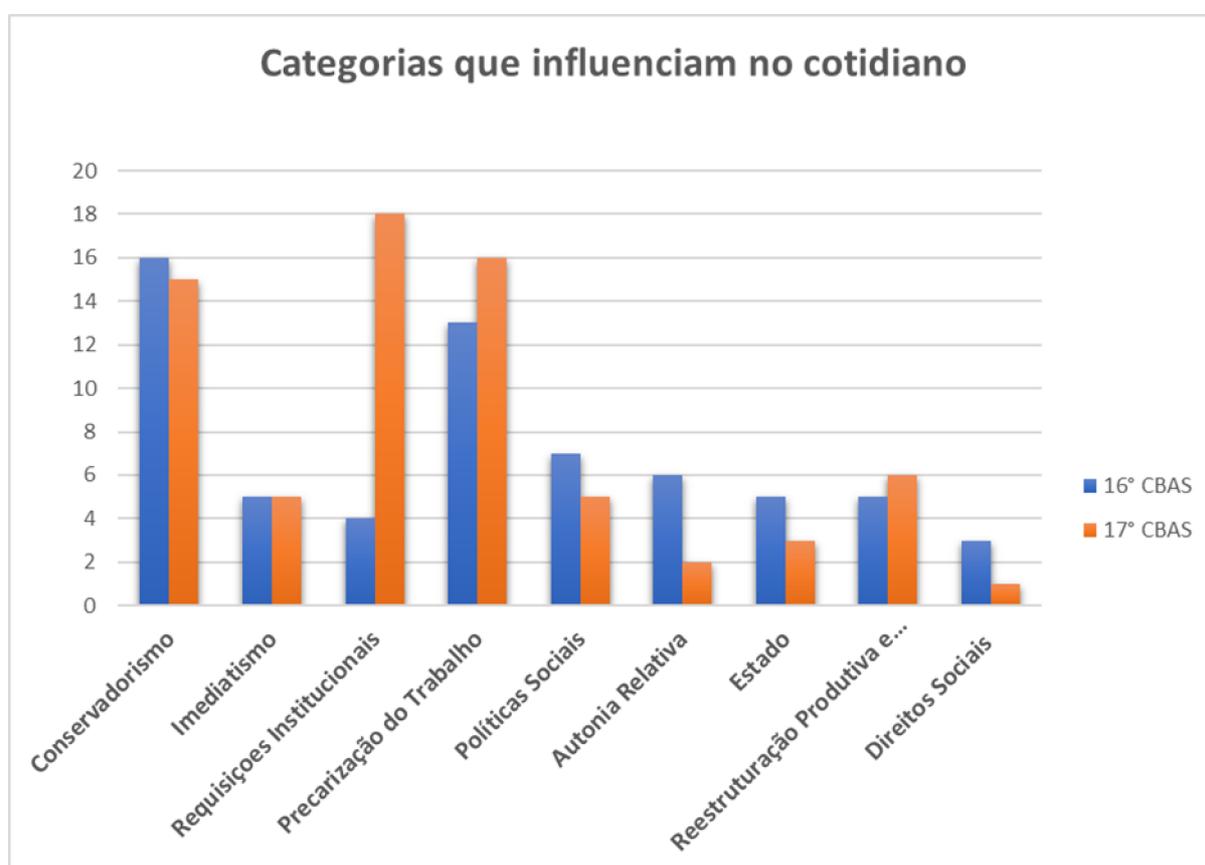


Figura 1: Fonte: elaborado pelas autoras Laís Saldanha Melo e Leticia Aparecida de Oliveira Vandanezi.

A figura 1 demonstra as categorias levantadas perante a leitura realizada, bem como o número de vezes que foram citadas nos artigos selecionados. Essas categorias representam fatores que influenciam diretamente no processo de respostas de assistentes sociais às demandas profissionais em seu cotidiano de trabalho. São frutos da dinâmica do capitalismo que opera um processo de acirramento da questão social impondo a superexploração à classe

trabalhadora. Essas categorias irão apresentar limites e desafios ao/à assistente social em seu cotidiano de trabalho, porém, esse processo não deve ser mantido com um olhar fatalista da realidade social, mas como uma forma de analisar os fenômenos além do imediatismo, para que assim, pautados na historicidade e na dialética, possamos ter uma atuação crítica diante da realidade social em que vivemos.

É nesse lugar do trabalho profissional, que se realiza no cotidiano, que se justifica o trabalho de conclusão de curso (TCC), entendendo que os/as assistentes sociais efetivam seu trabalho nessa cotidianidade. O tema da vida cotidiana e o Serviço Social é de suma importância para a categoria profissional, compreendendo-o como “fonte permanente de investigação” (CARVALHO; NETTO, 2000, p. 15) em tempos de ofensiva do capital e do neoliberalismo, bem como também, do avanço do conservadorismo e da pós-modernidade. É no cotidiano profissional que se materializam as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa que compõem a profissão e é no espaço da vida cotidiana que os profissionais podem demarcar sua posição ao lado da classe trabalhadora, “ou assumir e incorporar uma postura funcional e conservadora utilizando-se da tecnocracia enquanto elemento de controle e apaziguamento de conflitos de interesses na luta entre classes sociais antagônicas (capital X trabalho)” (BERTOLLO, 2016, p. 349).

Desse modo, faz-se imperativo o desvelamento da vida cotidiana e de suas determinações nas relações sociais dispostas no contexto do capitalismo para que dessa forma, o/a profissional do Serviço Social, em seus diferentes espaços sócio-ocupacionais, possa olhar com criticidade e mobilizar ações que visam romper com o desafio posto ao profissional na questão de identificar as demandas e compreendê-las além do pragmatismo. Para isso, é imprescindível que os/as assistentes sociais não se levem pelo imediatismo e praticismo, mas que busquem construir, junto aos usuários a quem atendem, ações que enfrentam e superam as mais variadas expressões da questão social (BERTOLLO, 2016). Ademais, entender a dinâmica da vida cotidiana e os fatores determinantes presentes nela, também auxiliam na compreensão e enfrentamento à ofensiva conservadora que, como destaca Yazbek (2020), caracteriza o nosso tempo presente.

Tempo presente este que se dá em um momento de ofensiva do capital em momento de crise desse modo de produção desde 1970, resultando ainda no redimensionamento do Estado no que tange o tratamento da questão social e de suas diversas expressões na cotidianidade (BEHRING; BOSCHETTI, 2008 apud SILVA; TENÓRIO, 2017). Todavia, só

é possível compreender as relações sociais capitalistas no Brasil entendendo as determinações históricas que fomentaram a consolidação do modo de produção capitalista em nosso país. Afinal, o entendimento do trabalho profissional realizada na cotidianidade das relações sociais envolve a apropriação da perspectiva marxista que:

(...) está condicionada profundamente pelas determinações econômicas, articuladas às determinações políticas, sociais e culturais, tanto do ponto de vista da demanda como do ponto de vista da provisão dos serviços sociais. Não se trata, pois, de uma evolução de formas de bem-estar, nem de melhoria do modo de viver pela ação das classes dominantes. As provisões de bem-estar social são, pois, resultantes de uma disputa por poder e recursos em movimentos de forças de interesses antagônicos, mas que se repõem e compõem conjuntamente (FALEIROS, 2014, p. 708).

Nessa perspectiva, a análise crítica baseada no método materialista histórico-dialético nos permite olhar para o cotidiano profissional de forma crítica, entendendo a complexidade das demandas, como destaca Faleiros (2013 apud FALEIROS, 2014, p. 709), “tanto por efetivação de direitos como por cuidados específicos que exigem dos profissionais a análise das relações gerais e particulares dessas condições e do poder de enfrentá-las”.

É nesse cotidiano, gerido direta ou indiretamente pelo Estado, que se busca modelar o sujeito, transformando-o em um robô consumista e eficiente na produção de riquezas que os/as assistentes sociais exercerão sua atuação. É preciso, portanto, compreender e se apropriar do entendimento de que “a vida cotidiana é, para o Estado e para as forças capitalistas, fonte de exploração e espaço a ser controlado, organizado e programado” (CARVALHO; NETTO, 2000, p. 20).

No estudo da vida cotidiana, como destacam Carvalho e Netto (2000), muitos buscam a compreensão pautada na totalidade, outros se perdem na fragmentação das ciências sociais. O resultado disso pode se evidenciar na visão da cotidianidade como restrita a fenômenos microssociais ou na contestação de suas determinações. De acordo com Lefebvre (1981 apud CARVALHO; NETTO, 2000), a maioria dos estudos sobre o cotidiano exclui a questão política de seus debates, sendo contagiada pelo pragmatismo, dessa forma, estudar sobre esse tema auxiliará em uma análise correta, pois a “paixão otimista e cínica sobre o cotidiano nega qualquer possibilidade de análise e crítica” (CARVALHO; NETTO, 2000, p. 20).

É no cotidiano que estabelecemos fins e objetivos para nossas ações, todavia estes são perpassados por circunstâncias determinadas. Para Heller (2016), as circunstâncias são as relações sócio-humanas, “as próprias relações e situações humanas mediatizadas pelas

coisas” (HELLER, 2016, p. 8), representando ainda “a unidade de forças produtivas, estrutura social e formas de pensamento, ou seja, um complexo que contém inúmeras posições teleológicas, a resultante objetiva de tais posições teleológicas” (HELLER, 2016, p. 8). Como apontam Carvalho e Netto (2000, p. 23) sobre esse cotidiano, “raras são as pessoas que o rompem ou o suspendem, concentrando todas as suas forças em atividades que as elevem desse mesmo cotidiano e lhes permitam a sensação e consciência do ser homem total, em plena relação com o humano e a humanidade de seu tempo”.

Não há possibilidade de exclusão do cotidiano da vida social. Os/As assistentes sociais precisam se apropriar das determinações e expressões que a cotidianidade impõe ao seu trabalho. Nesse sentido, “o cotidiano está presente em todas as esferas da vida do indivíduo. (...) O cotidiano e a cotidianidade existem, penetram eternamente em todas as esferas da vida do homem.” (CARVALHO; NETTO, 2000, p. 24), portanto, se torna ineliminável da realidade social.

Realidade essa, marcada pelas diversas manifestações da questão social, em um terreno demarcado pelas classes sociais e suas lutas e que estão inseridas em um movimento contraditório e repleto de complexidades. Em consonância com Yazbek (2020, p. 294), “as relações sociais são sempre mediatizadas por situações, instituições, contextos nos quais se engendram como totalidade as relações sociais que configuram a sociedade capitalista e que revelam/ocultam as relações sociais imediatas”.

Conforme Iamamoto (2006, p. 72) “a reprodução das relações sociais é a reprodução da totalidade do processo social”, por isso envolve a propagação de um modo de vida no cotidiano social, essa reprodução das relações sociais “atinge a totalidade da vida cotidiana, expressando-se tanto no trabalho, na família, no lazer, na escola, no poder, etc., como também na profissão” (IAMAMOTO, 2006, p. 73). Profissão essa que se “situa como área de produção de conhecimentos, sobre o processamento dessa especialização do trabalho coletivo, sobre as condições de vida da população com a qual trabalha, e especialmente sobre a realidade social, econômica, política e cultural onde se insere” (MOTA, 2016 apud YAZBEK, 2020, p. 294).

Diante disso, é necessário exercitar uma análise da cotidianidade, com um viés crítico, como aponta Carvalho e Netto (2000, p. 90), por meio do “apelo a uma postura teórico-metodológica e a um sistema categorial”. É impossível desvelar a vida cotidiana e

suas determinações na contemporaneidade sem se apropriar dos instrumentos formados pela crítica da economia marxiana (CARVALHO; NETTO, 2000).

Para que possamos ultrapassar a dinâmica da cotidianidade, devemos ter como norte uma atuação profissional exercida em consonância com o Projeto Ético-Político (PEP) e resguardada nas normativas, como na Lei nº. 8.662/1993 (BRASIL, 1993), que regulamenta a profissão e no Código de Ética de 1993, além da apropriação teórico-metodológica propiciada pela produção de conhecimento crítico da categoria, outrossim a adoção de uma postura investigativa e reflexiva, que analisa as determinações da vida cotidiana por meio do método materialista histórico-dialético. Essa base define uma posição de comprometimento com a competência profissional, além de demarcar “competências e os valores éticos norteadores do trabalho profissional” (COUTO, 2009, p. 1), reiterando assim, “as posições que vêm sendo construídas pela categoria profissional em defesa dos direitos sociais” (COUTO, 2009, p. 1).

Somente dessa forma o profissional terá possibilidades de suspensão desse cotidiano, buscando entender os fenômenos sociais e estudá-los, se debruçando sobre suas determinações no contexto capitalista, mantendo uma análise crítica e dialética, pautada na historicidade. Para tanto, traremos no TCC, elementos que nos auxiliam no processo de reflexão da realidade a qual se intervém.

Capítulo 1. O redirecionamento do Estado, das políticas e direitos sociais mediante ao processo de reestruturação do capital e do apogeu da ideologia neoliberal

1.1 Estado e relações sociais de produção e reprodução: a contradição social em questão

Frente às pesquisas relacionadas sobre os artigos do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), foi possível identificar aspectos que impactam diretamente no cotidiano profissional dos/das assistentes sociais. Entre esses aspectos, o papel do Estado aparece como fator que atinge o cotidiano profissional. Para compreensão, é necessário destacar a conexão entre a profissão e o capitalismo, buscando refletir sobre as determinações do capital na conjuntura de construto da profissão, apreendendo também a centralidade do trabalho (TINTI, 2015) e o papel do Estado. Para tal análise, foram levantados alguns artigos durante a pesquisa que contribuíram para a identificação do Estado como fator que interfere na dinâmica do cotidiano profissional, entre eles Lopes *et al.* (2019).

Em seu artigo ao XVI CBAS, Lopes *et al.* (2019), propõem análises a partir do estudo realizado pelos autores, visando provocar uma compreensão crítica da realidade profissional frente ao cotidiano de trabalho. Os autores apresentam desafios que interferem no cotidiano de atuação, entre eles, a dinâmica do Estado. Para entendermos o trabalho dos/das assistentes sociais no cotidiano e os fatores que os transpassam, retomamos brevemente o trabalho em seu sentido ontológico, as determinações capitalistas e depois, trabalharemos a questão do Estado e cotidiano.

1.1.1 O modo de produção capitalista: a imposição de um sistema planetário de caráter desigual e exploratório.

Silva (2019) com base na teoria social de Marx, aponta que o trabalho é a base ontológica para o homem na sociedade. Neste momento, participam não somente homens, mas a natureza, processo em que o homem age realizando um intercâmbio com a natureza. É nesse processo que o homem se coloca em movimento, apropriando-se da natureza,

transformando-a e sendo transformado por ela, buscando lhe dar uma forma útil. (MARX, 2008 apud SILVA, 2019).

O trabalho possui centralidade ontológica, sendo o lugar em que se parte para a humanização do homem. Exerce um papel ativo, não passivo frente à consciência, projetando finalidades e estabelecendo meios para alcançar seus fins, portanto, não se realiza sem a teleologia. Portanto, o trabalho transforma o sujeito e também o objeto em que se destina o ato, produzindo uma consciência histórica.

Portanto, o trabalho se apresenta como elemento inerente ao homem, independente da estrutura social em curso. O trabalho é o momento em que o ser modifica o ambiente que vive, modificando também, a si próprio. Nesse processo que envolve o trabalho, o homem executa uma transformação com um determinado fim no objeto através do instrumental de trabalho. O produto porta um valor de uso, ou seja, que responde a determinadas necessidades humanas, estando o trabalho imerso no objeto que atuou (MARX, 2008 apud SILVA, 2019).

O ser social possui racionalidade, vontades e capacidade de se autodeterminar, revelando sua autonomia. Dessa forma, o ser social possui racionalidade para escolher entre alternativas que ele mesmo cria, inferindo sobre seu próprio destino. Ele delibera no sentido de que faz escolhas para alcançar certo objetivo, revelando a teleologia do trabalho, frente a uma consciência ativa no seu processo de construção (MARX, 2008 apud LOPES *et al.*, 2019, p. 4).

Essa configuração que possui o trabalho em sua ontologia, vai ser modificada pela imposição que o processo alienante do modo de produção capitalista coloca nessa atividade. Nesse contexto, o trabalhador, o ser que executa um trabalho, vê-se em um momento fragmentado, não observando a totalidade do processo que está imerso, um processo de exploração de sua força de trabalho.

Na pesquisa realizada, Lopes *et al.* (2019) em seu artigo ao XVI CBAS reafirmam em sua publicação ao XVI CBAS esse assunto, ao apontarem que no contexto capitalista, o trabalho perde a noção de totalidade e de reconhecimento como parte do processo, colocando então uma condição alienada de produção, “agora não mais para atender as necessidades de subsistência, da vida do trabalhador, mas, as necessidades do capital” (LOPES *et al.*, 2019, p. 5).

O trabalho mobiliza o sujeito, estimulando a criatividade e mobilizando sua capacidade teleológica, ou seja, sua capacidade de projetar e antever aquilo que ainda não existe. Porém, no modo de produção capitalista, até mesmo nossos sentidos são envolvidos e capturados, e nos vemos apenas como meros executores de um sistema já determinado, tendo a visão de que nossa capacidade de planejar fora aprisionada. No cotidiano dos/das assistentes sociais isso não é diferente, nos vemos presos nas burocracias das políticas sociais, com ordens determinadas pelo Estado e instituições, como meros executores das políticas sociais.

Lopes *et al.* (2019) em seu artigo ao CBAS dialogam com essa perspectiva em seu artigo, ao trazerem, com base em Marx, que o trabalho é o momento em que o ser social desenvolve sua criatividade, por meio de sua teleologia. Esse é o momento em que esse ser planeja, projeta e executa sua ação, exercendo sua capacidade criativa, transformando a natureza e sendo transformado por ela. Todavia, o modo de produção capitalista modifica essa configuração do trabalho. Os autores vão defender com base em Marx que o trabalho agora é visto de forma fragmentada, e este se vê apenas como um executor na produção de uma determinada mercadoria, ou seja, não mais como um sujeito ativo em todo processo (MARX, 2008 apud LOPES *et al.*, 2019).

Para Netto e Braz (2007) “o capitalismo contemporâneo particulariza-se pelo fato de, nele, o capital estar destruindo as regulamentações que lhe foram impostas como resultado da luta do movimento operário e das camadas trabalhadoras.” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 225). Sobre tal, Finelle (2003 apud IAMAMOTO, 2015) indica que

A produção de capital subordina e assimila a si, progressivamente, todo o espaço e todo sentido da vida individual e coletiva, tornando-a funcional à produção de si como lucro ampliado. Ou seja, o capital se faz totalidade e enquanto totalidade é, ao mesmo tempo, produção de mercadorias, produção de classes, isto é, de relações sociais desiguais, que terminam por se tornar opostas, e produção de formas de consciência moral, enquanto princípios de uma visão de mundo (FINELLI, 2003, p. 101 apud IAMAMOTO, 2015, p. 52).

O objetivo do capital é a busca de lucros, para isso utiliza dos mais diversos meios e instrumentos para se estabelecer. Ele atinge os postos de trabalho, invadindo o cotidiano profissional, isso porque não lhe interessa abarcar apenas determinados sentidos da vida sujeitos, não basta para esse sistema usurpar grande parte do trabalho criado pelo trabalhador. Sua intenção é envolvê-lo de forma total, atingindo as relações sociais e atuando na produção de suas ideologias.

A reprodução das relações sociais de produção envolvem a contradição capital e trabalho, isto é, as contradições de classe, não apenas a reprodução dos meios de produção. Ou seja, a sociedade torna-se lugar dessa reprodução nos mais diversos espaços de poder, tais como na família, na empresa, no mercado, na vida cotidiana do homem. Romper com a naturalização da reprodução torna-se um desafio para o profissional do Serviço Social nos mais variados espaços do cotidiano de atuação. Nesse sentido, "é necessário, portanto, um esforço de apreender as mediações que envolvem a produção e reprodução da questão social e suas múltiplas expressões, que são objeto de trabalho do assistente social" (IAMAMOTO, 2015, p. 54).

O modo de produção capitalista é dominante mundialmente, Netto e Braz (2007) afirmam que "na entrada do século XXI, esse modo de produção é dominante em todos os quadrantes do mundo, configurando-se como um sistema planetário" (NETTO; BRAZ, 2007, p. 95). Esse modo de produção não se apoia em equilíbrio, mas sim nas contradições, sendo constituído de tensões que configuram as crises como elementos centrais. Mesmo que se apresente como sistema planetário a partir do século XXI, o capitalismo se desenvolveu de formas desiguais pelo mundo, criando um sistema de dependência de alguns países por outros. (ORTIZ, 2010).

Sob formas de mercadorias que o capital se expressa, ditando os meios de produção e de vida. Para Iamamoto, "nas relações que os homens estabelecem através da troca de seus trabalhos equivalentes, materializados em objetos, o caráter social de seus trabalhos aparece como sendo relação entre os produtos de seus trabalhos, entre coisas, independentes de seus produtores" (IAMAMOTO, 2009, p. 34). As relações se apresentam como relação entre objetos materiais, encobrendo a relação social concreta entre os homens que está ocultada pelas coisas.

Netto e Braz (2007) apontam que a mercadoria é um objeto externo ao trabalhador, objeto este que satisfaz as necessidades do homem, sendo a necessidade material ou espiritual, portanto possuindo valor de uso. Os autores destacam ainda que "a mercadoria é um valor de uso que se produz para a troca, para a venda" (NETTO; BRAZ, 2007, p. 79), portanto, sintetizando valor de uso e valor de troca e valor.

Na sociedade capitalista, o objetivo principal da produção não é a satisfação das necessidades sociais, mas sim sua própria valorização, ou seja, a valorização do capital por

meio da produção de mais-valor. (IAMAMOTO, 2009). O lucro é a força que move o modo de produção capitalista, ou como Netto e Braz (2007, p. 97) afirmam, “é a força motriz do MPC”. Portanto, quando a classe trabalhadora entrega ao capitalista o valor de uso de sua força de trabalho ela “cria, pois, em antítese consigo mesma, os próprios meios de sua dominação, como condição de sobrevivência.” (IAMAMOTO, 2009, p. 47). O capitalista explora a força de trabalho durante uma determinada jornada, em um determinado período de tempo, “na qual o trabalhador não só produz o trabalho necessário para a sua subsistência, mas um trabalho excedente ou um valor excedente”. (IAMAMOTO, 2009, p. 49)

Netto e Braz (2007) apontam que a produção capitalista impõe relações sociais que possibilitem comprar a mercadoria força de trabalho e sujeitos que são submetidos a vendê-la, haja vista que esse é o único bem que possuem. Dessa forma, "a produção capitalista só pode ter continuidade se também for contínua a produção das relações sociais que engendram aqueles sujeitos. Em suma: a reprodução capitalista só é viável se ela reproduzir as relações sociais que põem frente a frente capitalistas e proletários" (NETTO; BRAZ, 2007, p. 136).

O modo de produção capitalista, "produz por conseguinte não apenas a mercadoria, não apenas a mais-valor, mas produz e reproduz a própria relação capital, de um lado capitalista, do outro o trabalhador assalariado" (MARX, 1984, p. 161 apud NETTO; BRAZ, 2007, p. 137).

O capitalismo possui um caráter antidemocrático que se revela principalmente em sua fase monopolista, pois "a concentração do poder econômico conduziu e está conduzindo a uma enorme concentração do poder político" (NETTO; BRAZ, 2007, p. 224). As chamadas, por Netto e Braz (2007), "elites orgânicas" compostas por empresários, executivos, cientistas, engenheiros, analistas, passaram a conduzir uma política por meio de instituições, de agências e de entidades de caráter nacional, a exemplo o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional. Nesse sentido, o capital instrumentaliza a atuação desses órgãos com a intenção de controlar as estratégias que se adequam melhor aos propósitos do capital. "O poder de pressão dessas instituições sobre os Estados capitalistas mais débeis é enorme e lhe permite impor desde a orientação macroeconômica, frequentemente direcionada aos chamados "ajustes estruturais", até providências e medidas de menor abrangência". (NETTO; BRAZ, 2007, p. 225).

A manutenção do processo de produção capitalista garante a continuidade do processo de produção e reprodução de classes sociais, reproduzindo o trabalhador separado, ou nos termos de Iamamoto (2009), divorciado das condições de trabalho. Diante disso, “capital e trabalho assalariado se criam mutuamente no mesmo processo. Assim é que o processo de produção capitalista é um processo de relações sociais entre classes”. (IAMAMOTO, 2009, p. 53).

O trabalhador produz e reproduz o capital; produz e reproduz a classe capitalista que a personifica, enfim, cria e recria as condições de sua própria dominação. Portanto, a relação entre o trabalhador e o produto de seu trabalho é uma relação entre o produtor e um objeto alheio, dotado da condição de exercer poder sobre ele. (IAMAMOTO, 2009, p. 55).

Netto e Braz (2007) expõem que na sociedade que se funda no capitalismo, a produção é também reprodução. Para os autores, "enquanto processo que deve dispor de continuidade, a produção traz consigo elementos que, ao fim de cada fase produtiva, lhe permitem reiniciar-se. Nisso consiste a reprodução: ao cabo de uma fase produtiva, estão expostos todos os requisitos para que a produção tenha prosseguimento" (NETTO; BRAZ, 2007, p. 136).

Conforme Iamamoto (2009), a produção ocorre na vida em sociedade, portanto a produção se constitui como uma atividade social. Segundo a autora, tanto no ato da produção quanto da reprodução é exercida uma ação transformadora da natureza. Além de social, essa forma de produção é histórica, não tratando de objetos materiais, mas sim das relações sociais que envolvem esse processo, conforme Iamamoto, “trata-se de relação social entre pessoas, entre classes sociais que personificam determinadas categorias econômicas” (IAMAMOTO, 2009, p. 30).

O capital lança estratégias que impõem sua lógica para sua própria ampliação. A produção social é histórica, não tratando de objetos materiais, mas da relação social entre os sujeitos, entre as classes, nesse sentido, “o que aparece como relação entre objetos materiais é uma relação social concreta entre homens, oculta por trás das coisas” (IAMAMOTO, 2006, p. 35). Para que haja a continuidade desse processo de produção capitalista, torna-se imperativo a produção e reprodução das classes sociais. Esse processo de produção capitalista reproduz o trabalhador sem condições de trabalho, como trabalhador assalariado, então, “capital e trabalho assalariado se criam mutuamente no mesmo processo. Assim é que o processo de

produção capitalista é um processo de relações sociais entre classes” (IAMAMOTO, 2006, p. 53).

Buscando reproduzir e se manter, o sistema capitalista de produção exige a reprodução das relações sociais de produção, visando se legitimar no campo ideológico, para estabelecer sua lógica com o intuito de se ampliar por meio de diversos mecanismos de dominação. Conforme Castro (2000), isso se estabelece como um impulso que coloca em movimento forças para o desenvolvimento da profissão.

Diante disso, o capitalista compra a força de trabalho a fim de explorá-la durante determinado tempo, na qual o trabalhador produz além do trabalho necessário, o trabalho excedente que gera um valor excedente ao capital. O caráter social das condições de trabalho aparece como algo dado ao trabalhador, apresentam-se como se fossem fruto do capital e não do trabalho (IAMAMOTO, 2006).

Como resultado, a alienação não se dá apenas na relação com o produto, mas no próprio ato da produção, vendo o trabalho como algo externo. Assim, a aparente transformação das relações sociais em relação entre coisas é própria do processo de produção e reprodução do capital. A exploração exercida por esse sistema se expressa tanto nas condições de saúde, de habitação, como na degradação moral e intelectual do trabalhador. Indubitavelmente, o tempo livre do trabalhador é cada vez menor, sendo absorvido pelo capital nas horas extras de trabalho, no trabalho noturno, o que desorganiza a vida familiar (IAMAMOTO, 2006).

Essa subordinação não se expressa somente na produção, mas em toda a vida da classe trabalhadora, pois sua vida é organizada em torno da venda de sua força de trabalho. Assim, os hábitos, como a mulher é vista em seu papel, o uso do tempo fora do trabalho, o consumo, toda organização de vida da classe se dá com base na sua condição de proletariado. Aos profissionais de Serviço Social cabia adaptar a classe trabalhadora a sua condição social, adequando os sujeitos à realidade, utilizando-se de meios técnicos e ideológicos para cumprir essa requisição. Há uma subordinação da força de trabalho ao modo de produção capitalista, apresentando fenômenos complexos que para os profissionais, eram vistos como disfuncionalidades que precisavam ser corrigidas. Utilizava-se de meios em que acreditavam estar ali, a cura para os males sociais (CASTRO, 2000).

A reprodução das relações sociais é a reprodução da dominação. Este é um processo eminentemente político, em que as classes dominantes têm no Estado o instrumento privilegiado do exercício de seu poder no conjunto da sociedade, paralelamente, criam-se formas mistificadas de exploração que apresentam as desigualdades entre classes como normais. A reprodução das forças produtivas não se relaciona apenas no sentido material, como no campo da produção, da distribuição, da troca ou consumo das mercadorias, mas na globalidade do processo, pois envolve a produção e reprodução espiritual, nesse sentido, formas de consciência social que legitimam essa ordem, envolvendo os aspectos religiosos, jurídicos, religiosos ou filosóficos (IAMAMOTO, 2006).

A reprodução das relações sociais envolve não só mercadorias, não se destina a um aspecto fragmentado da vida social, mas diz respeito de uma totalidade do processo social. Ou seja, envolve reproduzir um modo de vida que atinge o cotidiano social, como o modo de viver e de trabalhar, de se relacionar, de se pensar. Uma forma socialmente determinada que tem o objetivo de legitimar os ideais da classe dominante (IAMAMOTO, 2006).

1.1.2 O desenvolvimento do capitalismo no Brasil, do Estado brasileiro e do Serviço Social. A emergência do Serviço Social na ordem do capital imerso nas relações entre Estado e sociedade.

Entende-se o Estado como um produto da sociedade civil, nele as contradições surgem das relações de produção. Partimos da concepção de que a sociedade molda o Estado, não o contrário, pois reflete as relações que se estabelecem na realidade social.

O Estado é a instância que diz representar o interesse universal, mas representa uma classe. Ele cumpre a universalidade reproduzindo o interesse da classe dominante. Assim, o Estado tem a aparência da universalidade, mas a sua realidade efetiva é particular, na medida em que ele garante a organização das condições gerais de um sistema social (ou organização da produção), no qual e pelo qual a burguesia existe como classe dominante (MONTAÑO; DURIGUETTO, 210, p. 37 apud SILVA, 2019).

Mesmo com o processo de Independência, o Brasil se mantinha preso às raízes do modelo antigo, não conseguindo romper com o modelo de dependência, na época ligado ainda à metrópole. Evidencia-se então a típica organização do Estado que se perpetua até hoje, uma organização de cunho conservador, mantendo estruturas sociais do colonialismo.

Enquanto a Europa estabelecia bases para o capitalismo monopolista, a realidade brasileira se pautava em uma economia agroexportadora, restrita a poucos.

Portanto, o que se vislumbrava não eram rupturas, mas uma adequação, à combinação de padrão tradicional, a articulação do “arcaico” com o “moderno”. (ORTIZ, 2010). Vê-se a permanência de características coloniais e escravocratas. Um Estado em que permanece o predomínio da violência, com novas roupagens, com novos instrumentos, com a defesa de instituições que atacam a democracia, que atacam a classe trabalhadora e os grupos marginalizados. Um Estado que se fecha às demandas da classe trabalhadora, mas se abre ao capital externo.

Dependente do capital externo, surge o Estado nacional que destina o poder à classe dominante, afastando maioria da população da política, sendo que grande parte continuou imersa na escravidão, longe da cidadania e alheia a política (SILVA, 2019). Mota (2009) vai trazer que o desenvolvimento do Estado no Brasil é diferente daqueles que tiveram em sua trajetória o Welfare State, pois no país o Estado constitui-se como um resultado de processos e de relações sociais presentes nesse contexto nacional. Um contexto que revela um processo de modernização conservadora, e que através desta foi consolidada a industrialização e o crescimento econômico. Todavia, o crescimento econômico vivido no Brasil concentrou as riquezas, não havendo redistribuição dos frutos colhidos pela expansão para a grande parte da população. No Brasil não houve a experiência welfareana, mesmo que no país tenha se buscado estabelecer políticas de proteção social a partir de 1940.

Ortiz (2010) indica que o processo de substituição da monocultura para a indústria não propiciou o fortalecimento de uma relação de maior autonomia com o capitalismo monopolista, mas agravou a subalternidade do país à economia internacional. A partir de 1930, Getúlio Vargas assume a presidência do Brasil com o objetivo de excluir o poder oligárquico de cena e fortalecer a burguesia industrial.

Com a chamada "Revolução de 1930", Getúlio "estimulou o desenvolvimento industrial, propiciando a substituição de importações e instaurando uma política protecionista que beneficiou a indústria nacional, mais tarde favorecida ainda pela crise mundial do período". (CASTRO, 2000, p. 102). A partir dos anos 50 se observou o crescimento da indústria, isso porque no contexto da época, a estatização de alguns setores e uma maior

autonomia do Estado respondia aos interesses do capital, tendo em vista que determinados riscos seriam somente do aparelho estatal. (ORTIZ, 2010).

Mediante a tal conjuntura, de estabelecimento e imposição de uma lógica capitalista, que vai se estruturar e se estabelecer as funções do Estado. Nesse contexto também vão se estabelecer as lutas sociais entre as classes buscando a hegemonia e buscando impor seus interesses ao Estado. A burguesia busca manter seu domínio enquanto a classe trabalhadora vai lutar contra a exploração vivida diante desse sistema opressor (CASTRO, 2000).

No período até 1964 se observa a consolidação de um Estado que buscava o desenvolvimentismo, com políticas de substituição de importações (como exemplo citado por Silva, a promoção da indústria automobilística) e instituições-chave, como as estatais, a exemplo, a Petrobras. Mas a partir de 1960, esse processo entra em declínio, principalmente a partir da Ditadura Militar (SAMPAIO JR.. 2012 apud SILVA, 2019). Com apoio dos Estados Unidos, as reformas estruturais são interrompidas de forma violenta, agravando e cristalizando a dependência externa e a segregação social como base de acumulação de capital. Estabeleceu-se uma sociedade mercantil, antinacional e antidemocrática (SILVA, 2019).

O Serviço Social não está à margem da história, portanto a profissão deve ser compreendida considerando o desenvolvimento das relações de produção e reprodução capitalista e as particularidades do país. Para análise do surgimento da profissão, destaca-se a constituição do mercado de trabalho baseado nos moldes do capital e o amadurecimento dos centros urbanos. Esse é o momento em que “a manutenção e a reprodução, por meio do salário, está a cargo do próprio operário e de sua família” (IAMAMOTO, 2006, p. 125).

Nesse sentido, o Estado coloca a responsabilidade da situação social no trabalhador, promovendo a venda de sua força de trabalho, submetendo a classe à exploração abusiva. Não apenas no seu local de trabalho, mas em todas as esferas sociais. Diante dessa realidade, aparece a necessidade de impor uma regulamentação jurídica do trabalho pelo Estado, o Estado busca criar instrumentos que legitimem seus ideais burgueses.

As Leis Sociais, que representam a parte mais importante dessa regulamentação, se colocam na ordem do dia a partir do momento em que as terríveis condições de existência do proletariado ficam definitivamente retratadas para a sociedade brasileira por meio dos grandes movimentos sociais desencadeados para a conquista de uma cidadania social. Em torno da “questão social” são obrigados a posicionar-se às diversas classes e

frações de classe dominantes, subordinadas ou aliadas, o Estado e a Igreja. (IAMAMOTO, 2006, p. 126).

Nesse sentido, Silva (2022) em seu artigo ao XVII CBAS afirma que o Serviço Social no Brasil emerge com uma relação com o ideal católico, o trabalho se pautava na moralização dos problemas sociais, visando integrar o “cliente” à sociedade capitalista que buscava se estabelecer. Para Yaszbeq (2009, p. 3 apud SILVA, 2022), a “[...] “questão social” como problema moral e numa intervenção que prioriza a formação da família e do indivíduo para solução dos problemas e atendimento de suas necessidades materiais, morais e sociais.”

Iamamoto (2006) aponta que os anos de 1917 a 1920 são momentos em que a ação assistencialista da elite se desenvolve, formando base para o surgimento do Serviço Social. O Serviço Social surge inicialmente ligado à Igreja, “como um departamento especializado da Ação Social, embasado em sua doutrina social” (IAMAMOTO, 2006, p. 140). Diante desse cenário, afirma-se então que o Serviço Social surge com bases doutrinárias, no movimento de reforma conservadora (IAMAMOTO, 1992, apud ORTIZ, 2010). Esse discurso se baliza na minimização de excessos, sendo importante veículo que trabalhava em conter as crises cíclicas do capital e o avanço da ameaça comunista. No entanto, no cenário apresentado pela década de 1930, o Estado passa a organizar as políticas sociais intencionado em diminuir a tensão com a classe burguesa. (ORTIZ, 2010).

Ao se observar a historicidade das políticas sociais no capital monopolista, entende-se que a emergência destas se associa diretamente com a emergência da questão social. Mesmo que historicamente a questão social seja anterior ao capitalismo monopolista, foi através de suas sequelas e acirramento que ela pôde se transformar em objeto de trabalho, posteriormente, dos/das assistentes sociais. As expressões da questão social são objeto de intervenção do Estado por meio das políticas sociais, que por sua vez, são funcionais ao monopólio do capital (ORTIZ, 2010).

O Serviço Social, emerge no cenário mundial a partir da década de 1920, no contexto do pós Primeira Guerra Mundial, pois após esse acontecimento a questão social aparece de forma mais evidente, ademais, destaca-se formas de organização da classe trabalhadora e movimentos de ação social, principalmente europeus (OLIVEIRA; CHAVES, 2017), todavia o Serviço Social surgiria em 1936 no Brasil.

A partir dos anos 1940, o positivismo permeia o conservadorismo da Igreja católica, nesse sentido o positivismo é integrado aos referenciais técnicos do discurso cristão. Isso

porque havia uma exigência pela qualificação frente às políticas desenvolvidas pelo Estado com o desenvolvimento do capital no território (SILVA, 2022). Em suma, o Serviço Social lançará suas bases para enfrentamento das expressões da questão social e a partir da complexificação da dinâmica capitalista e seus desdobramentos na realidade social.

A questão social está ligada à formação da classe operária, bem como de sua entrada como classe social no cenário político, buscando o reconhecimento do Estado e a implementação de políticas que levem em conta seus interesses (IAMAMOTO, 2006). As Leis Sociais surgem do aprofundamento do capitalismo que deslocam a questão social, da perspectiva moral para a política, no sentido de assumirem a centralidade das contradições que perpassam a sociedade. Iamamoto (2006) destaca que nesse sentido, essas contradições não se resumem a diferença entre “abençoados e desabençoados pela fortuna, pobres e ricos, ou entre dominantes e dominados” (IAMAMOTO, 2006, p. 127), mas da contradição entre proletariado e burguesia. Essa nova característica da questão social deriva do crescimento do proletariado, dos laços de solidariedade política e ideológica que são base para “a construção e para a possibilidade objetiva e subjetiva de um projeto alternativo à dominação burguesa” (IAMAMOTO, 2006, p. 127).

Como citado, no contexto da consolidação da indústria e do capitalismo no Brasil, o Estado passa a incentivar o ramo industrial, com viés voltado para expansão e organização do mercado interno, bem como da capitalização e da acumulação do setor. O proletariado, então, se mostrou capaz de exercer pressões sobre o Estado, sendo necessário a incorporação das reivindicações dos diferentes setores sociais para que possa se legitimar (CASTRO, 2011).

A questão social “expressa a subversão do humano própria da sociedade capitalista contemporânea” (IAMAMOTO, 2015, p. 125), que manifesta as desigualdades sociais de forma naturalizada, de forma tal que as necessidades sociais se submetem ao poder das coisas (IAMAMOTO, 2015). A pobreza que se produz historicamente é vista de forma indiferente, os trabalhadores “universalmente subjugados, abandonados e desprezados” (IAMAMOTO, 2015, p. 126), adquirem o status de sobrantes em detrimento das necessidades do capital (IAMAMOTO, 2015).

Como apontado, é necessário a compreensão das particularidades históricas e suas determinações para entendimento da totalidade do processo. Na sociedade brasileira, existe a tendência de recriar “elementos de nossa herança histórica colonial e patrimonialista, ao

atualizar marcas persistentes, e ao mesmo tempo, transformá-las, no contexto de mundialização do capital sob a hegemonia financeira” (IAMAMOTO, 2015, p. 128). O país ao adentrar na divisão internacional do trabalho, carrega a sua história de formação e organização frente a relação entre Estado e sociedade, que imprime atributos na forma de configuração das classes, grupos e dos indivíduos (IAMAMOTO, 2015), refletindo também nas bases de surgimento e estabelecimento da profissão. Em suma, “o novo surge pela mediação do passado, transformando e recriando e novas formas nos processos sociais do presente” (IAMAMOTO, 2015, p. 128). Iamamoto (2010) afirma ainda que “a modernidade das forças produtivas do trabalho social convive com padrões retrógrados nas relações no trabalho, radicalizando a questão social” (IAMAMOTO, 2015, p. 129).

No Brasil a burguesia não buscou um desenvolvimento autônomo e nacionalista, mas sim a uma democracia restrita, de forma tal universalizar seus interesses de classe a toda nação, isso se deu por meio do Estado e suas formas de hegemonia (FERNANDES, 1975 apud IAMAMOTO, 2015). Em nossa sociedade, o capitalismo monopolista se expande ao lado da dominação imperialista, produzindo e reproduzindo as desigualdades internas do país. “Ela aprofunda as disparidades econômicas, sociais e regionais, na medida em que favorece a concentração social, regional e racial de renda, prestígio e poder” (IAMAMOTO, 2015, p. 132). Ela produz a dominação política fazendo com que o Estado assuma um papel decisivo unificando os interesses da classe burguesa e suas frações, impondo os seus interesses, seus valores e também suas ideologias para toda a sociedade (IAMAMOTO, 2015).

O Estado, que é captado pela classe burguesa, utiliza instrumentos coercitivos de forma a restringir e impedir o exercício da cidadania bem como a participação política das classes subalternas. Diante desse cenário, a sociedade civil é atravessada pelo autoritarismo exercido pelo Estado. Apresenta-se um quadro então, em que "a burguesia, no seu horizonte cultural e no seu circuito político, adapta-se à industrialização intensiva na consolidação da economia brasileira como uma economia de regulação monopolista, agravando o desenvolvimento desigual interno e intensificando a dominação externa" (IAMAMOTO, 2015, p. 139).

Evidencia-se a exclusão dos trabalhadores nas decisões do Estado através da repressão centralizadora. A exclusão da cidadania tem sido parte do cotidiano das classes subalternas, agravando-se as desigualdades. Estas impulsionam o amadurecimento político nas lutas operárias, nas reivindicações do movimento negro, nas lutas pela terra, no

sindicalismo, etc. (IAMAMOTO, 2015). Ianni (1992 apud IAMAMOTO, 2015, p. 140) aponta que existe uma tendência de naturalização da questão social, essa tendência é combinada com o "pensamento social brasileiro, com o assistencialismo e a repressão, em uma criminalização "científica" da questão social".

Destarte, “a questão social é indissociável da sociabilidade capitalista e, particularmente, das configurações assumidas pelo trabalho e pelo Estado na expansão monopolista do capital” (IAMAMOTO, 2015, p. 155-156). Ela tem origem no caráter coletivo da produção frente à apropriação da atividade humana - o trabalho - e das suas condições para realização. É inseparável da emergência do “trabalho livre”, condensando o conjunto das desigualdades e lutas sociais produzidas no movimento das relações sociais expressadas em tempo de capital fetiche. Possui determinantes históricos “que condicionam a vida dos indivíduos sociais, quanto dimensões subjetivas, fruto da ação dos sujeitos na construção da história” (IAMAMOTO, 2015, p. 156). A questão social é uma arena de lutas que expressa diferentes interesses de classe que carregam as particularidades históricas do país. (IAMAMOTO, 2015).

Portanto, a questão social precede à implantação do Serviço Social, que se dá nesse movimento histórico, surgindo inicialmente sob influência da Igreja Católica, se estabelecendo a partir do acirramento da questão social. Dessa forma, a especificidade que se dá a profissão está localizada na demanda social. Diante do cenário de dominação burguesa há a tentativa de organização do proletariado, exigindo seu reconhecimento como classe pelo Estado. “A hegemonia burguesa não pode basear-se apenas na coerção, necessitando estabelecer mecanismos de integração e controle” (IAMAMOTO, 2006, p. 132). Em resposta ao movimento do proletariado o Estado na primeira república responde com repressão policial, sendo a violência do Estado uma característica no trato dos movimentos de luta da classe trabalhadora. Iamamoto (2006) aponta que “a boa sociedade da época” terá um posicionamento que varia entre “a hostilidade e o apoio explícito à repressão policial e a ações caridosas e assistencialistas” (IAMAMOTO, 2006, p. 133).

O Serviço Social é integrado ao setor público mediante ao controle do Estado para com a sociedade, visto que "a profissão se consolida, então, como parte integrante do aparato estatal e de empresas privadas, e o profissional, como um assalariado a serviço das mesmas." (IAMAMOTO, 2006, p. 79), em virtude desse contexto, "não se pode pensar a profissão no processo de reprodução das relações sociais independente das organizações institucionais a

que se vincula" (IAMAMOTO, 2006, p. 79), pois ela se integra aos aparatos de poder que implementam a política social, seu significado social deve ser compreendido por tais características.

A institucionalização do Serviço Social dentro da divisão social do trabalho vincula-se ao crescimento das instituições prestadoras de serviços sociais e assistenciais, geridas ou subsidiadas pelo Estado, além da iniciativa privada visando a manutenção do operariado para maior extração do trabalho excedente. Como destacado acima, sua origem está ligada à Igreja, articulada aos movimentos de Ação Social e Ação Católica com justificção ideológica da Doutrina Social da Igreja, a caridade. Enfatiza-se que “a demanda de sua atuação não deriva daqueles que são o alvo de seus serviços profissionais - os trabalhadores - mas do patronato, que é quem diretamente os remunera, para atuar, segundo metas estabelecidas por estes, junto aos setores dominados” (IAMAMOTO, 2006, p. 83).

A profissionalização do Serviço Social não deriva da ciência, ou da filantropia, nem das formas de ajuda do Estado que visavam controlar a pobreza. Todavia, está ligada à expansão das relações sociais capitalistas da industrialização e urbanização que são acompanhadas pela questão social. O Estado centraliza a política assistencial e as prestações de serviços, dessa forma são estabelecidas bases sociais para o mercado de trabalho dos/das assistentes sociais (IAMAMOTO, 2015).

O Serviço Social deixa de ser um mecanismo da distribuição da caridade privada das classes dominantes - rompendo com a tradicional filantropia - para se transformar em uma das engrenagens da execução das políticas públicas e de setores empresariais, que se tornam seus maiores empregadores. (IAMAMOTO, 2015, p. 171).

1.1.3 Cotidiano: um lugar de complexidades que expressam as relações sociais, o Estado e o capital.

Inquestionavelmente, a reprodução das relações sociais exerce influência no cotidiano dos sujeitos sociais, haja vista que as relações sociais são mediadas por instituições, situações e contextos que refletem e configuram a sociedade capitalista, revelando e/ou ocultando as relações sociais imediatas (IAMAMOTO, 2020). Sua reprodução é reprodução da totalidade da vida social, envolvendo não só “a reprodução da vida material, mas também a reprodução espiritual da sociedade e das formas de consciência social através das quais o homem se

posiciona na vida social” (IAMAMOTO, 2011, apud IAMAMOTO, 2020, p. 294). Portanto, “o processo de reprodução das relações sociais é, também, o processo de reprodução das contradições fundamentais que a conformam, estas se recriam e se expressam na totalidade das manifestações do cotidiano da vida em sociedade.” (IAMAMOTO, 2006, p. 94).

Mas o que é esse cotidiano? O cotidiano é a vida do próprio sujeito, é o lugar de movimento, contradições, ambiguidades e complexidades. Como caracteriza Heller (2016), a vida cotidiana

é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se “em funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias (HELLER, 2016, p. 25).

Todos esses elementos que norteiam a vida cotidiana impedem que as realizações dos sujeitos se concretizem de forma inteira e completa, pois o ser da cotidianidade é ativo, portanto agindo em sua realidade, e receptivo, no sentido de estar imerso em uma realidade determinada. (HELLER, 2016).

Quando falamos sobre cotidiano, trazemos também a ideia da cotidianidade. A cotidianidade se encontra no âmbito da racionalidade, revelando o cotidiano de forma racional, sendo gerada por ele. A cotidianidade se apresenta como um fio condutor para conhecimento da sociedade, ela situa o cotidiano no global. (LEFEBVRE, 1991 apud NÓBREGA, 2017). A cotidianidade “é o esforço do pensamento filosófico para entender o movimento imposto pelo cotidiano” (NÓBREGA, 2017, p. 34)

Para Lefebvre (1981 apud CARVALHO; NETTO, 2000), para compreender a vida cotidiana deve-se considerar três perspectivas:

A primeira perspectiva que o autor trabalha é a **busca do real e da realidade**, entendendo aqui que o cotidiano possui um dado sensível e prático, que se relaciona com a subjetividade, com os hábitos, as emoções, comportamentos e um dado abstrato que são as “representações e imagens que fazem parte do real cotidiano, sem, no entanto, perder-se no imaginário” (LEFEBVRE, 1981 apud CARVALHO; NETTO, 2000, p. 21).

A segunda perspectiva diz da **totalidade**. Lefebvre (1981 apud CARVALHO; NETTO, 2000) ao basear-se em Lukács (1974), aponta que só podemos conhecer os fatos como realidade a partir da integração dos fatos da vida social, pois é no todo que se encontra o

conceito e a realidade (LEFEBVRE, 1981 apud CARVALHO; NETTO, 2000). Faz-se imperativo destacar que a realidade é histórica, está em constante estruturação e desestruturação, sendo importante captar sua historicidade e movimento (CARVALHO; NETTO, 2000).

A terceira se refere sobre “às **possibilidades da vida cotidiana enquanto motora das transformações globais**” (LEFEBVRE, 1981 apud CARVALHO; NETTO, 2000, p. 21). A práxis revolucionária tem no cotidiano das classes oprimidas a base para a transformação da realidade.

De acordo com Carvalho e Netto (2000), a vida cotidiana constitui-se de uma esfera precisa, a esfera do homem concreto. O mundo em que vivemos constitui-se de um ambiente imediato, as objetivações se realizam no cotidiano, nele se realizam atividades de reprodução do homem, que por sua vez, criam a possibilidade da reprodução social. Nesse sentido, “o indivíduo se reproduz diretamente enquanto indivíduo e reproduz indiretamente a totalidade social” (CARVALHO; NETTO, 2000, p. 26).

Portanto, “a vida cotidiana não está ‘fora’ da história, mas no ‘centro’ do acontecer histórico: é a verdadeira ‘essência’ da substância social” (HELLER, 2016, p. 27). Sendo a vida cotidiana do indivíduo, este que é sempre, de forma simultânea, ser particular e genérico (HELLER, 2016), participante do coletivo, da humanidade, está em potência, que nem sempre se realiza.

Enquanto indivíduo, portanto, é o homem um ser genérico, já que é produto e expressão de suas relações sociais, herdeiro e preservador do desenvolvimento humano; mas o representante do humano-genérico não é jamais um homem sozinho, mas sempre a integração (tribo, demos, estamento, classe, nação, humanidade) – bem como, frequentemente, várias integrações – cuja parte consciente é o homem e na qual se forma sua “consciência de nós”. (HELLER, 2016, p. 29).

A passagem do homem inteiro para o inteiramente homem, que é a unidade consciente entre o particular e o genérico, só acontece com o rompimento dessa cotidianidade (CARVALHO; NETTO, 2000). Esse processo de mediação denomina-se como homogeneização, que só ocorre “quando o indivíduo concentra toda sua energia e a utiliza numa atividade humana genérica que escolhe consciente e autonomamente” (HELLER, 1972 apud CARVALHO; NETTO, 2000, p. 27)

Carvalho e Netto (2000) em consonância com Heller, destacam algumas formas de suspensão dessa cotidianidade, sendo elas: o trabalho, a arte, a ciência e a moral. Sendo essa suspensão não vista como uma fuga, pois como afirmam os autores, retornamos a ela de forma modificada, e com essas suspensões nos reapropriamos do ser genérico tornando a percepção do cotidiano enriquecida. A singularidade então se reconhece na universalidade (totalidade) sentindo a plenitude consigo próprio e com os outros sujeitos (CARVALHO; NETTO, 2000). Desse modo, a “suspensão é temporária, mas a apreensão de plenitude obtida permite ganhos de consciência e possibilidade de transformação do cotidiano singular e coletivo” (CARVALHO; NETTO, 2000, p. 28).

Carvalho e Netto (2000) destacam também as determinações do cotidiano trabalhadas por Lukács, sendo elas a heterogeneidade: como a interseção das diferentes atividades que compõem o ser social; a imediatividade: relação direta do pensamento e ação; e a superficialidade extensiva: considera os fenômenos, mas não as relações que o cercam.

Essa vida cotidiana é dominada pela presença do Estado e da produção de capital dos bens de consumo (CARVALHO; NETTO, 2000). Nesse sentido, enxergamos que o Estado rege o cotidiano, ao mesmo tempo que esse Estado também é regido pela ideologia burguesa, por meio de, conforme Lefebvre (1981 apud CARVALHO; NETTO, 2000), formas diretas e indiretas. Esse agente ativo da cotidianidade, utiliza-se de leis e regulamentações, intervenções de diferentes tipos, proibições, pelos aparelhos de Justiça, pela mídia e controle das informações.

O que é que escapa no Estado? o insignificante, as minúsculas decisões nas quais se encontra e experimenta a liberdade (...). Se é verdadeiro que o Estado deixa fora apenas o insignificante, é igualmente verdadeiro que o edifício político-burocrático sempre tem fissuras, vãos e intervalos. De um lado, a atividade administrativa se dedica a tapar esses buracos, deixando cada vez menos esperança e possibilidades ao que podemos chamar de liberdade intersticial. De outro lado, o indivíduo procura alargar as fissuras e passar pelos vãos. (LEFEBVRE, 1981, p. 126-127 apud CARVALHO; NETTO, 2000, p. 18).

Portanto, o Estado moderno se apropria da cotidianidade, sendo o gestor da sociedade, sua atuação se debruça sobre o cotidiano e nas relações nele desenvolvidas. Para os moldes da produção capitalista de bens de consumo, torna-se centro de atenção essa vida cotidiana, uma vez que ela é uma base rentável econômica de fonte inesgotável de lucros. O progresso é admirado, as técnicas publicitárias utilizam de recursos para incentivar o consumo exacerbado, os meios de comunicação apresenta a sociedade do consumo de forma sedutora

como algo prático, mágico e ilusório. (CARVALHO; NETTO, 2000). Nesse sentido, os produtos, serviços e mercadorias se apresentam como essenciais, “consumi-los torna-se imperativo da era tecnológica moderna e condicionante ao chamado homem atual” (CARVALHO; NETTO, 2000, p. 18), um modelo impositivo e excludente colocado na cotidianidade dos sujeitos para conformação de um modelo capitalista de se viver.

Portanto, faz-se necessário, no estudo da cotidianidade profissional dos/das assistentes sociais, entendê-la no contexto da sociedade capitalista, da formação do Estado e no acirramento da questão social. Para Glucksmann (1981 apud CARVALHO; NETTO, 2000), baseando-se em Gramsci, as crises que marcam o processo de acumulação capitalista, o embate da burguesia com o proletariado consciente da exploração, o contexto político mundial pós-29 são bases para a revolução passiva da classe dominante. Essa revolução “contém uma soma de contradições não resolvidas” (CARVALHO; NETTO, 2000, p. 32), neutralizando a iniciativa popular, traduzindo-se na satisfação de reivindicações. Essa revolução introduziu contradições e efeitos agudos que repercutem na prática social e na vida cotidiana, tais como:

O enfrentamento da classe trabalhadora como sujeito político real; O esvaziamento progressivo do exercício da cidadania; A substituição quase total de um processo de solidariedade mecânica emanada do Estado; A perda da visibilidade dos valores essenciais ao desenvolvimento do homem enquanto ser singular e social e, com eles, a perda de referências para a transformação da sociedade. (CARVALHO; NETTO, 2000, p. 35)

Em suma, o modo de produção capitalista apresenta, desde a industrialização e urbanização, relações contraditórias que intensificaram o empobrecimento da classe trabalhadora. Esse grupo explorado toma consciência dessa condição e ingressa no cenário de luta contra a burguesia. Assim, se acirra a questão social, com a série de problemas sociais instaurados pela expansão da industrialização (SILVA, 2019).

A questão social torna-se objeto do trabalho dos/das assistentes sociais, bem como suas expressões, demandando a ação profissional no cotidiano envolto pela capital. Por isso, conhecer esse cotidiano de trabalho é conhecer a realidade do próprio objeto de trabalho, afinal os/as assistentes sociais não estão à margem desses processos de ofensiva do capital, mas imerso em uma realidade marcada pela violência, precarização, machismo, preconceitos, intolerância, etc. O cotidiano não é pano de fundo da ação profissional, mas condiciona o conhecer do objeto, partindo para uma prática transformadora. (IAMAMOTO, 2004 apud SILVA, 2019).

1.2 Crise do capital, reestruturação produtiva e neoliberalismo.

A reestruturação produtiva e o neoliberalismo são outros dados que categorizamos frente aos artigos apresentados nos XVI e XVII CBAS, que apontam tais categorias como influentes no cotidiano de trabalho e respostas de assistentes sociais, visto que elas exercem determinações que vão atingir a forma de realização do trabalho de assistentes sociais.

Sobre tais, Araújo e Araújo (2019) vão discutir em seu artigo publicado no XVI CBAS que o processo de reestruturação produtiva e a ofensiva neoliberal impõem novas demandas e respostas ao Serviço Social, pois acarretam transformações no mundo do trabalho na forma em que vão se organizar as políticas sociais, apresentando uma nova forma de produção e de reprodução social da força de trabalho, incidindo sobre a atuação de assistentes sociais. As autoras apontaram que esse processo reflete no espaço sócio-ocupacional dos/das assistentes sociais, que vão passar a desenvolver atividades no setor privado ou em organizações não governamentais.

Pelloso e Silva (2019) vão contribuir ao XVI CBAS apontando que a reestruturação produtiva vai trazer mudanças no mundo do trabalho sendo benéfica ao sistema capitalista perante à exploração do trabalho. A acumulação flexível não visa superar as contradições colocadas pelo capital, nem trazer benefícios à classe trabalhadora, mas promover mudanças em nível macroeconômicas, com intuito de adequar as condições econômicas e sociais às leis do mercado. As autoras demonstram que isso se dará a partir da redução das regulações governamentais protetoras e também da política social.

Silvino *et al.* (2019) trazem em seu artigo ao XVI CBAS a concepção de que a atuação dos/das assistentes sociais sofrem rebatimentos diante dessa conjuntura em seu cotidiano profissional, trazendo elementos no campo da saúde, como a superlotação dos leitos nos diferentes setores do hospital, os espaços insuficientes para a demanda e alta rotatividade. Os autores pautam sua discussão na ideia de que esse cenário produz uma lógica que dificulta o trabalho profissional por causa da precarização que a categoria sofre mediante esse processo de sucateamento dos serviços públicos e dos equipamentos sociais.

Santos *et al.* (2019) apontam o neoliberalismo e a reestruturação produtiva como um fator de influência na atuação profissional. Em seu artigo publicado no XVI CBAS, problematizam o contexto neoliberal na sociedade brasileira e como ele redefine o trabalho

no cenário contemporâneo, como de assistentes sociais. As autoras defendem que esse cenário busca reduzir o projeto profissional do Serviço Social a um viés prático, tecnicista e meramente instrumental, esvaziando as análises dos aspectos da totalidade e dialética social. Isso porque as novas determinações impostas exercem mudanças na forma de se dar o trabalho, requerendo intervenções imediatas e focalizadas.

Rodrigues e Sousa (2022) ao XVII CBAS trazem que as crises do capital precarizam a atuação e trazem o cotidiano um resgate ao conservadorismo, desafiando a efetivação do projeto profissional no trabalho dos/das assistentes sociais. Esse contexto se efetiva na realidade devida a adequação dos espaços sócio-ocupacionais aos ideais neoliberais, que apresentam aos trabalhadores imposições na forma de atuação de assistentes sociais, com ameaça à insegurança do mercado de trabalho.

As contribuições dos profissionais identificadas na pesquisa realizada, vão demonstrar o entendimento que essa conjuntura influencia no cotidiano de demandas e de respostas dos profissionais nos diferentes espaços em que atuam, portanto, tornou-se imperativo discutir sobre como esses desdobramentos da nova organização da produção e da ideologia neoliberal se dão em nossa realidade social.

Nos anos de 1974-1975 vislumbra-se, o que Netto e Braz (2007) vão denominar de um sinal vermelho para o capital monopolista. Diante disso, verifica-se a implementação de uma estratégia política global com objetivo de reverter essa conjuntura. Assiste-se à repressão do movimento sindical, por meio de medidas legais que restringem o poder interventivo do movimento sindical.

Em seu artigo para o XVI CBAS, Santos (2019) indica que esse esgotamento foi uma intensa crise do sistema capitalista, sendo esta, uma crise de cunho estrutural. Baseando-se em Mészáros (2002), vão apontar que a crise atinge a realidade em quatro quadrantes principais: o primeiro quadrante diz do caráter universal da crise, pois atinge todas as esferas do sistema, como a produtiva e a social, por exemplo; o segundo, pelo fato de atingir todos os países, apresentando-se com um caráter global; o terceiro, é que tem um viés permanente e cíclico e o quarto, é que essa crise vai se manifestar de forma lenta, com consequências que se manterão na realidade social. Sobre o mesmo tema, Araujo e Araujo (2019) vão afirmar em seu artigo que essa crise se apresenta de forma universal, pois “atinge as três dimensões

fundamentais do capital: a circulação, a produção e o consumo, colocando, assim, limites para a ampliação e valorização do capital” (ARAÚJO; ARAÚJO, 2019, p. 2).

Silvino *et al.* (2019) trabalham esse tema em seu artigo ao XVI CBAS indicando que até metade do século XX a produção baseava-se em um modelo taylorista-fordista, com produção e consumo em massa, homogeneização dos produtos, uso de esteira, com produção em série e padronizada, com controle do tempo e fragmentação das funções. Porém, a partir da década de 1970, esse modelo apresenta sinais de esgotamento a partir das crises que se desenrolam, com seu ápice em 1973 com a crise do petróleo, solicitando uma nova “atitude” do capitalismo para se manter predominante nesse modo de produção. Em resposta a essas crises, o capitalismo vai se reestruturar em sua produção, visando manter sua influência no mundo.

Pelloso e Silva (2019) vão indicar em sua produção ao XVI CBAS que essa reestruturação produtiva é impulsionada pelo esgotamento do modelo taylorista-fordista na década de 1970. O objetivo é a recuperação da produção, configurando seu domínio que vai ser debatido e questionados pelas lutas sociais que vão se desenvolver nesse período, lutas essas direcionadas pela classe trabalhadora. Nesse sentido, mudanças são introduzidas nos circuitos produtivos, haja vista o esgotamento do padrão de acumulação rígido, o taylorista-fordista, instaurando então a acumulação flexível, marcando a terceira fase do imperialismo (NETTO; BRAZ, 2007).

A acumulação flexível vai se pautar no ideal da flexibilidade das relações de trabalho e de produção, dos mercados, dos produtos e das formas de consumo. O surgimento de novos setores de produção com novas formas de oferta de serviços é uma característica desse modelo de produção. Os novos mercados produzem, a partir da intensificação do trabalho, novas tecnologias e novas formas de organização e gestão do trabalho (HARVEY, 1993, p. 140 apud NETTO; BRAZ, 2007, p. 215).

Ao trazerem a reestruturação produtiva para discussão, como fator que atinge o cotidiano profissional, Silvino *et al.* (2019) contribuem em seu artigo ao XVI CBAS ao afirmarem que esse modelo toyotista impõe mudanças no mundo do trabalho em escala global. Agora a demanda dita a produção, com variedades de mercadorias e estoque mínimo. “As palavras de ordem são ‘flexibilidade’, ‘just in time’, ‘controle de qualidade’”. (SILVINO *et al.*, 2019, p. 4).

Em conformidade, Silva *et al.* (2022) ao XVII CBAS também trazem tal tema em seu artigo publicado no XVII CBAS, os autores apontam que essa mudança demandava alguns requisitos, tais como as já citadas flexibilidades, a produção de variedades em curto tempo, que podia manter ou não a larga escala, apelando ainda para o alto índice de qualidade da produção, reduzindo custos.

Os processos de reestruturação produtiva têm início a partir de 1970, ancorados pelo capital transnacional ditado pelas grandes corporações e pelos governos das grandes potências centrais. O neoliberalismo é a base de sustento ideológico desse processo. (FILGUEIRAS, 1999 apud PELLOSO; SILVA, 2019).

Mediante a crise instalada, a solução apresentada é a reestruturação. "Todas as transformações implementadas pelo capital têm como objetivo reverter a queda da taxa de lucro e criar condições renovadas para a exploração da força de trabalho." (NETTO; BRAZ, 2007, p. 218).

Flexibilizar a produção é a solução encontrada, mas essa flexibilização não vai atingir somente o âmbito da produção, mas irá atingir também as relações de trabalho que se estabelecem nesse contexto, impactando no cotidiano dos trabalhadores imersos nesse contexto, com a redução dos direitos sociais, impondo um novo papel ao Estado e direcionando as políticas sociais.

Na pesquisa bibliográfica realizada a partir dos anais do XVI e XVII CBAS, foram estudadas as colocações de Pelloso e Silva (2019), que também discutem sobre o tema no XVI CBAS. Eles trazem que a flexibilidade é uma característica essencial dessa nova forma de organização que o capital impõe. Os autores nos indicam que do ponto de vista tecnológico, a automação rígida deu lugar a automação flexível, no âmbito organizacional e novas formas de organização são impostas.

Silvino *et al.* (2019) ao XVI CBAS indicam que nesse contexto de reestruturação emergem alternativas no mundo do trabalho, como as novas formas de tecnologia, mas, alternativas que vão atuar na exploração do trabalhador. Os autores vão indicar que a reestruturação produtiva promove a flexibilização e redução dos direitos sociais e trabalhistas, promovendo a desqualificação dos postos de trabalho, promovendo a terceirização, difundindo a informalidade, a precarização nas formas de trabalho temporário ou parcial, da subcontratação.

Essa flexibilidade se baseia na reestruturação produtiva em que a produção rígida é substituída. Mantém-se a produção em grande escala, porém, com mercados específicos destinados. Afinal, o capital irá buscar territórios em que encontrará mão de obra mais barata e leis de trabalho mais flexíveis, visando a maior obtenção, ou a extração de mais-valor em escala cada vez mais elevada.

Nesse contexto, o capital opera uma desconcentração industrial, ou seja, uma desterritorialização da produção, sendo destinadas principalmente a áreas subdesenvolvidas por conta da intensa exploração da força de trabalho acentuando o desenvolvimento desigual e combinado do capital (NETTO; BRAZ, 2007). Para tal, Silvino *et al.* (2019) dialogam em seu artigo ao XVI CBAS em conformidade, ao afirmarem que as multinacionais vão ser inseridas nos países de capital periférico, resultando nesse processo de desterritorialização com a visão de abarcar todo o mercado possível, o capital não estabelece limites de dominação, realizando fusões entre as grandes empresas visando deter e concentrar o poder e o controle financeiro. Surgem os oligopólios com a ampliação do capital, e a dominação ultrapassa a esfera da produção, atingindo toda a vida social dos sujeitos.

A reestruturação produtiva abarca as tecnologias que resultam do avanço científico, desenvolvendo as forças produtivas, reduzindo conseqüentemente, a demanda por trabalho vivo, essa configuração altera o processo de trabalho, atingindo a classe trabalhadora.

Netto e Braz (2007) apontam que essa dinâmica apresenta três implicações imediatas. A primeira, na expansão do *trabalhador coletivo*, com operações intelectuais cada vez mais complexas e dinâmicas. A segunda abarca os trabalhadores que atuam diretamente na produção, requerendo uma qualificação mais alta e a participação em atividades múltiplas, ou seja, a mão de obra qualificada e polivalente. Associado a esse processo, muitas atividades são desqualificadas, criando um grupo de empregados que podem ser substituídos a qualquer momento. A terceira está ligada à gestão dessa força de trabalho, assumindo o controle de diversas formas, trabalhando o ideal da participação, do envolvimento, a redução de hierarquias e valorização de equipes de trabalho, estimulando o "sindicalismo de resultados", não aleatoriamente não são chamados de operários, mas cooperados e/ou colaboradores. (NETTO; BRAZ, 2007).

A ofensiva do capital contra o trabalho apresenta a substituição da ideia do “pleno emprego” e dos “anos dourados”, pela defesa de precárias formas de trabalho esvaziadas de

proteção social e dos direitos trabalhistas. Outro aspecto expressivo se dará na defesa dos neoliberais do emprego em tempo parcial, obrigando o trabalhador a se envolver em outras funções e vínculos para complementar seu salário e garantir seu sustento. Nisso se expressa a flexibilização e a desregulamentação do trabalho, reduzindo ou eliminando os direitos e as garantias de trabalho, indo contra o que os defensores do sistema acreditavam que esse processo forneceria maiores oportunidades de emprego. O discurso defensores do neoliberalismo apresentava a ideia de que o mercado se expandiria. esse discurso foi desmentido pois “em todos os países onde o trabalho foi "flexibilizado", isso ocorreu juntamente com o *crescimento do desemprego*”. (NETTO; BRAZ, 2007, p. 219).

No capitalismo contemporâneo, com a reestruturação produtiva, nas grandes empresas os trabalhadores polivalentes e qualificados citados por Netto e Braz (2007), que possuem minimamente de direitos, formam um pequeno grupos já que a maioria da massa de trabalhadores está submetida a processos de terceirização e a garantias de direitos diminuídas ou inexistentes, com alta rotatividade e baixo salários. (NETTO; BRAZ, 2007).

Para Netto e Braz (2007), o capitalismo, no contexto mundial, não tem como objetivo romper apenas com as barreiras das relações de trabalho, mas também com os entraves sociopolíticos. Até mesmo as barreiras alfandegárias são rígidas demais para a concretização de seus objetivos, em suma, a obtenção da maior liberdade possível, pois, "a pretensão do capital é clara: destruir qualquer trava extra-econômica aos seus movimentos" (NETTO; BRAZ, 2007, p. 226). Visando alcançar essa liberdade o capital utilizou-se do conjunto ideológico neoliberal, se apropriando das teses conservadoras divulgadas pelo economista Hayek (apud NETTO; BRAZ, 2007)

O que se pode denominar ideologia neoliberal compreende uma concepção de homem (considerado atomisticamente como possessivo, competitivo e calculista), uma concepção de sociedade (tomado como um agregado fortuito, meio de o indivíduo realizar seus propósitos privados) fundada na ideia da natural e necessária desigualdade entre os homens e uma noção rasteira da liberdade (vista como uma função da liberdade do mercado). Vulgarizando as formulações de Hayek, a ideologia neoliberal, maciçamente generalizada pelos meios de comunicação social a partir dos anos oitenta do século passado, conformou uma espécie de senso comum entre os serviços do capital (entre os quais se contam os engenheiros, economistas, administradores, gerentes, jornalistas etc.) e mesmo entre significativos setores da população dos países centrais e periféricos. (NETTO; BRAZ, 2007, p. 226).

Pela concepção de liberdade de movimento buscada pelo sistema capitalista é legitimada por essa ideologia que rompe com as barreiras sociopolíticas. Netto e Braz (2007)

indicam que o primeiro foco foi o Estado e sua intervenção na economia, considerado como anacrônico e que deveria ser reformado. É nesse sentido que o significado tradicional da palavra reforma se perde, pois antes era vista no sentido de mudanças e ampliação de direitos, porém, “a partir dos anos oitenta do século XX, sob o rótulo de reforma(s) o que vem sendo conduzido pelo grande capital é um gigantesco processo de contra-reforma(s), destinado a supressão ou redução de direitos e garantias sociais” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 227).

Essa ideologia prega a redução do Estado, porém esses grandes monopólios sabem que a economia capitalista não pode funcionar sem a intervenção estatal, por isso, em contraposição, continuam a demandar essa intervenção (NETTO; BRAZ, 2007). Nesse sentido, “diminuir” o Estado não é o foco central dos capitalistas, mas sim as funções que dizem respeito à satisfação dos direitos sociais, ou seja, a função coercitiva do Estado. Portanto, quando se defende a noção de Estado mínimo, o que se quer dizer é “Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital”. (NETTO; BRAZ, 2007, p. 227).

Para Hayek (apud MONTAÑO e DURIGUETTO, 2010 apud SILVA, 2019), para desenvolver social e economicamente com liberdade é preciso ter um mercado concorrencial, pois um sistema baseado no desenvolvimento da igualdade de oportunidades e de justiça social dificulta a realização da liberdade, afinal, para ele é a concorrência no mercado que estimula o seu desenvolvimento, não a vendo como responsável da desigualdade. Segundo ele, não é função do Estado intervir na questão social, mas fornecer base para o mercado, ofertando somente o que esse mercado não pode oferecer à população. Portanto, para ele, as ações de redistribuição de renda devem ser função das Igrejas, instituições sociais, ONGs etc., e devem ser desenvolvidas de forma focalizada (SILVA, 2019).

Diante disso, verificamos que a ideologia neoliberal fornece base ideológica para o estabelecimento da reestruturação produtiva, atuando como aporte frente às lutas de classes. Constitui-se uma ofensiva contra o trabalho, pois atinge as leis e direitos trabalhistas, bem como a luta social dos sindicatos. Atravessa ainda o posicionamento do Estado, mantendo-o mínimo para as camadas subalternas. Estabelece-se novas formas de exploração e controle da classe trabalhadora, tanto dentro dos locais de trabalho, quanto fora dele, afinal a ideologia neoliberal atravessará o cotidiano dos sujeitos sociais nas mais diversas esferas da vida.

Pela pesquisa realizada, identificamos que Peloso e Silva (2019) também trazem apontamentos acerca das políticas neoliberais em seu artigo ao XVI CBAS. Eles afirmam, em

seu artigo, que as medidas do neoliberalismo visam “à adequação das condições econômicas e sociais às leis do mercado”, reduzem o poder regulador do governo que influem sobre a política social vistas como inviabilizadora da “expansão, a produtividade e a competitividade do capital” (PELLOSO; SILVA, 2019, p. 2).

O neoliberalismo promove ataques ao Estado intervencionista e de bem-estar, atingindo a cidadania que é construção histórica, partindo da reorganização do Estado. A investida neoliberal parte do ideal de “fazer do mercado a única instância a partir de onde todos os problemas da humanidade podem ser resolvidos” (TEIXEIRA, 1998, p. 196 apud PELLOSO; SILVA, 2019, p. 4).

Este modelo neoliberal se tornou hegemônico a partir da década de 1970, suas bases se encontram no liberalismo que se desenvolveu na Europa do século XVII e XVIII, com desenvolvimento e consolidação da ordem burguesa. (PELLOSO; SILVA, 2019). Essa forma de pensamento preconizava as teses de David Ricardo e de Adam Smith, os autores apresentam que a economia necessita da procura do interesse individual. Nessa lógica vão enunciar uma ideia que vai se solidificar nas entranhas da intervenção estatal liberal: a ideia de que cada indivíduo deve agir e buscar seus próprios interesses econômicos e isso, em nível coletivo, traria o bem-estar social. A primazia do mercado é colocada de forma livre e ilimitada, conseqüentemente, provocando o bem-estar. Propõe-se que a “mão invisível” do mercado livre e ilimitado regularia as relações sociais e econômicas, produzindo o bem comum à sociedade (BEHRING; BOSCHETTI, 2006 apud PELLOSO; SILVA, 2019).

Ao romper com os princípios impostos pelo absolutismo, o liberalismo ataca o Estado intervencionista como um todo, sendo sua base principal o individualismo, em que as iniciativas não podem ser barradas pelo Estado, haja vista seu ideal de que o indivíduo possui direito à liberdade econômica e política. (FILGUEIRAS, 1999 apud PELLOSO; SILVA, 2019).

Assim sendo, o liberalismo impõe o predomínio do mercado julgando-o como capaz de regular as relações sociais, porém, para que se realize, é necessária uma condição: a ausência ou quase ausência da intervenção estatal. Para o liberalismo, esse é um mal necessário pois o papel do Estado vai se resumir em garantir uma arcabouço legal que auxilie na maximização do mercado para o que chamam de “benefícios aos homens”. Adam Smith crítica o Estado intervencionista, porém, sua extinção não é o objetivo desses pensadores,

pois julgam necessária a existência de leis e de uma intervenção do Estado que garantam a liberdade que o mercado livre necessita (BEHRING; BOSCHETTI, 2006 apud PELLOSO; SILVA, 2019).

Para Pelloso e Silva (2019) em seu artigo ao XVI CBAS, o neoliberalismo emerge como posicionamento político ao Estado Keynesiano após a Segunda Guerra Mundial, defendendo um posicionamento contra os limites postos pelo Estado ao funcionamento do mercado. O Estado então veste a função de “defender a moeda, assegurar a estabilidade dos preços e garantir o cumprimento dos contratos e da livre concorrência” (PELLOSO; SILVA, 2019, p. 7), para concretizar essas ações, o Estado parte da iniciativa de desregular o mercado de trabalho e flexibilizar as relações de trabalho (FILGUEIRAS, 1999 apud PELLOSO; SILVA, 2019).

O neoliberalismo funda um projeto societário global, atingindo a estrutura social e também a ordem político-institucional (NETTO, 1995 apud OLIVEIRA; SEVERO, 2019). Oliveira e Severo (2019) em seu artigo ao XVI CBAS indicam que esse ideal responsabiliza o sujeito, nesse sentido, “o propósito neoliberal caracteriza o indivíduo como ser capaz de satisfazer suas carências e desejos, sem qualquer planificação externa, sem qualquer controle social definido por instância estatal (OLIVEIRA; SEVERO, 2019, p. 2).

As defesas do ideal neoliberal, bem como suas promessas não resolveram a crise, mas atingiram diretamente as condições de vida do proletariado. Observou-se o aumento do desemprego e a redução do salário daqueles que encontram uma vaga de trabalho, conseqüentemente, acirrando a questão social. As políticas sociais não eram capazes de responder às manifestações da questão social, haja vista que foram reduzidas mediante ao papel que o Estado assume. “Segundo o pensamento neoliberal, não deve haver políticas que procurem diminuir as desigualdades entre os indivíduos, uma vez que isto acomoda seus beneficiários e esfria a competição – motor da sociedade capitalista (PELLOSO; SILVA, 2019, p. 7).

O avanço do neoliberalismo ocorreu na década de 1980, momento esse que se estabelece sua hegemonia nos países centrais do capital. Essa linha de argumentação não resolveu a crise do capitalismo e nem diminuiu a recessão, nem aumentou o crescimento econômico como defendia. Ao contrário, seus efeitos devastadores foram sentidos pela classe trabalhadora, pois junto com o apogeu do ideal neoliberal, veio o aumento das taxas de

desemprego, a diminuição dos postos de trabalho de mão de obra não qualificada, a redução dos salários devido a alta oferta de mão de obra e o desmonte das políticas sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2006 apud PELLOSO; SILVA, 2019).

No Brasil esse processo, de reestruturação produtiva, se iniciou em 1980, acelerou a partir de 1990 pelo processo de abertura econômica de Collor. (FILGUEIRAS, 1999 apud PELLOSO; SILVA, 2019). Para Mota (2009), é nessa conjuntura que o Brasil se integrou à economia em nível mundial, a partir das imposições e domínio do capital financeiro e da ideologia neoliberal. Essa dinâmica foi responsável por redefinir as estratégias de acumulação do país e atuou no impulso à reforma do Estado. Isso se materializa em medidas e ações que levarão ao ajuste econômico que impõe uma série de retrações nas políticas públicas. Esse cenário provoca o crescimento da pobreza e também do desemprego, enfraquecendo o movimento sindical o que acarreta em uma neutralização de avanços sociais que foram alcançados pela classe trabalhadora na década de 1980.

Nos anos 1980, desenha-se o processo de redemocratização no Brasil. A crise social se intensifica, porém, as políticas sociais não cumprem seu papel, sendo redimensionadas pelo Estado com a diminuição de sua intervenção. Nesse sentido, o Estado brasileiro passa a seguir os ideais neoliberais (SILVA, 2019).

Orquestrada pela ofensiva neoliberal, a ação sociorreguladora do Estado se retrai, pulverizando os meios de atendimento às necessidades sociais dos trabalhadores entre organizações privadas mercantis e não-mercantis, limitando sua responsabilidade social à segurança pública, à fiscalidade e ao atendimento, através da assistência social, àqueles absolutamente impossibilitados de vender sua força de trabalho. A classe trabalhadora é também atingida pelos processos de privatização, inicialmente através da venda de empresas produtivas estatais, seguindo-se uma ampla ofensiva mercantil na área dos serviços sociais e de infra-estrutura, tais como os de saúde, previdência, educação, saneamento, habitação etc., amparados pela liberalização da economia, sob a égide da liberdade de mercado e retração da intervenção do Estado. (MOTA, 2009, p. 9)

Um nítido redirecionamento do papel do Estado é visto nos anos 1990. A Constituição Brasileira de 1988 apresenta avanços, mas que são atacados pelos neoliberais, a exemplo, a Reforma da Previdência Social. A contra-reforma do Estado é uma estratégia do grupo dominante, partindo da concepção de que o Estado desviou-se da sua função. O Plano Diretor opera um modelo gerencial, buscando superar a administração pública burocrática, descentralizando, objetivando a “eficiência”, os resultados e produtividade, reduzindo custos. Torna-se então regulador, lançando à iniciativa privada ações que eram suas. Cria-se uma esfera pública, mas que obedece o mercado. (SILVA, 2019).

A reestruturação produtiva que ocorreu de forma tardia no país mediante ao contexto internacional dos países de capital central provocou mudanças na forma de se organizar o trabalho. Essa mudança se fundamentou na hegemonia neoliberal que promoveu reconfigurações para além do mundo do trabalho, mas também na política social e nas suas formas de acesso à população (PELLOSO; SILVA, 2019).

A contra-reforma traduz a necessidade do capital de liberalizar os mercados, partindo do desmonte de regulação tanto na esfera das relações sociais, quanto na política, e ainda, na esfera econômica. A reestruturação produtiva articula essa reforma, colocando um novo formato às políticas sociais, visto que o Estado, dessa forma, passa a adotar medidas de redução dos gastos sociais (SILVA, 2019).

[...] é em meio aos decantados princípios tidos como adequados à economia de mercado: competitividade, individualismo, Estado mínimo, flexibilidade do trabalho, liberdade como sinônimo de liberdade econômica etc. –, cenário necessário ao novo processo de acumulação capitalista, que o Brasil, com esse tipo de desenvolvimento, atravessa a presente crise capitalista e a ofensiva neoliberal, agravando de forma ainda mais drástica a situação da classe trabalhadora (MARCONSIN & FORTI, 2001, p. 211 apud PELLOSO; SILVA, 2019, p. 8).

As dimensões democráticas do Estado sofreram ataque do capital a partir da regulamentação das relações de trabalho, ou flexibilização, e continuaram reduzindo e privatizando os sistemas da seguridade social. Ademais, continuou o caminho pela economia, a partir de reformas que retiram empresas e serviços do controle do Estado. Esse processo é denominado processo de privatização em que a iniciativa privada e lucrativa explora indústrias (como siderúrgicas e indústria naval) e serviços (energia, transporte, saneamento básico etc.) transferindo a riqueza social para grupos monopolistas, riquezas essas geradas pela massa da população, configurando uma desnacionalização da economia (NETTO; BRAZ, 2007). "Atualmente, é no movimento de transferência, para a esfera mercantil, de atividades que até então eram estritamente regulamentadas ou administradas pelo Estado, que o movimento de mundialização do capital encontra suas maiores oportunidades de investir. (CHESNAIS, 1996, p. 186 apud NETTO; BRAZ, 2007, p. 228).

No processo de crise, da implantação da reestruturação produtiva, com a ofensiva neoliberal, as expressões da questão social se acentuam, ganhando clareza nos processos de violência e desigualdades. Nesse sentido, “a questão social é apreendida como expressão ampliada da exploração do trabalho e das disparidades e lutas sociais dela decorrentes. O anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social”. (IAMAMOTO, 2010,

p. 165 apud SILVINO *et al.*, 2019, p. 5). Portanto, tanto as iniciativas neoliberais quanto às expressões da questão social estão cada vez mais claras no cotidiano do profissional na ofensiva capitalista que se estabelece no cenário atual (SILVINO *et al.*, 2019). E é nesse espaço, de redirecionamento do Estado e das políticas, de imposições neoliberais, que se estabelecem as condições materiais de atuação.

Estas mudanças – seja em termos de ajustes, seja em termos de reestruturação industrial – determinam novas formas de domínio do capital sobre o trabalho, realizando uma verdadeira reforma intelectual e moral, visando à construção de outra cultura do trabalho e de uma nova racionalidade política e ética compatível com a sociabilidade requerida pelo atual projeto do capital. [...] Estas novas formas de domínio supõem a socialização de valores políticos, sociais e éticos e a produção de padrões de comportamento compatíveis com as necessidades de mudança na esfera da produção e na da reprodução social (MOTA; AMARAL, 1998, p. 29 apud PELLOSO; SILVA, 2019, p. 10)

As transformações vivenciadas no cenário atual impõe questões complexas ao trabalho de assistentes sociais, transformações tais como a emergência do Estado que ocupa sua intervenção pelos ideais do neoliberalismo, os processos que descentralizam a política promovendo a municipalização e o crescimento das organizações não-governamentais (ONGs) nos serviços públicos. Ademais, Pelloso e Silva (2019) em seu artigo ao XVI CBAS, afirmam que as ações de filantropia promovidas pelas empresas vão impactar no cotidiano profissional e em como esses profissionais do Serviço Social irão realizar seu trabalho nos variados espaços sócio-ocupacionais em que ocupam.

Apesar de estarem claros, a reestruturação produtiva atrelada ao ideário neoliberal, desencadeia limites e desafios para uma atuação profissional crítica e comprometida com a classe trabalhadora nos mais variados espaços sócio-ocupacionais, bem como o compromisso com nosso Projeto Ético-Político, que é circunscrito pelos valores de liberdade, igualdade, justiça e democracia. (IAMAMOTO, 2009 apud SILVINO *et al.*, 2019).

A conjuntura imposta, de implementação do arcabouço ideológico neoliberal somado à reestruturação produtiva, impõe uma série de transformações para a classe trabalhadora que resultam em mudanças na forma de se organizar a produção e a gestão da força de trabalho. Essa configuração traz impactos no modo de vida da classe trabalhadora, em suas práticas sociais, em seu cotidiano de vida, impactando a reprodução material e espiritual da classe (MOTA; AMARAL, 2010 apud OLIVEIRA; SEVERO, 2019).

A ofensiva neoliberal que se estrutura no país desde 1990 até os dias atuais impõem desafios no cotidiano de atuação de assistentes sociais. O cotidiano permeado pelos ideais neoliberais desafia o trabalho crítico e comprometido com nosso Projeto Ético-Político, fazendo com que muitos profissionais questionem a teoria marxista e abram espaço para o pensamento conservador. As demandas que chegam aos/às assistentes sociais não recebem respostas satisfatórias, uma vez que o profissional se encontra em um ambiente precarizado de trabalho, sem condições de trabalho (SANTOS *et al.*, 2019). Tudo isso é reflexo de um cotidiano de trabalho que recebe diariamente os ataques da ofensiva neoliberal.

A reestruturação produtiva, a radicalização do projeto (neo)liberal e a reestruturação do Estado no contexto do capital transnacionalizado, instauradas na contratendência de sua crise, impulsionam a generalização das relações mercantis às mais recônditas esferas e dimensões da vida social. Afetam transversalmente a organização societária, a divisão do trabalho social, os direitos sociais e a constituição dos sujeitos; redimensionam funções e atribuições profissionais, como as relações sociais e os específicos processos de trabalho por meio dos quais se realizam a produção e distribuição de bens e serviços (IAMAMOTO, 2015, p. 255).

Melatti (2019) indica em seu artigo ao XVI CBAS que a reestruturação produtiva busca profissionais polivalentes para os processos de trabalho exigidos pelo mercado, utilizando-se da arma do desemprego para adequação dos trabalhadores a esse perfil. O Estado flexibiliza as relações de trabalho a partir da reestruturação produtiva, se desresponsabilizando de responder às manifestações da questão social (MONTAÑO, 2012 apud ARAÚJO; ARAÚJO, 2019).

Araújo e Araújo (2019) em seu artigo ao XVI CBAS apontam que a estratégia do grande capital a partir da reestruturação produtiva e de reforma do Estado, ancoradas no ideal neoliberal, é a de dar um novo trato à questão social, com forte ataque às políticas sociais com o intuito de tratá-las não mais na ótica do direito, mas na ótica da filantropia e voluntarismo. Nesse sentido, vemos a transferência de responsabilidade de serviços do Estado para a sociedade.

Os governos guiados pela ideologia neoliberal vão utilizar estratégias e meios para diminuir a intervenção do Estado no que tange o bem-estar social. Essas estratégias se guiarão pelos projetos de privatização e pelo financiamento dos serviços, pelo corte dos chamados gastos sociais, partindo da eliminação de programas e reduzindo benefícios, agindo na focalização das políticas para grupos específicos e descentralizando para os níveis locais (MONTAÑO, 2012 apud ARAÚJO; ARAÚJO, 2019).

A reestruturação produtiva impõe no cotidiano de assistentes sociais e da classe trabalhadora a “terceirização, a informalidade, a flexibilidade e a intensificação, expondo a destrutividade motriz do capital sob a força humana de trabalho, sendo orquestrada de forma impiedosa pelo capital portador de juros” (CAMARGO, 2021, p. 494 apud RODRIGUES; SOUSA, 2019, p. 1). Portanto, há a sujeição à insegurança no mundo do trabalho, tanto daqueles que estão imersos nessa dinâmica, quanto daqueles que buscam um posto de trabalho.

Havendo, nesse sentido, a degradação das condições de trabalho no contexto neoliberal, ocasionadas pela desregulamentação e pela flexibilização do trabalho embasados no discurso do neoliberalismo que dita formas de construção e organização dos espaços sociais. Vê-se um processo cotidiano de flexibilização do trabalho, de enfraquecimento das intuições de trabalho impondo desafios na realização do trabalho, resultando em uma prática precarizada. (MATHIASI; PIMENTEL, 2021 apud RODRIGUES; SOUSA, 2022).

Nesse processo de reestruturação da produção e do mundo do trabalho, apoiados sobre a lógica neoliberal, verifica-se o ataque aos direitos trabalhistas no que tange o desmonte do aparelho estatal, uma vez que o Estado assume um novo redirecionamento perante tais mudanças. Implementa-se novas tecnologias impondo novas formas de se organizar o cotidiano de trabalho e de gerir a mão de obra, afetando o mundo do trabalho.

Posto isso, é visível como tais mudanças atingem as condições de vida e de trabalho que se darão a realização da atuação profissional de assistentes sociais e de toda a classe trabalhadora. Haja vista que a reestruturação produtiva afetou a força de trabalho promovendo o aumento exacerbado dos níveis de desemprego pautados em uma ideologia neoliberal (FARIA; KREMER, 2004 apud BITENCOURT; CASTILHO, 2022).

Afeta o cotidiano do profissional visto que os/as assistentes sociais vendem sua força de trabalho em troca de um salário, fazendo parte, assim, da classe trabalhadora (IAMAMOTO, 2009 apud RODRIGUES; SOUSA, 2022). Afinal, o processo de reestruturação produtiva atinge o mercado de trabalho de assistentes sociais, visto que este é partícipe da classe trabalhadora. Verificamos a redução dos postos de trabalho em âmbito governamental, atingindo os níveis federais e estaduais, visto que é transferido aos municípios a responsabilidade dos serviços públicos, haja vista os processos de descentralização e municipalização promovidas. Rodrigues e Sousa (2022) acrescentam em

seu artigo ao XVII CBAS que associado a isso, verifica-se a subcontratação dos serviços dos/das assistentes sociais pelas empresas e pelo governo, promovendo o exercício privado, que oferta condições temporárias, por tarefa, frente às novas formas de gerir que as políticas sociais apresentam.

A sociedade contemporânea traça um curso de mudanças profundas, nos âmbitos econômico, político e social, mudanças que expressam as consequências da reestruturação produtiva e seus reflexos na produção, na política e nas instituições, mudanças que refletem no papel do Estado. Para Rodrigues (2022), ao XVII CBAS, os/as assistentes sociais estão dentro dessas determinações, visto que é no Estado que se encontra, tradicionalmente, seu maior empregador.

A exemplo da ofensiva do neoliberalismo e reestruturação do capital, alguns fatos recentes: A aprovação da Emenda Constitucional 95, emenda esta que limita os gastos públicos por vinte anos e a aprovação da contrarreforma trabalhista, aumentando a informalidade e causando uma exponenciação de contratos temporários. Essas vitórias que o capital vem garantindo frente a classe trabalhadora, precarizam seu cotidiano nas mais diversas esferas da vida social. Conforme Câneo *et al.* (2019), ao XVI CBAS, isso causa ainda um aumento das desigualdades sociais e evidencia a barbárie aprofundando as expressões da questão social.

No Brasil, a busca de saídas para a crise do capital sob a hegemonia neoliberal permanece na atual conjuntura e tem se intensificado. Se viu com a entrada do governo ilegítimo de Michel Temer (2016-2018) o aprofundamento do projeto neoliberal, que trouxe medidas radicais de caráter conservador e reacionário, no qual ameaçam o sistema protetivo garantido na Constituição Federal de 1988. Na cena contemporânea, com o governo de Jair Messias Bolsonaro (PSL), o projeto iniciado por Michel Temer permanece. Tem-se então, o aprofundamento das políticas neoliberais que rebatem fortemente nas esferas econômicas, do trabalho, da educação, da previdência social, da saúde e da assistência (OLIVEIRA; SEVERO, 2019, p. 5).

Evitar o fatalismo é um caminho para manter a categoria na luta. Iamamoto (2015 apud SANTOS *et al.*, 2019, p. 11) aponta ainda que para romper com as circunstâncias que abraçam o cotidiano profissional “será preciso muito estudo, qualificação e consciência de classe para não permitir que a cotidianidade, a ideologia neoliberal, o conservadorismo e outras categorias capitalistas influenciem na prática profissional”.

Atuaremos diante das adversidades e perante elas devemos firmar nosso Projeto Ético-Político, visto que ele nos dá bases para nos colocarmos diante dos desafios que

chegam a nós em nosso cotidiano profissional. Firmar compromissos em nível coletivo, construindo metas e traçando estratégias junto da categoria profissional é uma possibilidade. Sabe-se que a realidade a qual realizamos o trabalho profissional não é favorável, por isso, é necessário competência profissional e crítica, para encararmos a realidade social visando sua totalidade e ter em nossa consciência nosso projeto profissional (SANTOS *et al.*, 2019).

Ao compreender o Serviço Social imerso nessa dinâmica que opera nas relações do Estado com a sociedade civil, percebe-se que o cotidiano do profissional é tomado pelas novas configurações que adquirem o mundo do trabalho mediante a imposição da lógica neoliberal que fornece bases para a reestruturação produtiva. Um desses desafios “é o redescobrimto de alternativas e possibilidades para que o trabalho profissional seja desenvolvido de maneira ética e comprometido com o Projeto Ético-Político do Serviço Social” (PELLOSO; SILVA, 2019, p. 11), haja vista que esse projeto está na contra-mão do projeto societário hegemônico em nossa sociedade (PELLOSO; SILVA, 2019).

1.3 O desmonte das políticas sociais e o ataque aos direitos sociais em tempos de ofensiva neoliberal.

Ao refletirmos o exercício profissional na pesquisa realizada nos Anais do XVI e XVII CBAS, vislumbra-se que essa é uma tarefa que nos coloca uma análise da totalidade dos fenômenos, compreendendo os dilemas históricos que se colocam no cotidiano desse profissional e no contexto da classe trabalhadora como um todo. Verifica-se muitos avanços da categoria, mas a realidade também impõe limitações ao trabalho desse/dessa profissional. Com essa perspectiva, a pesquisa revelou a nós que a nova configuração da política social e que o desmonte dos direitos sociais são fatores que influem nesse cotidiano de atuação. Silva (2022) nos mostrará em seu artigo ao CBAS que as políticas e direitos sociais são um terreno de atuação complexo e permeado pelas contradições inerentes do modo de produção capitalista. Para o autor, é necessário produzir conhecimento da realidade em que se atua, promovendo uma análise que rompa com as burocracias impostas pela dinâmica institucional. O autor entende a realidade como fruto das relações sociais e que desvendá-la é tarefa do exercício profissional, por meio do materialismo histórico-dialético de Marx que nos dará suporte para tal análise.

Pelloso e Silva (2019) vão trabalhar em seu artigo ao XVI CBAS a ideia de que a atual configuração das políticas sociais são envolvidas pelo pensamento de competitividade e individualismo, direcionando a sociedade civil à responsabilidade de determinados serviços sociais. Para os autores deve-se manter firmado o compromisso ético-político visando a concretude dos direitos conquistados no exercício do profissional. Oliveira (2019) complementa o pensamento em seu artigo ao XVI CBAS ao refletir que na ausência do Estado há transferência das responsabilidades à sociedade civil, partindo do princípio da solidariedade e sucateando as políticas sociais.

Araújo e Araújo (2019) indicam em seu artigo ao XVI CBAS que as políticas sociais e os direitos se tornam focalizados em serviços e populações pontuais, além da descentralização que ocorre pela citada transferência de responsabilidade ao terceiro setor e aos municípios. Melatti (2019) também argumenta em conformidade em seu artigo ao XVI CBAS com os demais autores ao defender que os serviços sociais ofertados pelas políticas sociais sofrem um processo de apropriação do capital, deslocando a ideia de direito à uma de responsabilidade individual.

Câneo *et al.* (2019) apresentam em seu artigo ao XVI CBAS que é essencial, para uma prática com criticidade, discutir sobre como o desmonte das políticas e direitos sociais afetam o cotidiano de assistentes sociais. Defende-se então o enfrentamento desse cotidiano enfrentando as determinações institucionais, tendo clareza das atribuições profissionais. Guimarães (2019) trará também, em seu artigo ao XVI CBAS, que as políticas sociais constituem-se como espaço de assistentes sociais, mas que a lógica neoliberal impõe um cotidiano de ações pontuais e restringem o acesso aos direitos conquistados pela classe trabalhadora.

Ávilla (2022) em seu artigo ao XVII CBAS aponta que o capitalismo neoliberal e financeiro reforça o individualismo e implanta uma ótica de restrição dos direitos sociais. Defende que para efetuar respostas críticas cabe-nos fazer uma leitura com criticidade da realidade a partir da teoria marxista. Paula (2022) em seu artigo ao XVII CBAS trabalha a questão citada relacionando com a pandemia da COVID-19, afirmando que esse contexto agravou o processo de desmonte das políticas e dos direitos sociais, bem como também das desigualdades sociais.

Dentre essas e outras colocações, trabalharemos esses aspectos como determinantes na intervenção cotidiana dos/das assistentes sociais, destacando esses e outros autores que fortalecem essa linha de pensamento visualizada através da pesquisa. Sabe-se que a conjuntura atual é de desmonte dos direitos sociais e que tal processo rebate no Serviço Social e na classe trabalhadora. Entender essa realidade é um meio de combatermos as expressões do capitalismo em nossa atuação cotidiana.

A política social assume tendências diferentes ao longo de sua história. Para entendimento, divide-se em três períodos principais: o liberalismo, período que vai até a crise de 1929/1932, período do keynesianismo-fordismo, do fim da Segunda Guerra Mundial até o início dos anos de 1970 e do neoliberalismo, a partir da crise de 1973. (BEHRING, 2009).

O ideal liberal, como já citado no ítem anterior, busca o interesse próprio, os indivíduos são levados por uma “mão invisível” que seria o mercado, sendo o Estado responsável pelo fornecimento de bases legais para sua operação. O Estado vai se apresentar de forma mínima e os indivíduos presentes na sociedade civil vão exercer um aparente controle. Bobbio (1988 apud BEHRING, 2009) vai trazer que o Estado irá apresentar três funções principais: defender o território de ameaças externas, defender os indivíduos de ofensas de outros indivíduos e prover as obras públicas em que a iniciativa privada não conseguir financiar. Adam Smith formula que os indivíduos quando buscam seus ganhos materiais colocam em movimento seus sentimentos morais, criando um senso de dever que colocaria uma ausência de guerra entre os indivíduos. Nesse sentido, a sociedade civil é o motor para a criação da coesão social, junto à mão invisível do mercado e somado a isso, os sentimentos morais dos indivíduos (BEHRING, 2009).

Essa ideologia enfraquece a partir do século XIX, com o desenvolvimento de processos político-econômicos. Um deles foi o crescimento do movimento operário, que nessa época avança para espaços importantes, buscando o reconhecimento dos direitos de cidadania política e social. Behring (2009) aponta que uma expressão desse reconhecimento foi a luta em defesa da diminuição da jornada de trabalho, além do crescimento da democracia social que propunha seguros sociais à população. Outro processo foi a concentração do capital que desmontava o ideal liberal do empreendedor individual, já que o mercado vai sendo representado por grandes monopólios e grandes empresas, necessitando de grandes investimentos financiados pelos bancos, fundindo capital financeiro e industrial (LÊNIN, 1987 apud BEHRING, 2009). Para além disso, a crise de 1929, também chamada de

Grande Depressão, iniciada no financeiro americano ocasionou o “pânico na Bolsa de Nova Iorque”, atingindo o mundo, “com ela instaura-se a desconfiança de que os pressupostos do liberalismo econômico poderiam estar errados (SANDRONI, 1992, p. 151) e se instaura, em paralelo à revolução socialista de 1917, uma forte crise de legitimidade do capitalismo” (BEHRING, 2009, p. 7).

Keynes (1983 apud BEHRING, 2009) realiza uma autocrítica burguesa frente ao desemprego dos fatores de produção. Ele aponta que é dever do Estado estabelecer o equilíbrio no campo da economia, a partir de uma política fiscal, de créditos e de gastos, fazendo investimentos que ajam nos períodos de depressão. Julgou ainda que a Lei de Say (Lei dos Mercados), em que a oferta cria sua demanda, é insuficiente (BEHRING, 2009).

Nesse sentido, o ideal da mão invisível não harmoniza o interesse individual dos grupos econômicos com o bem-estar. As decisões particulares produzem grandes impactos econômicos e sociais, gerando risco de recessão e de desemprego. Para Keynes, nesse cenário, o Estado deve intervir a partir de medidas econômicas e sociais a fim de provocar uma demanda, promovendo garantias de investimento. "Segundo Keynes, cabe ao Estado o papel de restabelecer o equilíbrio econômico, por meio de uma política fiscal, creditícia e de gastos, realizando investimentos ou inversões reais que atuem, nos períodos de depressão, como estímulo à economia" (BEHRING, 2009, p. 8-9).

Com o desenvolvimento do capitalismo pós-segunda guerra mundial, marca o modelo do keynesianismo-fordismo da produção e consumo em massa e de acordos com trabalhadores para ganhos por produtividade. Nesse contexto, estabelece-se a "guerra-fria, o Plano Marshall de apoio à reconstrução da Europa e o armamentismo" (O'CONNOR, 1977; MANDEL, 1982 apud BEHRING, 2009, p. 9), abrindo espaço para a dinâmica do Welfare State. A política social adquire um novo conceito teórico com a formulação de Marshall (1967 apud BEHRING, 2009) sobre a cidadania, haja vista o novo contexto histórico dos países padrão de bem-estar social europeu. Os direitos sociais se consolidam com a tendência de incluir a desigualdade de classes à cidadania. (BEHRING, 2009).

Porém, a social democracia dá sinais de esgotamento a partir de 1960. O Estado não possui a mesma capacidade de mediar e absorver pessoas no mercado de trabalho que já se mostra restrito pelo uso de tecnologias. Nesse cenário, as dívidas aumentam, bem como a parcela de juventude, e ainda, a grande recessão exacerbada pelos altos preços do petróleo.

Estes se mostram como sinais de abalo do pleno emprego e da proteção social no capitalismo central e também na periferia. Aqui, as elites passam a responsabilizar o Estado e sua atuação intervencionista, principalmente nos setores que não representaram seus interesses, tais como as políticas sociais. (BEHRING, 2009).

Behring (2009) aponta que há uma multiplicação das políticas sociais em fins de períodos depressivos. Elas são usadas como medidas anticíclicas no keynesianismo e como dito, com a força do movimento operário são demandados os seguros sociais, a partir da criação de caixas voluntárias e depois, obrigatórias para cobrir perdas. Behring (2009, p. 15) indica que "esse processo levou ao princípio da segurança social, a partir do qual os assalariados deveriam ter cobertura contra toda perda de salário corrente".

Os limites do Keynesianismo são evidenciados. A base do período depressivo que se formou a partir de 1960 foi a busca de lucros, revolução tecnológica, intensificação da monopolização do capital e outros elementos, gerando dívidas e inflação. Regular o mercado gerava despesas, o que atingiu a política social. A política social constitui-se como estratégia econômica e política e que devido à queda dos gastos sociais acarreta uma crise na legitimação política. Essa crise atinge a classe trabalhadora visto que os serviços sociais e os benefícios tornaram-se importantes para a população atendida em sua vida cotidiana. Milhões de famílias que necessitam das políticas e direitos que foram duramente conquistados pela classe trabalhadora mediante a luta de classes que se estabelece nessa arena de disputas (BEHRING, 2009).

O Estado que possui parcela do valor criado no fundo público e controle do processo produtivo e reprodutivo perde, de forma gradual, a sua ação social. Agora, o fundo público é destinado às demandas do capital, principalmente o financeiro. "Para o capital, a regulação estatal só faz sentido quando gera um aumento da taxa de lucros, intervindo como um pressuposto do capital em geral" (OLIVEIRA, 1998 apud BEHRING, 2009, p. 18). Behring destaca ainda que "com a crise fiscal, decorrente da ampliação das demandas sobre o orçamento público, a "guerra" em torno do destino dos recursos públicos é cada vez mais acirrada" (BEHRING, 2009, p. 18).

Para a política social, este conjunto de tendências e contratendências, que constituem o capitalismo maduro, traz consequências importantes. O desemprego estrutural – que nunca deixou de existir na periferia do capital – acena para o aumento de programas sociais. Paradoxalmente, a crise das estratégias keynesianas e as demandas do capital em torno dos superlucros apontam para a diminuição dos gastos sociais. Vale notar que, com toda a

agitação dos neoliberais e monetaristas, o capital não prescindiu ou prescinde da reanimação monetária, no melhor estilo keynesiano (os socorros aos bancos, por exemplo). Porém, sabe-se que, do arsenal das técnicas keynesianas, a política social tem sido a menos solicitada, a depender das opções políticas, econômicas e sociais de cada governo, sua relação com a classe operária e, sobretudo, sua inserção no capitalismo mundial. E tais opções serão sempre resultado de um processo conflituoso de negociação e luta de classes e seus segmentos, que se colocam em condições desiguais – sendo neste contexto muito assimétricas em função da condição defensiva dos trabalhadores – nas arenas de negociação disponíveis no Estado democrático de direito, o que leva a conflitos também extrainstitucionais (BEHRING, 2009, p. 18-19).

A política social não visa a redistribuição de renda e riqueza. No período em que se estabeleceu o fordismo-keynesiano, ela ocupa uma determinada posição político-econômica. Entendendo que a história está em movimento, infere-se que “o significado da política social não pode ser apanhado nem exclusivamente pela sua inserção objetiva no mundo do capital nem apenas pela luta de interesses dos sujeitos que se movem na definição de tal ou qual política, mas, historicamente, na relação desses processos na totalidade” (BEHRING, 2009, p. 19).

A crise do capital provocou mudanças na forma de intervir do Estado na sociedade e também na sua relação com as expressões da questão social, o que acaba por impactar o trabalho dos/das assistentes sociais. No contexto da reestruturação do capital e da ofensiva neoliberal vivenciamos o ataque aos direitos sociais e às políticas públicas.

As transformações que ocorreram nos vínculos entre a sociedade e o Estado são determinadas pelo direcionamento de organismos internacionais que preconizam uma reforma do Estado baseada nos preceitos e ideologias neoliberais. Diante disso, Silva (2022) ao XVII CBAS aponta que o Estado vai organizar uma série de burocracias para que os programas se tornem cada vez mais seletivos e focalizados no combate à pobreza e as pessoas que não forem abarcadas pelos serviços serão deixadas para a sociedade civil, exercendo um apelo à filantropia e para a solidariedade.

A citada reforma do Estado que se ancora nos ideais neoliberais e pela reestruturação produtiva corresponde a reforma do capital visando liberar os mercados. Essa reforma promove reflexos devastadores, tais como o desmonte das relações políticas, sociais e econômicas. Em suma, a reforma está “articulada à reestruturação produtiva, à retomada das elevadas taxas de lucro, da ampliação da hegemonia política e ideológica da grande capital [...]” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 203 apud SILVA, 2019). É nesse cenário que as políticas sociais passam a assumir um novo formato, se adequando aos interesses do

capital e suas estratégias de acumulação, tais como as novas medidas frente à redução dos gastos sociais. (SILVA, 2019).

Para atingir essa redução de gastos, o Estado toma duas medidas: a primeira está ligada à intensificação do processo de privatização dos serviços sociais, fazendo isso por meio da contratação de serviços privados ou ainda, a partir da precarização dos serviços públicos. Essa precarização obriga uma parcela da população a comprar o serviço de forma privada. A segunda refere-se às parcerias com as organizações-não governamentais (ONGs), já que elas prestam serviços e influenciam o ideal da solidariedade e do voluntarismo (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010 apud SILVA, 2019).

Para Silva (2019), a consequência disso é a nova forma que as políticas sociais assumem no que tange o enfrentamento da questão social, assumindo uma postura segmentada, focalizada e fragmentada, com uma orientação de mercantilização, reflete a liberdade para venda de serviços como habitação, saúde e educação, que transforma os direitos sociais em meras mercadorias; de financeirização, no repasse de recursos do fundo público para bancos pelo Estado; e de monetarização. no que se chama transferência de renda, do Estado ao cidadão, visando tornar o cidadão em consumidor. Os direitos sociais sofrerão ataques, como a aprovação das Emendas Constitucionais 95 e 93 que limita os gastos públicos. Assistimos ainda o avanço da reforma da previdência e a queda dos investimentos no setor das políticas de educação pública. Esse cenário que se estabelece impacta de forma direta nos direitos que são materializados em serviços públicos e sociais, porém, agora não mais públicos, pois passam para a direção de execução do mercado, e mesmo aqueles que permanecem na esfera estatal, tornam-se restritos, seletivos e focalizados.

A política social, independente do momento histórico, busca satisfazer as necessidades sociais dos sujeitos a quem atende, porém, seu foco não é somente esse, ela também busca atender “objetivos egocêntricos, como o controle social e político, a doutrinação, a legitimação e o prestígio” (CASADO apud PEREIRA, 2008, p.27 apud PELLOSO; SILVA, 2019) da burguesia dominante. Configura-se então, conforme Pelloso e Silva (2019), ao XVI CBAS, como um campo de disputas de interesse que expressam o desmonte dos direitos sociais, o desprezo pela população pobre, os cortes orçamentários, tudo isso reflete a posição neoliberal e seu avanço contra as conquistas democráticas.

Vislumbramos um terreno que manifesta o corte de verbas, a degradação dos setores de prestação de serviços, a transferência para o terceiro setor ou iniciativa privada de grande parte da população que era atendida mediante o acirramento das expressões da questão social, tudo isso reflete a retração vivida pelo Estado. Sabemos que, pelo olhar histórico, as políticas públicas e sociais não são suficientes e não atendem toda a população que dela necessita. Sua insuficiência reflete o Estado que também sempre foi insuficiente e precário para a classe trabalhadora. Porém, chamamos a atenção para o fato que no contexto atual, essa conjuntura se intensifica e que a insuficiência e precarização dos serviços públicos constituem-se como um instrumento para evidenciar e destacar o cenário privado, para dar ênfase à “necessária” privatização dos serviços públicos e ganhar apoio da população para tal processo (MARCONSIN; FORTI, 2001 apud PELLOSO; SILVA, 2019).

Como visto, a partir de 1990, intensifica-se a ofensiva no Estado brasileiro, afinal o governo prioriza o pagamento da dívida externa alimentando o capital internacional. “Com isso, os padrões universalistas e redistributivos de proteção social, que foram conquistados na Constituição Federal de 1988, mas nunca foram implementados em sua integralidade, são tencionados”. (SILVA, 2022, p. 3).

Essa primeira proposta político-institucional de resposta à questão social é tensionada por outra proposta de inspiração neoliberal, parte das políticas de ajuste recomendadas pelos organismos internacionais, comprometidas com a lógica financeira do grande capital internacional, que capturam o Estado nacional num contexto de crise e de fragilização do processo de organização dos trabalhadores. Ela se materializa, a partir de meados dos anos noventa, na profunda reestruturação do aparelho de Estado, conforme diretrizes estabelecidas pelo Plano Diretor do Estado, do Ministério da Administração e da Reforma do Estado, atropelando, no processo de sua regulamentação legal, as normas constitucionais relativas aos direitos sociais, o que atinge profundamente a seguridade social. Essa regulamentação ratifica a subordinação dos direitos sociais à lógica orçamentária, a política social à política econômica e subverte o preceito constitucional (IAMAMOTO, 2009, p. 21 apud OLIVEIRA, 2019, p. 7).

O desmonte dos direitos sociais mediante as políticas de ajustes neoliberais, ao novo posicionamento do Estado e ao crescimento do capitalismo globalizado desestruturam a seguridade social, intensificam a privatização e promovem a precarização dos serviços públicos. Oliveira (2019), ao XVI CBAS, vai apontar que as políticas neoliberais foram estabelecidas pelo Consenso de Washington apontam o Estado como incapaz de interferir na crise fiscal, principalmente frente ao aumento das demandas de cunho social, indicando a redução dos gastos nas políticas sociais. Isso provoca um encolhimento estatal e do seu papel

frente às relações com a sociedade civil, reduzindo os gastos públicos na área social e acarretando um processo de precarização dessas políticas sociais que refletirá na profissão e em como esses profissionais responderão às demandas nesse cotidiano profissional precarizado.

Como a força de trabalho faz o sistema girar, o Estado assume uma posição de contribuição para manter essa reprodução da força de trabalho, expandindo assim, o capital. Vemos que com a chegada do capitalismo monopolista, ampliam-se as manifestações da questão social, surgindo de uma necessidade social de diferentes grupos e a necessidade de respostas do Estado para a classe trabalhadora. O Serviço Social surgirá a partir dessa conjuntura, em que o Estado precisa se posicionar mediante ao conflito das classes sociais, respondendo à classe trabalhadora por meio de políticas sociais e convocando o/a assistente social para atuar nessas políticas. Ademais, o assistente social apresenta uma atuação que vem garantindo justamente a reprodução da força de trabalho, tanto empregada quanto excedente. “A ordem social burguesa capitalista cria e funda a profissão de Serviço Social para atuar diante das expressões da questão social através das políticas sociais com um conjunto de procedimentos técnico-operativos. (SANTOS *et al.*, 2019, p. 5-6).

Para Trindade (2001 apud SANTOS *et al.*, 2019), os/as assistentes sociais atuam na prestação de serviços sociais que estão associados às diferentes políticas públicas. O profissional do Serviço Social, portanto, não está associado de forma direta na produção material, todavia, faz-se importante nesse sistema, pois atua na esfera que regula as relações sociais. Isso verifica-se no cotidiano de trabalho realizado pelos/pelas assistentes sociais, que atuam criando condições para a reprodução social da classe trabalhadora, com atuação com alcance na forma de se viver nas condições de vida dessa classe, tais como a alimentação, a educação, a saúde, habitação, lazer e outros. Os/As profissionais do Serviço Social produzem também influência ideológica pois pode reforçar, ou não, as bases desse sistema. Os/As assistentes sociais podem promover uma aceitação das condições de exploração do trabalho dessa classe, ou promover articulações que contribuam na organização política dos trabalhadores.

Ao atuar sobre a questão social como seu objeto de trabalho, o/a assistente social vislumbra em seu cotidiano a relação contraditória entre capital e trabalho se manifestar de diferentes formas. Desde seu surgimento, do Serviço Social, o Estado coloca o dever de “coerção e controle, o profissional era um mero ‘executor terminal de políticas sociais’, o seu

trabalho era fragmentado e fragmentava as expressões da questão social (IAMAMOTO, 2015; NETTO, 2011 apud LOPES *et al.*, 2019, p. 6), atualmente, esse profissional também atua na elaboração destas políticas. A atuação pontual pelo Estado mantém e cristaliza as desigualdades sociais, trazendo à tona a refilantropização das respostas à questão social (MONTAÑO, 2012 apud ARAÚJO; ARAÚJO, 2019), e ainda “confirma e perpetua a dependência dos setores carentes por esse tipo de resposta, consolida as desigualdades sociais preexistentes, elimina a política social como direito do cidadão e até fomenta o clientelismo” (MONTAÑO, 2012, p. 195 apud ARAÚJO; ARAÚJO, 2019, p. 7).

Como apontado por Schutz e Miotto (2012 apud MELATTI, 2019), os serviços chamados como “sociais” emergem no contexto de desenvolvimento das forças produtivas, e é aqui que o/a profissional assistente social “se apresenta como profissional no âmbito dos serviços para, junto com outras profissões, materializar as políticas sociais, fruto também de lutas e reivindicações por parte da classe trabalhadora. (MELATTI, 2019, p. 4). Os serviços são cada vez mais apropriados pelo capital, esses serviços entendidos pela dimensão dos direitos sociais são resultados de muita resistência e lutas, e sofreram transformações pela apropriação do capitalismo no que tange à dimensão do consumo. Isso porque há serviços que o Estado deveria assumir na esfera estatal mediante as respostas colocadas às demandas da classe trabalhadora. Melatti (2019) vai exemplificar, em seu artigo ao XVI CBAS, trazendo a questão do aumento do crescimento das escolas privadas, o crescimento também dívidas dos jovens devido a tentativa de acesso e permanência na questão do ensino superior, a ampliação dos planos de saúde chamados populares, as formas de facilidade criadas pelos serviços funerários mostram como os serviços sociais que deveriam ser garantidos e propostos pelo Estado estão sendo captados pela iniciativa do mercado e pelo capital, trazendo o ideal do consumidor individual frente os ideais do direito social.

Com a questão social sendo radicalizada, suas manifestações atravessam o cotidiano dos/das profissionais assistentes sociais. Estes se deparam com a classe penalizada, sofrendo a precarização do trabalho e também da formação profissional, haja vista que os espaços em que atuam refletem o desmonte que o capital infere sobre as políticas sociais. Netto (2006 apud BEHRING, 2009) vai sintetizar que existem tendências que se estabelecem nas políticas sociais, tais como:

a desresponsabilização do Estado e do setor público com uma política social de redução da pobreza articulada coerentemente com outras políticas sociais (de trabalho, emprego, saúde, educação e previdência); o combate à pobreza

opera-se como uma política específica; a desresponsabilização do Estado e do setor público, concretizada em fundos reduzidos, corresponde à responsabilização abstrata da “sociedade civil” e da “família” pela ação assistencial; enorme relevo é concedido às organizações não-governamentais e ao chamado terceiro setor; desdobra-se o sistema de proteção social: para aqueles segmentos populacionais que dispõem de alguma renda, há a privatização/mercantilização dos serviços a que podem recorrer; para os segmentos mais pauperizados, há serviços públicos de baixa qualidade; a política voltada para a pobreza é prioritariamente emergencial, focalizada e, no geral, reduzida à dimensão assistencial. (NETTO, 2006 apud BEHRING, 2009, p. 22).

As grandes mudanças no mundo do trabalho e o ataque do projeto neoliberal às políticas sociais colocam desafios no cotidiano profissional dos/das assistentes sociais. Um cotidiano permeado pelo processo de privatizações, pela flexibilização, pela redução dos gastos públicos, pela a refilantropização da assistência social, etc. Esse é o cenário que se mostra cotidianamente para o profissional, refletindo nas respostas dadas aos sujeitos sociais que lhe demandam. “A implementação da proposta do Estado neoliberal e os processos de municipalização e descentralização das políticas sociais, sobretudo nas políticas de assistência social, entre outras mudanças, refletem diretamente nas realizações concretas de intervenção dos(as) Assistentes Sociais” (PELLOSO; SILVA, 2019, p. 9).

Pelloso e Silva (2019) vão trazer, em seu artigo ao XVI CBAS, que a reestruturação produtiva e a ideologia neoliberal estrutura o Estado e suas ações de uma forma que é indivisível, atingindo a realidade social e resultando em mudanças no mercado de trabalho e na forma como se realiza o trabalho dos profissionais que atuam nas políticas, entre eles, os/as assistentes sociais. O trabalho vai se organizar de uma nova forma no ambiente estatal e os governos passam a implementar um processo de redução do quadro profissional apoiados na ótica da reestruturação do capital refuncionalizando as funções que os profissionais que restaram vão exercer, traçando novas demandas e responsabilidades, seguindo o mesmo nível de imposições que esse sistema vai operar nas políticas públicas e sociais (MARCONSIN; FORTI, 2001 apud PELLOSO; SILVA, 2019).

No cenário que se inscreve de ofensiva neoliberal e de dominação do capital, é estabelecido um projeto societário conservador, materializado a partir da barbárie social expressa no cotidiano de vivência dos usuários e também do profissional, cenário que o/a assistente social é chamado para intervir. Verifica-se que sua atuação, em grande parte, se dá por meio das políticas sociais operacionalizadas pelo Estado. Silva (2022, p. 4) aponta que o exercício profissional está condicionado a um espaço em que as instituições expressam o conservadorismo da sociedade capitalista, e ainda, que expressam as contradições fomentadas

por essa ordem. Visto também que as políticas sociais à qual o/a assistente social, portanto, refletem essa dinâmica em sua organização, porém, esse terreno repleto de desafios ao/a profissional não o/a impede de realizar uma intervenção articulada com um viés de ruptura dessa lógica, pois a apreensão dos movimentos da realidade social visto do ângulo da totalidade dos fenômenos apresentam também, dialeticamente, possibilidades aos/às assistentes sociais (SILVA, 2022).

Esse contexto afeta e rebate na categoria, refletindo os processos de sucateamento dos direitos sociais, que se dão em uma lógica de tensão, tornando mais difícil a tarefa de garantia dos direitos aos usuários que buscam os diferentes serviços nos diversos espaços sócio-ocupacionais. Suas respostas em grande maioria são fragmentadas e refletem as “disparidades socioeconômicas para materializar direitos” (CEOLIN, 2014 apud SILVINO *et al.*, 2019, p. 6). Para Montañó (2003, p. 244 apud PELLOSO; SILVA, 2019), as políticas sociais no contexto neoliberal, tem suas orientações e funcionalidades alteradas. “Sendo a política social a base de sustentação funcional-ocupacional do Serviço Social, a profissão tende a sofrer modificações no seu campo de atuação, nas suas condições de trabalho e na sua demanda”. (PELLOSO; SILVA, 2019, p. 10). Nas palavras de Araújo e Araújo (2019) ao XVI CBAS:

As Políticas Sociais passam a ser mais focalizadas em uma parcela da população carente de determinados serviços pontuais, apresentando como justificativa a crise financeira e a impossibilidade de financiar um sistema universal de Seguridade Social que então necessita focalizar a população mais carente. Além disso, ocorre uma descentralização administrativa, o que ocasiona uma desconcentração financeira e executiva, mas mantendo a centralidade normativa e política. No caso, a descentralização ocorre de duas formas: pela transferência de responsabilidade dos órgãos federais ou para as instâncias municipais, ou para as organizações do chamado terceiro setor, pela privatização. (ARAÚJO; ARAÚJO, 2019, p. 7)

Diante disso, o resultado manifesto evidencia uma clara precarização ou até mesmo, uma ausência das respostas do Estado para as necessidades sociais da classe trabalhadora, principalmente quando se trata de municípios mais pobres e com ausência de recursos. Na maioria dos casos, esses municípios mais precarizados não possuem condições de financiar uma rede de hospitais, nem clínicas estatais, nem escolas públicas ou infraestrutura para a população. Não possuem capacidade para financiar políticas sociais e nem assistência à população, portanto, sofrendo as consequências da ausência do Estado em seus territórios (MONTAÑO, 2012 apud ARAÚJO; ARAÚJO, 2019).

A falta de cobertura pelas políticas sociais à grande parcela da população que a busca e que não possui meios de acesso ao serviço privado, força esse grupo a buscar a sociedade civil, que a partir do voluntarismo, da filantropia e caridade caracterizarão o “terceiro setor”, que se encarregará de atender a população “excluída” ou que é parcialmente “integrada”, ornando perfeitamente com as defesas do projeto neoliberal. (MONTAÑO, 2012 apud ARAÚJO; ARAÚJO, 2019).

Araújo e Araújo (2019) em seu artigo ao XVI CBAS vão defender a ideia de que há também um Estado precarizado que atua em uma frente de refilantropização da questão social e ao lado disso, vemos a mercantilização dos serviços públicos que resulta em três formas de serviços à população: o primeiro é o privado que possui uma boa qualidade na oferta de seus serviços; o segundo, focado na gratuidade e estatal, que apresenta a precariedade no serviço e na infraestrutura dos locais em que se oferta o atendimento; e o último, de cunho filantrópico e focado no voluntarismo, com qualidade duvidosa. Conseqüentemente, temos na sociedade civil três categorias de cidadãos: a primeira se relaciona com aqueles que são integrados a esse sistema e são consumidores dos serviços mercantilizados; o segundo grupo são os excluídos/usuários, aqueles que são usuários dos serviços do Estado em condições precarizadas, focalizadas e descentralizadas; e o terceiro, composto pelos excluídos/assistidos, que são atendidos pela forma da filantropia do terceiro setor, com o viés da caridade (MONTAÑO, 2012 apud ARAÚJO; ARAÚJO, 2019).

O terceiro setor ganha espaço e se amplia partindo da filantropia e assistencialismo com as organizações não governamentais. O Estado se desresponsabiliza ao financiar as iniciativas privadas. “Essas aparecem como possibilidade diante da limitação da ação social do Estado neoliberal (CANÊO *et al.*, 2019, p. 9). A consequência disso é uma desvalorização da dimensão pública universalizadora devido a uma posição de retração da regulação estatal, visto que o desmonte das políticas públicas se alavanca e não se colocam mais como prioridade no Estado regido pelo neoliberalismo, reforçando o desmonte dos recursos e dos programas de transferência de renda, da assistência social e também, da previdência social (CANÊO *et al.*, 2019).

É notório que as políticas sociais sofreram mudanças e ataques, mudando assim o cotidiano de trabalho do/da assistente social na contemporaneidade e também nos seus vínculos empregatícios, afinal esse campo é um dos espaços que o/a assistente social ocupa (GUIMARÃES, 2019). O cotidiano é marcado por uma lógica tecnicista, desvalorizando o

trabalho do/da assistente social, colocando obstáculos para um respostas de qualidade e críticas. (CANÊO *et al.*, 2019). “O foco central se tornou a racionalização dos gastos públicos, e para tanto, fez-se necessária a elaboração de políticas públicas pontuais, incapazes de solucionar as manifestações da questão social” (GUIMARÃES, 2019, p. 2).

Retoma-se a visão das políticas sociais como o padrão antigo de benefício ou concessão, fazendo com que as conquistas históricas retrocedam (GUIMARÃES, 2019) “Assim, instaura-se um processo de despolitização do padrão de proteção social, a prestação de serviços de maneira assistemática, assistencialista e como prática de favor mesclada por uma política de repasse das responsabilidades estatais para a sociedade civil” (GUERRA, 2010 apud GUIMARÃES, 2019, p. 2).

Em suma, as mudanças que ocorreram a partir de 1970 ocasionaram a regressão dos direitos, aumentando as desigualdades e gerando modificações nas relações trabalhistas e também na intervenção estatal, a partir da reforma gerencial que atingiu a proteção social. (SILVINO *et al.*, 2019). Em 1980, no Brasil, “a década perdida” da visão econômica e as conquistas democráticas desse período são pontos importantes (PELLOSO; SILVA, 2019). A “Transição Democrática” partiu de uma reorganização institucional que resultou na chamada da Assembléia Nacional Constituinte na qual os direitos sociais recebem um foco maior. é nesse contexto que há a inclusão da assistência social na Constituição Federal (PEREIRA, 2000 apud PELLOSO; SILVA, 2019). Porém,

Na contemporaneidade, o padrão de políticas sociais privatista, mercantilista e assistencialista condiciona intervenções pontuais, focalistas, imediatistas, burocráticas, miméticas, repetitivas, pragmáticas e eminentemente instrumentais, exigindo um determinado perfil profissional: aquele que responde às demandas imediatas (GUERRA, 2009, p. 3 apud GUIMARÃES, 2019, p. 3).

A agenda da política neoliberal passa a guiar as ações estatais através de medidas como aumento nos impostos e nas taxas de juros para os consumidores (os trabalhadores), cortes nos programas sociais, privatizações, etc, o que rebaterá diretamente no planejamento, organização e execução das Políticas Sociais (ARAÚJO; ARAÚJO, 2019, p. 5).

Em resumo, as políticas sociais são atacadas cotidianamente, estão “fragmentadas, focalizadas, seletivas e sem perspectivas de superação das diversas manifestações da questão social existentes na sociedade” (GUIMARÃES, 2019, p. 8). Esse cotidiano precisa ser compreendido, mediante as categorias levantadas na pesquisa, pois refletem diretamente na forma em como se dará a atuação de assistentes sociais, afinal, as políticas sociais regidas pela ótica neoliberal são espaço de trabalho profissional, consequentemente trará

contradições em que o/a assistente social se deparará para realizar seu trabalho profissional que irão ir de combate ao Projeto Ético-Político hegemônico da profissão (GUIMARÃES, 2019).

É importante a permanente investigação acerca da questão social e suas manifestações no cotidiano, para que dessa forma haja uma compreensão total da realidade para um trabalho eficaz, com respostas de fato satisfatórias aos usuários dos serviços das diferentes políticas públicas sociais. Vemos que há uma tendência do deslocamento da questão social e no trato de suas expressões para o setor privado em relação aos serviços públicos, ou ainda para o terceiro setor, em que torna-se objeto de ação filantrópica. O neoliberalismo despolitiza a questão social, desqualificando-a de questão política, pública e nacional, impulsionando o individualismo no cotidiano social (ÁVILLA, 2022).

Ávilla (2022) indaga em seu artigo ao XVII CBAS: “Como superar os dilemas do cotidiano? Como criar respostas qualificadas para o enfrentamento das expressões da questão social?” (ÁVILLA, 2022, p. 8). A autora dialoga com Iamamoto (2012) reafirmando a importância da articulação política permanente junto à sociedade civil, promovendo assim respostas de cunho democrático. Isso se dá a partir do fortalecimento do coletivo, a partir da construção de alianças e fortalecimento dos usuários.

Algumas referências que são usuais no cotidiano profissional contribuem para moralização da questão social, tais como a exclusão social, risco social e vulnerabilidade social. Além disso, menosprezam as expressões da questão social não as vendo como consequência do capitalismo e sua crise, sendo então vistas como possíveis de administrar nesse sistema. Imersos nessa realidade social imposta no cotidiano da profissão, indagamos: “o que fazer?”. Mesmo com os desafios, reforçamos que não estamos paralisados em um fatalismo infinito, mas que encontramos também as possibilidades para a atuação. Ávilla (2022) demonstra também que entender e nos conectarmos com as necessidades trazidas pelos usuários é um caminho, para além, buscar forças políticas em grupos coletivos para nos movimentos sociais, poder resistir ao avanço do capital e defender um projeto de sociedade radical e emancipatório (ÁVILLA, 2022).

Vale ressaltar que o/a assistente social não se resume a um executor terminal de políticas sociais. Seu trabalho não é “um mero emprego, como se esse se limitasse ao cumprimento burocrático de horário, à realização de um leque de tarefas as mais diversas, ao

cumprimento de atividades preestabelecidas” (IAMAMOTO, 2015a, p. 21 apud REIDEL; CORRÊA, 2019, p. 7), havendo competências intelectuais para realizar suas respostas às demandas que chegam ao profissional. Sua competência intelectual se realiza ao “desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano” (IAMAMOTO, 2015a, p. 20 apud REIDEL; CORRÊA, 2019, p. 7).

O contexto em que vivemos e atuamos é marcado por tempos “duros e sombrios, onde aflora cotidianamente o desalento e o desencanto” (PAULA, 2022, p. 1). A lógica do capital predomina o cotidiano, em que a vida possui menos valor que o lucro, momento em que a ideologia neoliberal se expressa por “gestores políticos da morte, em um contexto que foi ainda mais assolado pela pandemia provocada pela COVID-19” (PAULA, 2022, p. 2). A mesma autora aponta que o medo posto pela pandemia de ameaça à vida, de ameaça à rotina e a sua cotidianidade, que ocorreu de forma inesperada, transfere a nós um sentimento de gratuidade da vida, e para ela, não apenas em um sentido biológico de preservação, mas também no sentido mais amplo de existência, acarretando um potencial de rompimento da naturalidade de exploração a que a ordem burguesa instituída nos coloca (YASBEK, 2020 apud PAULA, 2022).

Para Paula (2022), ao XVII CBAS, a população buscou sobreviver como podia, haja vista que as políticas não alcançaram-na principalmente em decorrência dos cortes dos recursos que vêm sendo realizados pelos governos que sustentam o modelo neoliberal. Ou seja, o projeto privatista impõe às políticas aos interesses do mercado privado. A pandemia foi mais um momento em que ficou claro o ataque às políticas e direitos sociais e como isso atinge à população que recorre a esses serviços, bem como ao/à assistente social, que está imerso nesse processo como trabalhador.

Paula (2022) exemplifica em seu artigo ao XVII CBAS ao afirmar que os profissionais são tidos como “parasitas”. Essa fala é enunciada por Paulo Guedes, antigo Ministro da Economia do governo de Jair Messias Bolsonaro e retrata como são vistos os profissionais que atuam na política. A verdade é que esses chamados parasitas atuam em infraestrutura precária, com pouco ou ausência de equipamentos para a segurança e proteção individual, evidenciando as condições de trabalho a qual são submetidos, sofrendo ainda ataques aos salários já baixos que demonstra a ineficiência das políticas de enxugamento propostas pelo Estado (PAULA, 2022).

Salientamos que as possibilidades para um trabalho crítico se dão na realidade, a partir de sua análise, portanto, “o que precisamos fazer é buscar, perceber ou /captar onde estão essas possibilidades e como podemos transformá-las em propostas de ações profissionais” (PAULA, 2022, p. 9). Afinal,

uma conjuntura nova sempre nos traz a necessidade do exercício de novas análises. Por isso, frente a um cenário pandêmico, totalmente inédito para nós, se faz fundamental a realização de uma análise de conjuntura que seja pautada na perspectiva da totalidade para que possamos apreender o máximo de determinações que engendram esse momento da história. Partindo da análise concreta da realidade social, devemos aproveitar esse momento de tantos desafios para repensar as nossas ações, para rever os nossos instrumentos, para reconstruir as nossas estratégias e táticas, para realizar processos de avaliação e de planejamento – para que o nosso fazer profissional possa estar o mais sintonizado possível com as reais necessidades dos trabalhadores neste quadrante histórico. Por fim, em um contexto de tamanha devastação das políticas sociais, como vivemos em nosso país, os caminhos institucionais nos parecem absolutamente ineficientes. Talvez seja um bom momento para a construção de uma agenda de investigação e de articulação com movimentos sociais e populares (PAULA, 2022, p. 9).

Capítulo 2. Como o espaço de trabalho profissional e como seu cotidiano é/são atingido(s) na conjuntura de crise do capital

2.1 Demandas e requisições aos/às assistentes sociais: os limites e potencialidades de respostas atravessadas pela relativa autonomia profissional.

As requisições institucionais e demandas sociais foram uma das categorias mais apontadas frente a amostra da pesquisa realizada com os artigos do XVI e XVII CBAS. Visto que o profissional do Serviço Social é requisitado para dar respostas em seus espaços sócio-ocupacionais, tal categoria atravessará o cotidiano de trabalho profissional. Ademais, a autonomia relativa do profissional também é apresentada pelos autores, não apenas no viés de desafio, mas também como uma possibilidade de criar potencialidades na profissão.

Paula (2022) em seu artigo ao XVII CBAS propõe reflexões sobre os desafios que norteiam o cotidiano profissional, tratando principalmente do contexto de pandemia da COVID-19. Ela aponta que diante dessa conjuntura as requisições apresentadas ao Serviço Social eram equivocadas, desrespeitando a autonomia profissional e que elas buscam legitimar a ordem burguesa. A autora defende que as respostas profissionais não mobilizam apenas a dimensão técnico-operativa, mas todas as demais dimensões da profissão. Almeida (2019) apresenta em seu artigo ao XVI CBAS, colocações sobre as demandas, requisições e respostas profissionais do/da assistente social. O autor retoma a historicidade das demandas no contexto do capital e como surgem as requisições nas instituições. Sua discussão relaciona os limites e desafios das respostas profissionais.

Bittencourt e Castilho (2022) também apontam sobre as demandas e requisições em seu artigo ao XVII CBAS, no contexto de transformações do trabalho, que se agravou perante a pandemia da COVID-19. As autoras indicam em seu artigo que tal cenário, de novas demandas e requisições, impõe novas determinações para efetivação do nosso Projeto Ético-Político. Araújo e Araújo (2019) abordam em seu artigo ao XVI CBAS as categorias demandas e requisições e relativa autonomia defendendo o viés de que mediante as transformações impostas pela reestruturação produtiva e pela ideologia neoliberal, novas serão as necessidades sociais, novas serão as demandas e que esse quadro pode promover um alargamento ou não da autonomia.

Couto e Torres (2022) apresentam reflexões em seu artigo ao XVII CBAS sobre a dimensão técnico-operativa do/da assistente social, refletindo sobre os elementos que mobilizam a prática profissional, tais como as requisições e demandas que chegam ao/à assistente social. Os autores indicam que o saber do profissional vai ser mobilizado, bem como criar espaço para ações estratégicas que ampliem ou limitem sua autonomia profissional. Rodrigues e Sousa (2022) apontam em seu artigo ao XVII CBAS, que a força de trabalho do/da assistente social só poderá ser executada por meios e instrumentos que são capazes de atender as demandas em algum nível e que esses meios serão disponibilizados pelos empregadores, traçando uma dinâmica que influencia no cotidiano e na autonomia profissional.

Silva (2022) em seu artigo ao XVII CBAS também indica em seu estudo sobre tais categorias e reflete que a atuação do/da assistente social vai se legitimar por meio de sua capacidade, ou não, de dar respostas às demandas colocadas, demandas essas que vão se manifestar pela relação de exploração do capital. Traremos para reflexão, outros autores pesquisados, que por meio de seus trabalhos ao XVI e XVII CBAS compartilham suas perspectivas sobre o cotidiano do/da assistente social e dos desafios que circunscrevem sua prática.

As necessidades sociais determinam a utilidade de uma profissão em um contexto social e em um determinado tempo histórico. Verifica-se que em tempos de capital há a consolidação de duas classes, isso a partir do desenvolvimento das relações sociais. essas classes apresentam suas necessidades sociais, necessidades de cunho classista e antagônicas, nesse sentido, “a utilidade social de uma profissão encontra se nas respostas que a mesma consegue oferecer ao conjunto de necessidades apresentado pelas diferentes classes sociais” (PAULA, 2022, p. 7), essas respostas “(...) se transformam, por meio de muitas mediações, em demandas para a profissão” (GUERRA, 2021, p. 06 apud PAULA, 2022, p. 7).

Quando há o reconhecimento de determinadas necessidades sociais por parte de instituições que executam as políticas sociais, cria-se um lugar, um espaço sócio-ocupacional para diversas profissões, entre elas, o Serviço Social (AMORIM *et al.*, 2021 apud PAULA, 2022). Portanto, o trabalho do/da assistente social está legitimado pela “capacidade de produzir respostas às demandas que lhe são apresentadas” (SILVA, 2022, p. 4), haja vista que as demandas que se dirigem ao/à assistente social no seu cotidiano de trabalho e sua

funcionalidade como profissão estão diretamente ligadas à ordem socioeconômica burguesa no capitalismo monopolista (AMORIM *et al.*, 2021 apud PAULA, 2022).

É através das políticas ou serviços sociais que se dá a realização do trabalho profissional, por meio de respostas que criem condições que favoreçam a reprodução da força de trabalho. O trabalho do/da assistente social está ligado ao sistema de prestação de serviços que atendam necessidades sociais e também na reprodução da ideologia dominante. A partir de Guerra (2013), entendemos que uma profissão se legitima socialmente através das respostas que fornece mediante às necessidades históricas em um tempo e espaço histórico.

As demandas sociais possuem bases históricas que constituem necessidades sociais que são “funcionais ao processo de manutenção e reprodução das relações sociais em sua totalidade” (ALMEIDA, 2019, p. 2). No modo de produção capitalista, “esse sistema de necessidades sociais é fundamentado pela constituição de condições materiais, econômicas, política, cultural e ideológica que se reproduzem e que auxiliam de forma vital ao funcionamento da ordem estabelecida pela ordem metabólica do capital” (ALMEIDA, 2019, p. 2). Para Almeida (2019), ao XVI CBAS, as necessidades sociais se materializam em forma de demandas sociais, sendo mediadas pelo conflito de classes e se materializam, também, em desigualdade social.

A utilidade social de uma profissão advém das necessidades sociais. Numa ordem social constituída de duas classes fundamentais (que se dividem em camadas ou segmentos) tais necessidades, vinculadas ao capital e/ou ao trabalho, são não apenas diferentes mas antagônicas. A utilidade social da profissão está em responder as necessidades das classes sociais, que se transformam, por meio de muitas mediações em demandas para a profissão. Estas são respostas qualificadas e institucionalizadas, para o que, além de única formação social especializada, devem ter seu significado social reconhecido pelas classes sociais fundamentais (capitalistas e trabalhadores). Considerando que o espaço sócio-ocupacional de qualquer profissão, neste caso do Serviço Social, é criado pela existência de tais necessidades sociais e que, historicamente, a profissão adquire este espaço quando o Estado passa a Interferir sistematicamente nas refrações da questão social. (...) através de uma determinada modalidade histórica de enfrentamento das mesmas: as políticas sociais. Infere-se que as políticas e os serviços sociais constituem-se nos espaços sócio-ocupacionais para os assistentes sociais.(GUERRA. 2000, p. 56 apud ALMEIDA, 2019, p. 4).

Na sociedade capitalista, por exemplo, o/a assistente social está inserido nas relações sociais que vão se desenvolver em seu cotidiano profissional. Esse cotidiano é atravessado por um conjunto de determinações impostas pelo capitalismo, sendo o significado social da profissão associado aos diferentes sujeitos sociais que se relacionam, tais como os usuários atendidos nos diversos serviços e aos sujeitos contratantes. Nesse

sentido, o significado social da profissão dependerá das condições que se dará o trabalho profissional, visto que se realiza mediante a diferentes relações sociais (IAMAMOTO, 2007 apud BITENCOURT; CASTILHO, 2022). Lopes *et al.* (2019) vão concordar, em seu artigo ao XVI CBAS, com as autoras acima, dialogando também com Iamamoto (2012) ao afirmarem que a profissão se realiza por meio de condições objetivas e subjetivas, condições estas que são históricas e determinadas socialmente, visto que mediante a conjuntura em que se desenvolve, irá estabelecer necessidade sociais à profissão. O/A assistente social responde às demandas sociais por meio das requisições profissionais, respostas essas que são limitadas por uma correlação de forças que traduzem diversos projetos profissionais e de sociedade.

Como visto, ocorreram diversas mudanças no mundo do trabalho e também foram reorganizadas as políticas públicas e a intervenção do Estado, frente à reestruturação produtiva e a ideologia neoliberal. Essa nova configuração reflete no cotidiano do/da assistente social colocando novas requisições e demandas, solicitando novas respostas para a ação profissional do Serviço Social. Para Mota e Amaral (1998 apud ARAÚJO; ARAÚJO, 2019), as novas formas de reprodução da força de trabalho constituem os desafios para o trabalho profissional, colocando assim, novas demandas ao/à assistente social. Esse processo é desenvolvido em dois planos: o primeiro é mais visível e se dá no campo imediato, se relacionando com as questões que atingem de forma direta o exercício do trabalho do/da assistente social, como exemplo, as alterações do mercado de trabalho e as condições de realização deste trabalho. O segundo plano se liga a um campo mais complexo e amplo, associado ao surgimento das novas questões que envolvem o trabalho, problemáticas que podem mobilizar competências profissionais, tais como a formação de apontamentos políticos e éticos, respostas qualificadas e críticas para enfrentamento de tais questões (MOTA; AMARAL, 1998 apud ARAÚJO; ARAÚJO, 2019).

O ideal neoliberal tem causado um aprofundamento da questão social, desafiando o trabalho do/da assistente social nas respostas a favor das demandas da classe trabalhadora. Esse terreno contraditório é o cotidiano do/da assistente social, que atua com “o paradigma das relações de força, poder e exploração” (FALEIROS, 1993, p.126 apud CANÊO *et al.*, 2019, p. 10). Para Couto e Torres (2022), ao XVII CBAS, o exercício profissional, portanto, é mediado pelas requisições e demandas postas ao Serviço Social nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, isso requer do/da assistente social “uma capacidade de planejar e

executar respostas profissionais que atendam aos fenômenos decorrentes das expressões da questão social” (COUTO; TORRES, 2022, p. 3).

O/A assistente social tem em seu cotidiano demandas advindas da classe trabalhadora e das diferentes instituições que o contratam. Quanto à classe trabalhadora, as necessidades sociais se transformam em demandas sociais por meio da luta, do processo de mobilização e da constituição de formas de enfrentamento da classe trabalhadora organizada frente a ofensiva do capital. Para Paula, ao XVII CBAS, essas pautas que são levantadas pela classe trabalhadora refletem suas necessidades reais, sendo algumas delas captadas pelo Estado - que não é neutro, pois a serviço do capital e de seus interesses, institucionalizam as demandas por meio das políticas e dos serviços sociais (AMORIM *et al.*, 2021 apud PAULA, 2022).

A classe trabalhadora então enfrenta a dificuldade de acessos às políticas sociais por conta dos processos de burocratização e da dinâmica que as políticas sociais assumem com o advento do neoliberalismo. A população busca acessar os direitos que foram conquistados por meio de luta, os benefícios e serviços que de alguma forma respondem a alguma necessidade posta a esse indivíduo ou grupo. Nesse sentido, Paula (2022) argumenta em seu artigo ao XVII CBAS, que o/a assistente social é chamado a construir ações que responderão aos sujeitos sociais e às demandas sociais por eles postas, mediante as instituições contratantes.

Mas, além das demandas da classe trabalhadora, o/a assistente social responde também às demandas e requisições institucionais postas no seu cotidiano de trabalho, que no contexto de ofensiva neoliberal, tem “apresentado às/aos assistentes sociais requisições que reforçam muito mais os interesses dominantes do que o atendimento das reais necessidades dos nossos usuários” (PAULA, 2022, p. 8). Destaca-se ainda que muitas dessas requisições são equivocadas, pois não estão de acordo com as atribuições e competências profissionais dos/das assistentes sociais (PAULA, 2022). A profissão sofre consequências por estar sendo controlada por seus empregadores que determinam fatores como "vínculos de trabalho, formas de contratação, salários, sofrimento e adoecimento profissional" (RODRIGUES; SOUSA, 2022, p. 5). Para os autores, "as consequências da reestruturação produtiva provocaram mudanças nas formas de organizar e gerir o trabalho, sendo, dessa forma, geradas implicações no cotidiano de assistentes sociais" (RODRIGUES; SOUSA, 2022, p. 5).

Segundo Moreno e Wanderley (2022 apud SILVA, 2022) o cotidiano profissional de assistentes sociais está atravessado pelas relações com seus empregadores e instituições contratantes, repercutindo dessa forma, na autonomia relativa que esse profissional detém. Consequentemente, essa dinâmica impacta no processo de formulação de respostas que o/a assistente social fornece às expressões da questão social, sendo estas o objeto de trabalho profissional. Pereira (2022) destaca em seu artigo ao XVII CBAS que os empregadores requisitam diversos procedimentos e tarefas que refletem uma instrumentalidade operatória, estabelecendo ao/à assistente social um padrão de respostas pautadas em um ideal estabelecido pela instituição contratante, seja em projetos, programas, em um âmbito privado ou através da política social. Guerra *et al.* (2016 apud PEREIRA, 2022) aponta que a racionalidade formal-abstrata tenta pautar as respostas profissionais do/da assistente social, mediando a relação das demandas e das respostas profissionais.

Diante disso, o profissional é requisitado tanto pela demanda dos usuários quanto dos empregadores em seu espaço sócio-ocupacional, ou seja, são apresentadas aos/às assistentes sociais demandas que incidem em uma ação profissional na realidade social de sujeitos sociais (COUTO; TORRES, 2022). Tanto as demandas, quanto às requisições e também, as atribuições indicam o lugar da profissão na divisão social e técnica do trabalho, respondem ao Estado, já que de forma funcional responde as crises do capital frente ao desenvolvimento do capitalismo (GUERRA *et al.*, 2016 apud COUTO; TORRES, 2022).

Guerra (2009 apud COUTO; TORRES, 2022) aponta que as requisições são atividades que atingem as necessidades sociais que se vinculam à realidade social daqueles que demandam os serviços. Essas requisições se relacionam com o serviço a que o/a assistente social está vinculado, visto que este é um trabalho que se liga à uma determinada política ou instituição, sendo as requisições, objeto de respostas no trabalho profissional. Já sobre as demandas, Couto e Torres (2022) em seu artigo ao XVII CBAS indicam que elas se vinculam às requisições, representando aquilo que se deseja realizar, um pedido ou uma exigência direcionada a alguém, em suma, uma solicitação. As demandas, portanto, são necessidades ou reivindicações que se apresentam ao profissional no seu espaço sócio-ocupacional, em seu cotidiano de atuação, por meio dos usuários e dos contratantes. Em suma, representam as necessidades dos usuários e também das instituições, atravessadas pelas exigências e imposições dos espaços de trabalho e da prestação desses serviços sociais. Amorim (2010 apud ALMEIDA, 2019) indica ainda que as demandas possuem caráter

heterogêneo, expressando diversos interesses, e imediatas, devido a configuração de “urgência” das políticas sociais.

O exercício do trabalho profissional se dá em um cotidiano de requisições e demandas de sujeitos sociais, por meio de respostas que decorrem da condição de extrema pobreza e pauperismo que abarca a classe trabalhadora. As requisições e as demandas mobilizam o trabalho profissional, se constituindo como elementos fundamentais do trabalho que o/a assistente social executa em seu cotidiano (GUERRA *et al.*, 2016 apud COUTO; TORRES, 2022). Conforme Santos (2010 apud COUTO; TORRES, 2022, p. 6), elas “indicam as tendências postas à intervenção profissional, não sendo assim conservadoras em si mesmas, porque expressam (...) as condições históricas, socioeconômicas e políticas com as quais o profissional irá se deparar na execução de seu exercício profissional”.

A elaboração, realização e posterior análise desse exercício dar-se-á sob requisição e demanda, isto é, acontecerá se e quando o profissional for acionado a elaborar conhecimentos, explicações, ações ou novas ações que se apresentem no seu cotidiano, quase sempre sendo demandados ou requeridos por outrem. As demandas decorrem da desigualdade de classe, gênero e etnia que estrutura a sociedade capitalista. Assim, é possível afirmar que as frações da classe trabalhadora que vivem em condição de pauperismo são identificadas como o sujeito referenciado no e do trabalho dos/as assistentes sociais. As demandas decorrem das escassas condições objetivas de vida e das poucas possibilidades dos trabalhadores de ter atendidas suas necessidades de subsistências, do acesso precário aos serviços vinculados às políticas sociais, da violência estrutural, entre outras (COUTO; TORRES, 2022, p. 5).

A atuação do assistente social é necessariamente mediada pelas requisições e demandas que expressam os interesses tanto daqueles que o contratam como trabalhador assalariado, como dos próprios usuários. [...] O Estado absorve as demandas da classe trabalhadora, desde que não se oponham às apresentadas pela classe dominante. Neste sentido, ao atuar nas políticas sociais, será requerido aos assistentes sociais atender as necessidades sociais, fundamentalmente aquelas funcionais ao capital e favorecedoras da reprodução da classe trabalhadora. (TORRES, 2017, p. 8 apud COUTO; TORRES, 2022, p. 6)

Moreno e Wanderley (2022 apud SILVA, 2022) realizaram uma pesquisa no contexto de pandemia acerca das requisições institucionais aos/as assistentes sociais, segundo eles, as demandas que chegavam aos profissionais “reforçam um viés clínico e burocratizante do exercício profissional” (MORENO; WANDERLEY, 2022, p. 9 apud SILVA, 2022). Segue abaixo a tabela elaborada pelos autores.

	Total	Organização Social	Pública
Bases:	31	8	23
Convocação de familiares para atendimento da equipe multiprofissional	51,6	75,0	43,5
Solicitação de ambulância	38,7	87,5	21,7
Comunicação do boletim médico para os familiares/responsável	29,0	50,0	21,7
Entrega dos pertences do paciente para os familiares/responsável	29,0	50,0	21,7
Recebimento de pertences dos familiares/responsável para os pacientes	29,0	50,0	21,7
Transferência hospitalar	25,8	12,5	30,4
Agendamento de exame ou consulta	19,4	37,5	13,0
Preenchimento de declaração de comparecimento	16,1	25,0	13,0
Comunicação de óbito para os familiares/responsável	12,9	25,0	8,7
Não realizo nenhuma destas atividades	29,0	-	39,1
Índice de multiplicidade	2,81	4,13	2,35

Figura 2: Fonte - Moreno e Wanderley (2022 apud SILVA, 2022).

Os autores da pesquisa afirmam que os dados coletados nos trazem “um cotidiano profissional permeado por exercício profissional burocratizado e executante em contraposição ao que buscam afirmar o conjunto da categoria CFESS/CRESS, por meio da publicação de normativas e regulamentações que deslegitimam essas ações.” (MORENO; WANDERLEY, 2022, p. 10 apud SILVA, 2022). Notório que a pandemia agrava as crises sociais enfrentadas no país, acirrando e deixando ainda mais às claras, o desmonte dos direitos sociais e retrocessos das políticas sociais no contexto das contrarreformas neoliberais (LOLE, 2021 apud SILVA; RAVAGNANI, 2022).

Sobre o contexto pandêmico, Matos (2020 apud SILVA; RAVAGNANI, 2022), indica que no cotidiano de atuação do/da assistente social foi exigido um trabalho frente às expressões da questão social que não se pautava nas atribuições privativas e competências da profissão. Silva e Ravagnani (2022) colocam que esses profissionais estavam na linha de frente no que tange o enfrentamento da pandemia da Covid-19. Conforme Silva e Ravagnani (2022), ao XVII CBAS, esses profissionais foram requisitados a tarefas que não

representaram suas funções ou competências profissionais, sendo chamados a tarefas como informar familiares sobre a questão clínica dos pacientes, comunicar óbitos, repassar informações acerca de transferência de unidades de saúde, solicitar familiar para comunicação de óbito, e outros. Essas recomendações foram dispostas pelo Ministério da Saúde, mas que vão contra aos parâmetros de atuação dos/das assistentes sociais na política de saúde, não sendo atribuições dos/das assistentes sociais.

Silvino *et al.* (2019), ao XVI CBAS, também exemplifica a questão das requisições no Hospital Regional Tarcísio Maia (HRTM) entendendo como um desafio para os profissionais na garantia da efetivação do Projeto Ético-Político. Um exemplo citado é a questão da Declaração de Óbito (DO), que se intensificou na pandemia, mas já era parte do cotidiano profissional. Os autores apontam que alguns profissionais cedem à requisição, porém alguns se negam. Eles trazem ainda que segundo a resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) nº 1.601/200013, que é dever do médico(a) preencher este documento, mas que muitos repassam essa atividade ao/à assistente social, sendo esta uma atribuição privativa do(a) médico(a) (SILVINO *et al.*, 2019).

Paula (2022), ao XVII CBAS, indica que independente do contexto pandêmico, as respostas dadas no cotidiano profissional do/da assistente social trazem diferentes demandas a serem refletidas e trabalhadas para além da demanda posta em um momento específico de um atendimento. Nesse sentido, não se deve cair na armadilha de um fatalismo posto na cotidianidade, para Paula (2022), apesar do caráter "urgente" dos atendimentos, é possível captar questões que atravessam a vida de um grupo, interpretando a partir do arcabouço crítico adquirido ao longo da formação, às demandas tidas como individuais para um caráter universal. Fato é que o cotidiano constrói um terreno de trabalho que se caracteriza pela imediatividade, mecânica e rotineira, porém deve-se buscar a necessidade social para além da demanda colocada. Ter essa percepção é uma potencialidade que deve ser trabalhada, pois proporciona ações estratégicas que nos permitem romper com o imediatismo e conservadorismo posto nos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social (PAULA, 2022).

A identificação das demandas no nível do imediato não esclarece as reais necessidades que as determinam, pois embora as requisições profissionais apareçam como técnico-operativas, elas representam e contemplam um conteúdo essencialmente político-ideológico, em decorrência das contradições postas na própria constituição das demandas dirigidas à profissão. (AMORIM *et al.*, 2021, p. 6 apud PAULA, 2022, p. 8)

As demandas das classes sociais põem e repõem objetos para o Serviço Social. Estes encontram-se inscritos nas condições sociais das classes trabalhadoras e por isso são, de um lado, históricos, transitórios, encerram continuidades e rupturas e, de outro, ou não extrapolam o limite material ou mantêm-se no nível das necessidades imediatas. Tais demandas convertem-se em requisições profissionais, cujo atendimento requer a mobilização de um determinado nível de racionalidade, de uma parte; limitam e determinam as funções profissionais, de outra. Ao encontrar o seu âmbito de ação delimitado, tanto pelas condições acima apontadas quanto por outras determinações peculiares aos setores nos quais atua, o assistente social acaba por reduzir sua intervenção ao atendimento imediato da demanda, para o que aciona níveis de racionalidade os mais elementares possíveis, mas que lhe permitem responder às necessidades prático-materiais do cotidiano profissional, limitadas ao nível do empírico. Sob essas condições, as demandas das classes trabalhadoras tornam-se reincidentes e são repostas em níveis cada vez mais complexos” (GUERRA, 1995, p.199-200 apud ALMEIDA, 2019, p. 4).

Diante disso, visualiza-se que uma demanda trazida no campo particular por um sujeito, quando refletida, tem o potencial de trazer outras questões para o profissional de cunho universal. Isso proporciona o/a assistente social a construir ações que perpassam o campo coletivo, desenvolvendo um trabalho que se articulam com os trabalhadores e suas lutas (PAULA, 2022). Por isso, o/a assistente social deve estar alerta para evitar as armadilhas cotidianas em seu espaço de atuação, afinal, em sua prática, a cotidianidade pode reforçar a ideia de um trabalho focalizado e frágil, nesse sentido, não trazendo respostas satisfatórias aos usuários pois, mesmo considerando que o/a assistente social depende de uma série de fatores objetivos e subjetivos para tal, há ainda um desafio posto, o de articular as diferentes dimensões da profissão, mantendo assim uma postura ancorada na teoria crítica marxista, pois ao se manter alinhado a tal percepção, os profissionais do Serviço Social realizam respostas às diferentes demandas e requisições que rompem com o conservadorismo e utilizam estrategicamente respostas que superem os limites institucionais (SILVA, 2022).

Rocha e Pereira (2019) alertam, em seu artigo ao XVI CBAS, que dar respostas somente às demandas institucionais descaracterizam "o arcabouço construído no processo de formação, porque desconsidera a sistematização, a contextualização, o planejamento e a análise da totalidade concreta sob um método crítico" (ROCHA; PEREIRA, 2019, p. 4). Considera-se a intensificação do trabalho advinda da reestruturação produtiva e o imediatismo configurado pelos ideais neoliberais que incidem na formatação das políticas sociais repercutem no cotidiano do/da assistente social e nas respostas dadas as demandas que chegam até ele, essa configuração atinge a práxis profissional e também a compreensão da unidade teoria e prática, pois, como indica Netto (2014 apud ROCHA; PEREIRA, 2019, p. 4) “Não adianta ter prática se você não tem instrumentos teóricos. A prática não ensina nada,

nada... A prática é um grande livro, mas para a gente ler a gente tem que estar alfabetizado”. Os autores problematizam ainda que essas respostas imersas na imediaticidade se restringem ao particular, ao fragmentado, pois não atingem a totalidade do indivíduo e também não compreendem suas particularidades, atendendo pontualmente a uma demanda isolada (ROCHA; PEREIRA, 2019).

Acaba-se por reproduzir uma lógica pautada nos ideais neoliberais e capitalistas quando não se considera a totalidade da vida dos usuários que chegam aos serviços e instituições. Além disso, as respostas se restringem apenas às demandas e requisições das instituições, o que se coloca contra os ideais do nosso Projeto Ético-Político (ROCHA; PEREIRA, 2019).

Entende-se que as transformações que ocorrem no cotidiano profissional afetam as condições em que se realiza o trabalho profissional. Isso força o/a profissional a criar meios e estratégias para uma ação que supere as barreiras colocadas pelas instituições contratantes. Isso só ocorre pela condição de trabalhador assalariado, uma vez que sua força de trabalho é vendida no mercado, cria-se relações e condições para mediações no seu trabalho profissional (PELLOSO; SILVA, 2019). A intenção do capital é dar respostas que satisfaçam sua própria necessidade e perpetuem seu sistema opressor.

Esse sistema irá reduzir a demanda de trabalho, aumentará a população sobrando, o que resulta em um crescimento da exclusão social, política, econômica e cultural dessa população, tais como homens, jovens, mulheres e crianças da classe trabalhadora que são alvo dos mais diversos tipos de violência e degradação. Essa exclusão social manifesta uma contraditória relação, pois expressa o desenvolvimento do trabalho coletivo. Ou seja, a pobreza, a miséria e a exclusão representam o outro lado do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, expandindo o desemprego. (IAMAMOTO, 2015 apud SANTOS *et al.*, 2019). De um lado temos o desenvolvimento da tecnologia, da comunicação, do mercado, de outro enxergamos a face desse desenvolvimento, que reflete a exclusão da classe trabalhadora.

Verifica-se que as condições em que se dão as respostas profissionais no cotidiano de atuação do/da assistente social interferem no direcionamento que se dará aos usuários dos serviços sociais. Essas respostas podem contribuir para a superação da ordem burguesa ou reforçar o conservadorismo e exploração presente nesse sistema. É importante, nesse sentido,

a compreensão crítica da realidade social em que o profissional intervém, estimulando reflexões que ultrapassem a imediaticidade das demandas postas e propiciem uma elaboração de uma resposta verdadeiramente efetiva ao usuário (LOPES *et al.*, 2019). Ultrapassar a imediaticidade diz de como o profissional compreende o Projeto Ético-Político e o materializa nas respostas que dá aos sujeitos sociais.

As respostas que o/a assistente social entrega aos usuários ou às instituições expressam a forma como esse profissional absorve ou incorpora o Projeto Ético-Político. Lopes *et al.* (2019) vão trazer em seu artigo ao XVI CBAS que o cotidiano colocado ao Serviço Social impõe que as respostas sigam o padrão da imediaticidade. Esse cotidiano refletirá como esse profissional enxerga seu projeto profissional, se dará continuidade à sua formação, os valores que se identifica, o cotidiano e seu espaço de atuação, sua relação com o usuário. Estes são exemplos de uma realidade profissional em que o profissional poderá exercer sua autonomia de escolha sobre a qual projeto societário se associará (LOPES *et al.*, 2019).

Não pode-se ter uma visão reduzida e muito menos culpabilizar os profissionais quanto às respostas sem levar em consideração o contexto em que eles estão imersos. O cotidiano é marcado pela redução do investimento em trabalho vivo, que resulta na competitividade entre os trabalhadores, refletida tanto na classe como totalidade, quanto na categoria de forma particular. Além disso, o cotidiano apresenta a superexploração do profissional, tendendo a ceder às requisições institucionais frente ao medo do desemprego buscando a permanência no trabalho. Essa exploração se mostra em salários baixos, em obrigações que colocam o/a assistente social longe das suas atribuições privativas e competências profissionais. Ademais, o cotidiano também abarca imposições que colocam a polivalência, exercendo diversas funções a qual não foram contratadas (REIDEL; CORRÊA, 2019).

O capitalismo coloca novas demandas e necessidades que são incorporadas pelos diferentes espaços sócio-ocupacionais do/da assistente social. Há então uma intensa exigência do profissional para dar respostas que satisfaçam as demandas chegadas a ele, sendo necessário até mesmo driblar a realidade posta no seu cotidiano de trabalho, isso porque o Serviço Social se localiza em um terreno de precarização e destruição dos direitos sociais, em um lugar de desmonte das políticas sociais e públicas (OLIVEIRA; SEVERO, 2019). Como explicitado por Guimarães (2019), o Brasil é um país que nunca se ocupou com os direitos

sociais em sua historicidade, somente a partir de 1980, com a pressão social pela redemocratização no país que a Constituição Federal de 1988 passou a reconhecer os direitos sociais instituindo o tripé da seguridade social, para o autor, o país "tem nas políticas sociais uma trajetória histórica marcada por ações paliativas, fragmentadas, secundárias e marginais" (GUIMARÃES, 2019, p. 1).

Como visto, o projeto neoliberal coloca em xeque os direitos sociais com base na responsabilidade do Estado. A supressão dos direitos diz sobre um governo que está sujeito às exigências externas do grande capital internacional, que estabelece critérios de governo por meio do controle exercido pelos organismos internacionais, tais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Esse desmonte atinge o cotidiano do profissional, refletindo novas necessidades sociais que chegam por meio de demandas nos serviços públicos, refletindo um ataque aos direitos que foram duramente conquistados pela classe trabalhadora. Expressa ainda a nova configuração do Estado a partir de sua reforma, colocando na realidade dos sujeitos sociais os direitos como privilégios a serem realizados pelo terceiro setor, retornando a um perfil moralizador e assistencialista (GUERRA, 2010 apud GUIMARÃES, 2019). Nesse sentido, entende-se que a configuração sócio-histórica e política impõe diferentes demandas e requisições ao/à assistente social, influenciando também na forma como se dá o trabalho profissional de forma objetiva e subjetiva, impactando nas respostas que o profissional dá aos diferentes sujeitos sociais que solicitam seu trabalho.

Lobato *et al.* (2019), ao XVI CBAS, aponta que independente do período em que vivemos ser "normal", emergencial (quando há risco de danos à saúde ou serviços) ou em momento de calamidade pública (quando esses riscos se concretizam), as requisições institucionais solicitam do profissional respostas que vão se resumir à imediatividade, fragmentação ou serão pontuais. Isso ocorre pois os objetivos das instituições que nos contratam se relacionam com controle e manipulação da população trabalhadora, nos direcionam à operar sobre as consequências nefastas da exploração do trabalho, intervindo de forma que venha minimizar o sofrimento em nível superficial, de forma que nunca cheguemos à causa do problema social em si, o capitalismo.

Sabemos que independente do contexto de calamidade, as demandas que chegam ao profissional expressam necessidades sociais coletivas que resultam das péssimas condições de vida e de organização do trabalho na sociedade capitalista. "Sendo assim, a situação da

maioria da classe trabalhadora no Brasil e no mundo capitalista é de calamidade pública" (LOBATO *et al.*, 2022, p. 7). Portanto, independente do período vivido, as requisições aos profissionais se resumem a uma atuação restrita pela burocracia, ao controle da classe trabalhadora. Isso se manifesta em nosso cotidiano através de ações inúmeras de cadastramentos dos usuários, que não apresentam uma preocupação real com o atendimento ao usuário e não auxiliam no resultado do acesso deste usuário ao serviço que procura, restringindo-se à superficialidade e não à raiz da demanda apresentada. Os/As assistentes sociais, por sua vez, também sofrem o controle pelos seus empregadores, pela via da exploração da sua força de trabalho, sendo tomado em seu cotidiano por normas técnicas, funções, orientações que vão a favor dos interesses capitalistas, por contratos e salários precarizados. A autonomia se reduz, impondo desafios ao/à assistente social na realização de um trabalho pensado, crítico, educativo e preventivo (LOBATO *et al.*, 2022).

O cotidiano de assistentes sociais é repleto de requisições e demandas, é requerido do/da profissional o cumprimento de metas, normas e regulamentos que obrigam o/a assistente social a dar respostas, muitas das vezes, imediatas. A prioridade posta então é de responder, o mais rápido possível, as demandas que chegam ao/à assistente social. É uma dinâmica que solicita respostas imediatas, sem reflexão, meramente instrumentais e que se baseia simplesmente no senso comum, em analogias, em experiências anteriores, obedecendo às leis e orientações institucionais, sem um entendimento que distingue o trabalho profissional de leigos (GUERRA, 2013).

A dinâmica posta no cotidiano do profissional não é propícia a uma reflexão. Muitas são as exigências e requisições, então os/as assistentes sociais se limitam às tarefas de rotina. Para além da reflexão, o cotidiano dificulta a percepção de unidade das dimensões profissionais, como se a prática fosse distanciada da teoria e da crítica da realidade social. O cotidiano é palco do senso comum, que vê a prática como oposta da teoria, no discurso usual, na prática a teoria é outra. O ideal posto é de que a teoria constitui como um atraso para a prática, entendida como atividade. Isso resulta em respostas irrefletidas, esvaziadas da criticidade. Isso reflete o pragmatismo da vida cotidiana, haja vista que ela requisita dos profissionais respostas às demandas que sejam funcionais, respostas que não mobilizam uma reflexão ou a dimensão teórico-metodológica, mas que se resumem a pura manipulação de alguns fatores para algum resultado. Não importa os processos que envolvam a resposta, mas apenas a resposta em si (NETTO, 2000 apud GUERRA, 2013).

Sabemos também que as condições que envolvem as respostas profissionais do/da assistente social frente às demandas e requisições dependem, além da realidade imposta pela reestruturação produtiva e pelos ideais neoliberais, da autonomia que o profissional dispõe nos espaços sócio-ocupacionais em que atua.

O Serviço Social é uma profissão liberal regulamentada, possuindo relativa autonomia em seu exercício profissional, autonomia esta que “é tensionada pela compra e venda dessa força de trabalho especializada a diferentes empregadores” (IAMAMOTO, 2015, p. 215). Essa relação de tensão com os empregadores é mediada pelo mercado de trabalho por ser uma atividade profissional assalariada e sua compra e venda é realizada através de um equivalente geral, o dinheiro. (IAMAMOTO, 2015).

Quando o/a assistente social ingressa no mercado de trabalho, ele vende sua força de trabalho como uma mercadoria que possui valor de uso, pois atende uma necessidade social, e valor de troca, expresso no salário, e valor. É nesse processo que o profissional dispõe ao empregador um específico valor de uso, uma força de trabalho que é qualificada. É por isso que é necessário reconhecer a qualidade dessa força de trabalho e sua particularidade entre a divisão do trabalho coletivo. Em suma, reconhecer que essa força de trabalho dispõe de especificidades, compreendendo os meios para sua realização, sua matéria em que exerce o trabalho e os resultados produzidos. (IAMAMOTO, 2015).

Por ser um profissional assalariado, o/a assistente social incorpora parâmetros da instituição dispostos nas relações de trabalho e também no contrato de trabalho que baliza condições para sua realização, tais como: “intensidade, jornada, salário, controle do trabalho, índices de produtividade e metas a serem cumpridas” (IAMAMOTO, 2015, p. 218). Além de oferecerem os recursos necessários para efetivação do trabalho, os empregadores delineiam funções e atribuições ao trabalho coletivo. Tais exigências se materializam em requisições, estabelecendo diferentes funções ao profissional, condicionando o trabalho do/da assistente social por meio de normas contratuais que limitam a efetivação dos objetivos profissionais do/da assistente social. (IAMAMOTO, 2015). Todavia, as atividades profissionais também são tensionadas pelas necessidades dos sujeitos sociais que recebem o serviço prestado, configurando uma relação de poder que se materializa em demandas de classe. (IAMAMOTO, 2015).

Nesse sentido, entende-se que não depende apenas do profissional, mas sim de condições materiais e estruturais, das instituições e também do empregador, impondo assim limites e possibilidades nas respostas profissionais nos espaços sócio-ocupacionais. A exemplo do Estado, como empregador de assistentes sociais, vislumbra-se sua ausência, assim, se “desresponsabilizando de suas ações e penalizando a classe trabalhadora para fortalecer a hegemonia do capital financeiro. Isso acaba refletindo nas condições de trabalho e na vida dos usuários que utilizam os serviços” (IAMAMOTO, 2010 apud SILVINO *et al.*, 2019, p. 7).

Ou seja, os processos de realização do seu trabalho são controlados pelas instituições contratantes. Sua condição assalariada está associada à determinantes que direcionam o trabalho profissional (ÁVILLA, 2022). Em muitos espaços, a autonomia passa a ser até mesmo controlada pelos empregadores, Nesse sentido, os/as assistentes sociais estão inseridos em um processo em que sua autonomia depende do contexto econômico, político e cultural, manifestando-se de forma diferente em cada espaço que ocupa. As instituições requisitam os/as profissionais assistentes sociais, que detém uma força de trabalho especializada, que “só se transforma em trabalho quando consumida ou acionada, quando aliada às condições necessárias para que o trabalho se efetive aos meios e objetos de trabalho” (IAMAMOTO, 2015 b, p.64 apud REIDEL; CORRÊA, 2019, p. 5).

Para Iamamoto (2015) esse quadro configura um denso terreno de contradições e tensões, um local que abre espaço para o protagonismo profissional. A autora ainda nos alerta para o fato de que condicionar de forma unilateral as imposições do mercado de trabalho à atuação profissional pode sujeitar o/a assistente social a um trabalho alienado. (IAMAMOTO, 2015). Por isso é importante potenciar a relativa autonomia no que tange o exercício da profissão, frente a um projeto profissional coletivo, de caráter histórico, com base em valores humanistas, partilhando de um projeto comum para a sociedade (IAMAMOTO, 2015). “(...) os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, e sim sob aquelas que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 1978, p. 17 apud IAMAMOTO, 2015, p. 219).

O serviço social é uma profissão regulamentada no Brasil (1993) e, com isso, tem a garantia da sua autonomia, seja na emissão de pareceres e opiniões, nas escolhas metodológicas para realização de seu trabalho ou em outros aspectos. No entanto, outra característica importante dessa profissão, é sua condição de assalariamento, sobretudo nos espaços dos serviços públicos. O/A assistente social, diferente de outras profissões

liberais, têm uma relação essencialmente assalariada e, portanto, sua autonomia profissional está implicada nos contextos das instituições onde trabalha, tornando-a relativa. Dessa forma, essas características colocam ainda mais relevância na reflexão sobre o campo dos serviços públicos e autonomia relativa pois, é engendrado nesse cenário de limites e possibilidades que o trabalho profissional, inserido nos processos coletivos, se materializa (MELATTI, 2019 p. 3)

Diante disso, a relativa autonomia do/da assistente social o possibilita fornecer uma direção social no exercício de sua profissão, relativa autonomia esta que é resguardada pela legislação da profissão (IAMAMOTO, 2015). “A efetivação dessa autonomia é dependente da correlação de forças econômica, política e cultural em nível societário, e se expressa, de forma particular, nos distintos espaços ocupacionais, que envolvem relações com sujeitos sociais determinados.” (IAMAMOTO, 2015, p. 220). Portanto, apesar de se apresentar como um fator limitador das possibilidades de respostas do/da assistente social, constitui-se também como um fator potencializador da profissão. Para Amaral e Mota (1998 apud ALMEIDA, 2019, p. 6) a relativa autonomia do profissional se dá em uma determinada realidade e pode atuar problematizando-a com base no seu arcabouço teórico adquirido. Melatti (2019) em seu artigo ao XVI CBAS nos trás que é comum olharmos a autonomia relativa apenas com as lentes dos limites vistos no cotidiano de trabalho dos/das assistentes sociais nas instituições, pois há a prevalência de um ideal de que a autonomia só existe se for total.

Pensar a autonomia apenas no viés dos limites é errado, pois essa linha de pensamento desconsidera a concepção materialista histórico-dialética, concepção essa hegemônica na profissão, além de desconsiderar o Projeto Ético-Político da categoria. Afinal, mediante a essas concepções, as possibilidades da atuação e da realização da ética profissional estão postas e são reais e que, portanto, a autonomia relativa deve ser vista e entendida como instrumento de aumento das possibilidades profissionais em nossos espaços de trabalho, não apenas como limitadores da atuação e de respostas (MELATTI, 2019).

A autonomia não se realiza de forma automática, seu nível relativo de alargamento se dá frente às respostas que rompem com o conservadorismo, dependendo dos sujeitos sociais nos espaços sócio-ocupacionais, e também da capacidade dos profissionais de desvelar a realidade e de apreender as mediações frente à totalidade, tendo como base o construto coletivo da profissão, principalmente após o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (1979), o “Congresso da Virada”. É claro que o profissional é atingido pela relação do trabalho assalariado, mas em seu cotidiano de trabalho é possível refletir sobre estratégias de

trabalho que ultrapassem a lógica burguesa. (SCHUTZ & MIOTO, 2012 apud MELATTI, 2019).

Conforme Melatti (2019), ao XVI CBAS, as instituições que nos contratam, de forma geral, não vão demandar do/da assistente social um aumento das nossas possibilidades críticas, contudo, irão impor metas, direcionamentos burocráticos, eficácia e respostas imediatas. Portanto, alargar esses limites e potencializar nossa autonomia é tarefa do profissional que se associa a uma construção coletiva e que busca se aprimorar intelectualmente no que tange o entendimento da apreensão da realidade social, buscando a partir disso, formas de materialização do nosso Projeto Ético-Político e efetivar os princípios presentes em nosso Código de Ética profissional (1993). (MELATTI, 2019).

Ao pensar o projeto profissional, deve-se considerar as determinações citadas, mas entendendo-as não excluídas das condições macrossocietárias. Elas fornecem um terreno de cunho histórico em que a profissão se desenvolve, pois essas condições estabelecem limites e possibilidades para formulação de respostas que ganham viés histórico. Para Netto (1999, apud IAMAMOTO, 2015), os projetos profissionais apresentam aos sujeitos sociais a imagem da profissão, elegendo valores que trazem legitimidade social, apontando prioridades nos seus objetivos e funções, balizando comportamentos e a relação com os usuários dos diferentes serviços, além da relação com os diferentes empregadores. (IAMAMOTO, 2015).

Almeida (2019) defende, em seu artigo ao XVI CBAS, que existe um protagonismo profissional que é determinado pelos valores e princípios que os/as assistentes sociais poderão defender historicamente e coletivamente. A categoria irá dispor de uma autonomia relativa frente às respostas que dará às requisições solicitadas, podendo conduzir suas atividades e a partir delas, materializar a direção de seu projeto profissional. Através de sua autonomia relativa poderá defender um projeto que vise o macrossocietário, e mesmo com os limites e diante das possibilidades, poderá propor respostas de cunho histórico, pautadas pela teoria histórico-dialética. A autonomia se realiza tanto na atuação individual quanto na coletividade da categoria, baseada no Projeto Ético-Político do Serviço Social.

É necessário uma prática de reflexão no cotidiano, para que dessa forma possamos entender as demandas e necessidades sociais colocadas pelos usuários e também exercermos a criticidade da análise no que tange as requisições institucionais, entendendo que elas advém da lógica capitalista da ordem burguesa (AMORIM *et al.*, 2021 apud PAULA, 2022). Diante de tal conjuntura, “é importante analisar o exercício profissional do Serviço Social, para

suspender do cotidiano e encontrar formas de intervir nas demandas. Assim, fortalecer a profissão além de estimular novos questionamentos” (DUARTE, 2010 apud LOPES *et al.*, 2019, p. 7).

Uma possibilidade apontada por Melatti (2019) em seu artigo ao XVI CBAS, é o aspecto relacional do trabalho. Ele se mostra como uma característica do trabalho, em seu processo e não como resultado final do trabalho. Realiza-se na prestação de serviços do/da assistente social que fornece respostas que podem superar as imposições institucionais. Esse aspecto relacional que se realiza nas relações entre profissionais e usuários, sujeito a qual é destinada a atuação profissional, não é tomado de forma total pela lógica capitalista, pois nele se dispõem aspectos subjetivos, permeado pela possibilidade dos vínculos, trocas, diálogos que unem os sujeitos em determinada ação. A autora trará ainda que esse movimento do aspecto relacional em análise, é de suma importância no cotidiano profissional nos diferentes serviços, pois a capacidade criativa é potencializada para superarmos as regras e orientações institucionais, que em sua maioria se apresentam de forma autoritária e controladora, trazendo à possibilidade da efetivação e realização da nossa autonomia relativa (MELATTI, 2019).

Além desse aspecto, a autora também traz como potencialidade que:

O campo da criatividade profissional, mediante as construções coletivas de ampliação da autonomia relativa, pode revelar uma estratégia importante de materialização do projeto ético-político hegemônico do serviço social e pode, ainda, se objetivar: na leitura crítica da realidade, traduzindo os aspectos do não direito à população, numa dimensão participativa, educativa e pedagógica do trabalho profissional; na denúncia de violações de direitos humanos que revelem o compromisso profissional e favoreça a legitimidade social da profissão condizente com a defesa de direitos; no reconhecimento das requisições profissionais que burocratizem o trabalho profissional e possam interferir na relação com os/as usuários/as dos serviços; na elaboração de documentos técnicos que possam contribuir para o desvelamento da realidade social que, nem sempre, na imediatidade, aparece em sua essência; na geração de dados quali-quantitativos que sustentem a defesa por ampliação de serviços públicos de atendimento à população, com vistas ao acesso a seus direitos sociais; na relação com os/as usuários/as garantindo posturas democráticas, respeitadas, dialógicas e empáticas, no sentido de não dissociar conteúdo e forma da perspectiva de liberdade como princípio ético; na apropriação das produções científicas, técnicas e normativas que subsidiem as leituras da realidade sob a perspectiva de totalidade, num compromisso permanente com o aprimoramento intelectual; na diferenciação necessária entre os objetivos institucionais e os objetivos profissionais, culminando na formulação de projetos do serviço social – coletivos, sempre que possível – para que as atribuições e competências possam ganhar contornos concretos no cotidiano profissional; na aproximação dos movimentos sociais combativos e nas lutas mais gerais da

classe trabalhadora, estabelecendo a conexão necessária entre projeto profissional e projeto societário (MELATTI, 2019 p. 10).

No contexto social em que se dá a profissão, frente o lugar do trabalho no processo de reestruturação produtiva, aos ideais neoliberais preconizados que redirecionam o papel do Estado e promovem um desmonte dos direitos sociais, não podemos tomar uma ideologia fatalista, ou conforme Câneo *et al.* (2019, p. 10), vestir “um papel passivo diante das situações sociais e políticas que formatam o cotidiano profissional”, pois, conforme o mesmo autor, ao participar da reprodução da própria vida social, é que o Serviço Social planejar estratégias profissionais e políticas a favor dos interesses do proletariado. (CANÊO *et al.*, 2019, p. 10).

Devemos atuar e intervir na realidade social de forma consciente e crítica, não levando em conta somente os aspectos técnicos, mas antes ainda, as consequências éticas, econômicas e políticas de nossas ações, entendendo que elas influenciam de forma direta ou indiretamente na reforço da continuidade ou da superação da ordem social burguesa capitalista. Atuar tendo consciência e olhando com criticidade para os fenômenos sociais postos, constitui-se como perfil do profissional que se baseia em uma direção social que vai de encontro aos interesses da classe trabalhadora (VASCONCELOS, 2015 apud SILVA, 2022).

O Serviço Social tem como base um arcabouço crítico, apesar de não ser homogêneo, possui um direcionamento hegemônico que visa a transformação da sociedade capitalista, se alinhando à classe trabalhadora. Isso é resultado de um processo de lutas, como a renovação do Serviço Social no Brasil a partir da intenção de ruptura em 1970. (SILVA, 2022). “Em razão disso, a possibilidade de a profissão voltar-se a atender os interesses de seus/suas usuários/as é proporcionada a partir da estruturação de um projeto profissional coletivo que direcione o exercício profissional em seus diversos espaços sócio-ocupacionais (YASBEK, 2009 apud CANÊO *et al.*, 2019, p. 10).

O Serviço Social vai criar um novo rumo de cunho político e intelectual, diferente de suas heranças históricas. Amplia-se sua legitimidade para além dos seus empregadores, ou seja, não se incorpora somente interesses institucionais, mas também as necessidades postas pela classe subalternizada e seus diversos segmentos, classe essa que é o alvo dos serviços sociais. Essa nova face adquirida pela profissão é parte de um processo histórico, refletindo o movimento das classes, envolvendo aspectos econômicos, políticas e culturais. Este é o

alicerce sociopolítico que torna possível romper com as interpretações fixas em uma ideologia funcionalista para uma vertente histórico-dialética dentro do Serviço Social (IAMAMOTO, 2015).

As respostas dadas através de nossas ações profissionais vêm da nossa relativa autonomia, pedindo de nós um processo permanente de reconstrução, “buscando alternativas que respeitem a liberdade de escolha das pessoas e que sejam ações transformadoras na realidade social. Nossas ações devem buscar a ruptura dos preconceitos, dos rótulos, dos fatalismos e dos messianismos contemporâneos” (SANTOS, 2019, p. 5).

2.2 A estrutura da vida cotidiana frente a dinâmica do imediatismo das respostas profissionais

Outra categoria levantada na sistematização dos dados da pesquisa foi a do imediatismo, em que na amostra recolhida, aparece nos estudos apresentados ao XVI e XVII CBAS. Esse imediatismo será imposto mediante às formas de formatação da política social e também, em como os ideais neoliberais adentraram no cotidiano de trabalho da categoria profissional.

Silva (2022) em seu artigo ao XVII CBAS compreende essa categoria a partir das inflexões que atravessam o Serviço Social, que se originam da sociedade capitalista e que impactam no processo de respostas que o/a assistente social dará em seu trabalho cotidiano. Para o autor, a dominação capitalista requisita uma prática imediatista frente às expressões da questão social. Rocha e Pereira (2019) em seu artigo ao XVI CBAS apontam que o cotidiano nos coloca uma interpretação despercebida da realidade e que a dinâmica do imediatismo pode nos direcionar à respostas esvaziadas de totalidade e criticidade. Faz-se necessário a construção de respostas mediadas, que entendam e apreendam os fenômenos sociais além da aparência, entendendo-os a partir da dialética de movimento.

Lopes *et al.* (2019) expressam em seu artigo ao XVII CBAS que o trabalho profissional irá se inserir em um contexto complexo, mas que é necessária a compreensão da realidade enfrentada no cotidiano de trabalho. Propõe-se análises críticas para traçar caminhos de entendimento e superação da imediatividade. Fernandes e Rocha (2019) estudam

em seu artigo ao XVI CBAS o imediatismo na profissão e como se expressam na cotidianidade, relacionando a formação profissional e o conhecimento da categoria.

Guimarães (2019) discute em seu artigo ao XVI CBAS sobre os desafios profissionais com recorte nas demandas imediatas destinadas à categoria profissional. Traça ainda a mediação como um caminho para compreender a realidade e potencializar as respostas profissionais no cotidiano. Santos (2022) em seu artigo ao XVII CBAS defende que o imediatismo invadiu o ambiente cotidiano de trabalho, direcionando a compreensão dos fenômenos sociais postos e dificultando a interpretação da realidade social.

Reidel e Corrêa (2019) demonstram em seu artigo ao XVI CBAS que as demandas por respostas imediatistas se intensificam frente à exploração do trabalho e da burocratização a que os profissionais estão submetidos em seus espaços de atuação. Santos *et al.* (2019) trabalham em seu artigo ao XVI CBAS com a concepção de que há uma desvalorização da profissão, visto que o sistema pede ao/a assistente social respostas imediatas, sem compreender as necessidades sociais postas. Portanto, mostra-se crucial compreender essa categoria, para rompermos com o imediatismo das respostas que o cotidiano tenta nos impor.

A estrutura do capital no cotidiano profissional é marcada pelo desmonte dos direitos sociais e das políticas públicas, impõe inflexões no nosso local de trabalho profissional. Esse cotidiano em que vivemos e realizamos nosso trabalho é regido por um projeto conservador, pedindo do/da assistente social, práticas de cunho imediatistas e burocráticas (SILVA, 2022). O cotidiano, nesse sentido, é tomado por armadilhas que requerem um trabalho imediato, com respostas não refletidas e esvaziadas de criticidade. As respostas frente as demandas e necessidades sociais dos usuários são direcionadas pela instituição e pela ordem capitalista de forma a se resumirem “(...) ao cumprimento de rotinas e tarefas, limitadas à superficialidade e ao senso comum” (LACERDA, 2014, p. 23 apud ROCHA; PEREIRA, 2019, p. 3).

Essa dinâmica preconiza um trabalho profissional que não suspende o cotidiano, dificultando a análise da realidade que intervém e de sua totalidade. Isso resulta em uma análise que se restringe a aparência do objeto, fundamentando-se em uma “(...) concepção estruturada no pensamento liberal que tem como pressuposto direitos naturais: os indivíduos concebidos como portadores de uma natureza essencial, que não resulta das relações sociais (...)” (VASCONCELOS, 2015, p. 13 apud SILVA, 2022, p. 6).

A imediatividade é uma característica da vida cotidiana, sendo esta heterogênea e também hierárquica, caracterizada por relações e ações heterogêneas que expressam uma determinada hierarquia. Essa hierarquia não é eterna ou imutável, sendo modificada pela relação com as estruturas econômicas-sociais, pelos valores de determinada época da história (HELLER, 2016). Nesse sentido, a heterogeneidade hierarquizada do cotidiano, “introduz uma certa sucessão linear de gestos, atos e atividades repetitivas no dia-a-dia. A rotina, característica da cotidianidade, é feita exatamente desta sucessão linear e repetitiva” (CARVALHO; NETTO, 2000, p. 25).

Heller (2016) aponta que uma das características da vida cotidiana é a espontaneidade, sendo ela uma tendência na realização das atividades na cotidianidade. Ela é uma tendência em toda a atividade cotidiana, tendo motivações particulares e também humano-genéricas. A repetição e ritmo que se dão fixamente e de forma rigorosa na vida cotidiana é implicada pela espontaneidade. Diante disso, “na maioria das formas de atividade da vida cotidiana, as motivações do homem não chegam a se tornar típicas, ou seja, as motivações, em permanente alteração, estão muito longe de expressar a totalidade, a essência do indivíduo” (HELLER, 2016, p. 39).

O cotidiano centraliza o pensamento para resolução de questões que abarcam a cotidianidade, influenciando fortemente na ligação entre o pensamento e ação, deixando de abarcar a reflexão nas ações de rotina. Na vida cotidiana há a predominância do caráter momentâneo dos efeitos, por isso a atividade cotidiana não é práxis, pois as ações dispostas na vida cotidiana não são realizadas de forma consciente, mas em uma orientação direta do pensamento e ação (HELLER, 2016). Dessa forma, Heller (2016) destaca que,

O pensamento cotidiano orienta-se para a realização de atividades cotidianas e, nessa medida, é possível falar de unidade imediata de pensamento e ação na cotidianidade. As ideias necessárias à cotidianidade jamais se elevam ao plano da teoria, do mesmo modo como a atividade cotidiana não é práxis. A atividade prática do indivíduo só se eleva ao nível da práxis quando é atividade humano-genérica consciente; na unidade viva e muda de particularidade e genericidade, ou seja, na cotidianidade, a atividade individual não é mais do que uma parte da práxis, da ação total da humanidade que, construindo a partir do dado, produz algo novo, sem com isso transformar em novo o já dado (HELLER, 2016, p. 41).

Concomitantemente a isso, Heller (2016, p. 41) aponta que "a atitude da vida cotidiana é absolutamente pragmática". Dessa forma, a vida cotidiana envolvida no pragmatismo refletido pela união entre pensamento e ação, torna o pensamento fragmentado, trazendo equívocos sobre o que a autora trata como "correto" e "verdadeiro". Considera-se

"correto" na cotidianidade, aquilo que me permite seguir com ações trazendo o menor atrito possível. Sob esse viés, Heller (2016) indica que

Até mesmo os juízos e pensamentos objetivamente menos verdadeiros podem resultar corretos na atividade social, quando representarem os interesses da camada ou classe a que pertence o indivíduo e, desse modo, facilitarem a esse a orientação ou a ação correspondente às exigências cotidianas da classe ou camada em questão (HELLER, 2016, p. 42).

Outrossim, tem-se clareza de que uma ação que indica os interesses de uma classe pode atingir plano da práxis, superando dessa forma, a cotidianidade. Pois nesse contexto a ação torna-se ideologia, ganhando vida, não mais como atividade cotidiana, mas como práxis (HELLER, 2016)

Ao vislumbrar o pensamento que se realiza na cotidianidade entendendo-o no âmbito do pragmatismo, compreende-se que, "cada uma de nossas atividades cotidianas faz-se acompanhar por uma certa fé ou uma certa confiança" (HELLER, 2016, p. 44). A fé nasce na particularidade individual do sujeito, no plano da subjetividade. Então, o indivíduo estabelece suas crenças e a partir delas, pauta sua ação no mundo. Mostra-se como uma aceitação pragmática dos referenciais. Ao passo que a confiança enraíza-se no indivíduo, promovendo uma certa margem de capacidade analítica, de questionamento. Ela se mostra aberta a problematização. Então, "a confiança é um afeto do indivíduo inteiro e, desse modo, mais acessível à experiência, à moral e à teoria do que a fé, que se enraíza sempre no individual-particular" (HELLER, 2016, p. 44).

Torna-se evidente a ultrageneralização como característica do pensamento cotidiano, tanto em formas tradicionais, quanto na experiência individual (HELLER, 2016). Os juízos percebidos nas ultrageneralizações são juízos provisórios, sobre esse tema, Heller (2016) infere que "os juízos provisórios que se enraízam na particularidade e, por conseguinte, se baseiam na fé são pré-juízos ou preconceitos" (HELLER, 2016, p. 44). Esses juízos provisórios são exemplos da ultrageneralização, sendo uma característica da vida cotidiana reagir ao singular, responder estímulos singulares, resolver problemas singulares (HELLER, 2016). É necessário cuidado, pois é imperativo entender o singular sob a universalidade.

Mas não temos tempo para examinar todos os aspectos do caso singular, nem mesmo os decisivos: temos de situá-lo o mais rapidamente possível sob o ponto de vista da tarefa colocada. E isso só se torna possível graças à ajuda dos vários tipos de ultrageneralização. É assim, por exemplo, que se recorre à analogia. É através dela que, principalmente, funciona o nosso conhecimento cotidiano do homem, sem o qual não poderíamos sequer nos orientar; classificamos em algum tipo já conhecido por experiência o

homem que agora queremos conhecer sob algum aspecto importante para nós e essa classificação por tipos permite nossa orientação (HELLER, 2016, p. 45).

Vale destacar que o juízo provisório de analogia pode se tornar preconceito, mas esse juízo é inevitável no conhecimento produzido no cotidiano das relações, mas se expõe ao perigo da cristalização. Assemelha-se a isso o uso dos precedentes. "O precedente tem mais importância para o conhecimento da situação que para o conhecimento das pessoas. É um "indicador" útil para nosso comportamento, para nossa atitude" (HELLER, 2016, p. 46). Observa-se que isso tem efeitos negativos quando a percepção do precedente se torna um impedimento de captar aquilo que é novo, único de uma determinada situação (HELLER, 2016).

Nesse sentido, o pensamento frente a dinâmica do cotidiano se encontra limitado, restringindo-se a respostas que são em sua maioria, automáticas e superficiais, agindo na superficialidade dos fenômenos, se atendo a ações que se limitam aos moldes das políticas sociais redirecionadas pelo neoliberalismo. São impostas uma série de atividades no cotidiano profissional, levando o/a assistente social a uma "visão limitada apenas aos fenômenos do real: enxerga-se a pobreza, mas não o movimento histórico-econômico que a engendra; conhece-se o adolescente infrator, mas não a dinâmica que o leva a se constituir enquanto tal" (LACERDA, 2014, p. 23 apud ROCHA; PEREIRA, 2019, p. 4).

A reconfiguração do capital e suas estratégias de permanência acarretam consequências na prática dos/das assistentes sociais, afinal, como já dito, estão inseridos na divisão social e técnica do trabalho. Lopes *et al.* (2019) ao XVI CBAS, aponta que chama-se o profissional a uma prática, materializada no cotidiano, com respostas imersas na imediaticidade. O cotidiano é espaço de vivência, "o qual se realiza os aspectos da personalidade de cada indivíduo, onde busca-se respostas a diferentes problemas e questões, neste termos o cotidiano é o lócus de realização do exercício profissional da/o assistente social" (LOPES *et al.*, 2019, p. 7).

No capitalismo, o trabalhador não se reconhece em sua totalidade, pois esse sistema o torna alheio ao processo de produção e reprodução, tornando o trabalhador sujeito a alienação. Essa alienação o impede de compreender as armadilhas do cotidiano (LOPES *et al.*, 2019). Na lógica do capital, o/a assistente social é chamado a intervir nas manifestações da questão social, seu reconhecimento é dado a partir da resolutividade das demandas e requisições apresentadas a ele. Aqui, "o importante são respostas imediatas, já que atendem

aos interesses da manutenção do poder vigente. Nesse contexto, são irrelevantes os meios utilizados, desde que os fins sejam alcançados” (GUIMARÃES, 2019, p. 3).

Lopes *et al.* (2019) afirmam, em seu artigo ao XVI CBAS, que a imediatividade se restringe ao fenômeno aparente, aquilo que se apresenta de forma superficial sem permitir um aprofundamento das questões. Essa imediatividade que se realiza no cotidiano se associa com as necessidades que se apresentam no dia a dia, relacionando-se com a produção e reprodução social. Enfatiza-se novamente que o Serviço Social está inserido na divisão social e técnica do trabalho, encarregado de dar respostas às questões que são levadas ao profissional.

Guerra (2013) indica que as demandas e requisições que chegam ao/à assistente social são absorvidas de maneira imediata com pouca, ou nenhuma, reflexão, “o exercício profissional passa a se restringir ao cumprimento de rotinas institucionais, metas de produtividade, critérios de elegibilidade e o profissional passa a responder mecanicamente no âmbito das determinações da instituição” (GUERRA, 2013, p. 5).

Junto à imediatividade das ações, associa-se o espontaneísmo, que também é uma forma de intervir na realidade social colocada no cotidiano profissional. Essa característica reforça a resolutividade como primazia, uma resposta que reflete o pragmatismo, sendo útil na reprodução social das relações capitalistas, da ordem de hegemonia burguesa. Esse pragmatismo, impõe uma lógica de respostas que tem um fim em si mesmas, que não vão na raiz do problema e atuam como um reforço dessa ordem (GUERRA, 2013).

Os/As assistentes sociais enfrentam o avanço neoliberal no seu cotidiano, as estratégias do mercado e do Estado impõe um trabalho que se resume a respostas imediatas, por meio das burocracias das instituições e do próprio acesso às políticas sociais. Isso acarreta em uma prática acrítica, esvaziada de historicidade, reafirmando o conservadorismo, “a qual naturaliza e criminaliza as refrações da questão social. Portanto, colaborando na manutenção e legitimação do sistema capitalista” (LOPES *et al.*, 2019, p. 7).

É solicitado do/da assistente social uma solução imediata das questões que lhe são apresentadas no seu cotidiano, impondo uma lógica que não questiona a realidade e nem dispõe das consequências das respostas. Lopes *et al.* (2019), em seu artigo ao XVI CBAS, argumentam que o imediatismo impede de refletir acerca da autonomia que os diversos espaços nos reservam, impede-nos de buscar o “(...) conhecimento para desvelar a demanda

que chega, pois o que chega como demanda é para a solução imediata apresentada. Nessa perspectiva, não importa a qualidade, as implicações éticas e políticas e/ou a possibilidade das respostas profissionais” (LOPES *et al.*, 2019, p. 8). “Tudo se passa como se o exercício profissional fosse isento de teoria, de uma racionalidade, da necessidade de indagar sobre a realidade, de valores éticos e de uma direção política e social” (GUERRA, 2016, p. 46 apud LOPES *et al.*, 2019, p. 9).

Fernandes e Rocha (2019) vão trazer em seu artigo ao XVI CBAS que a vida cotidiana se estrutura na imediatividade, em uma ligação direta entre o pensar e o agir, sendo este último a base das respostas automáticas e do espontaneísmo. Esse sistema influencia em um modo de intervir pautado no pragmatismo, que para os autores caracterizam as respostas superficiais para as situações que chegam ao/à assistente social no seu espaço de atuação. Netto (1994 apud FERNANDES; ROCHA, 2019) indica que a postura positivista está intrínseca no imediatismo dos fenômenos sociais, para o autor, as posturas positivistas e neopositivistas se fundamentam na percepção imediata dos fenômenos que se apresentam ao/à assistente social.

Na imediatividade, a dimensão técnico-operativa é mobilizada, sendo direcionada pelo viés da resolutividade, direcionando o profissional a um trabalho “imediatista, e então, é possível que a dimensão teórico-metodológica da ação profissional não seja dada a relevância necessária” (GUIMARÃES, 2019, p. 3). No cotidiano, essa busca pela resolutividade imposta pelo ideal capitalista, direcionam o/a assistente social, todavia é importante entender que as respostas profissionais não devem se resumir ao imediato, mas se basear nos “fundamentos teórico-metodológicos, conhecimentos e saberes interventivos, habilidades técnico-profissionais, procedimentos teórico-metodológicos e de uma perspectiva ética com clara orientação estratégica” (GUERRA, 2014, p. 02 apud GUIMARÃES, 2019, p. 4). “A dimensão teórico-metodológica nos capacita para operar a passagem das características singulares de uma situação que se manifesta no cotidiano profissional do/da assistente social para uma interpretação à luz da universalidade da teoria e o retorno a elas”(GUERRA, 2014, p. 2 apud GUIMARÃES, 2019, p. 4). Ou seja, não somente a dimensão técnico-operativa deve ser considerada no momento da ação profissional, mas a totalidade no momento das respostas profissionais. Com base em Guerra (2014 apud LOPES *et al.*, 2019) vemos que:

É necessário entender o que, como, porque, para que e com o que fazer? A relação estabelecida entre essas questões expressam as ações profissionais. Da dimensão técnico-operativa emana a imagem social da profissão e sua

auto-imagem. A dimensão técnico-operativa é mobilizada no atendimento dos objetivos imediatos. Sua instrumentalidade está na resolutividade, ainda que apenas momentaneamente e em nível imediato, das demandas apresentadas. Nesse sentido, depende da adequada utilização dos meios (instrumentos) orientada aos fins visados. Fins éticos exigem meios éticos. Tendo em vista que muitas vezes para ter resolutividade utilizamos os meios mais diversos, mas nem sempre esses meios são de natureza ética. A dimensão teórico-metodológica refere-se à capacidade de apreensão do método e das teorias e sua relação com a prática profissional a fim de conseguir fazer uma leitura crítica da realidade social na sua totalidade, realidade permeada por múltiplas determinações, é dinâmica e está sempre em transformação. A dimensão ético-política envolve a projeção da ação em função dos valores e finalidades do profissional, da instituição e da população. Assim, tomando por base os fundamentos ontológicos e sociais da ética, é necessário lembrar que parte-se do entendimento de que o Serviço Social consiste numa profissão cuja emergência se deu na divisão sócio-técnica do trabalho que ocorre em uma fase bastante peculiar do capitalismo. Os princípios ético-políticos que norteiam a ação profissional na atualidade visam a superação da questão social que assumem na sociedade contemporânea diferentes formas e expressões. Exige do profissional uma reflexão ética e crítica a respeito dos valores morais existentes na sociedade capitalista e os princípios fundamentais que norteiam a profissão. (GUERRA, 2014; SANTOS, 2013 apud LOPES et al, 2019, p. 9).

Vemos que a imediatividade é associada ao ideal burguês no cotidiano de trabalho profissional, direcionando a ação para uma “intervenção momentânea, superficial, que se torna incapaz de interferir nas raízes das manifestações da questão social” (GUIMARÃES, 2019, p. 6). Para Guimarães (2019), em seu artigo ao XVI CBAS, as demandas não se apresentam como de fato são, sendo as necessidades sociais camufladas, então, se atuarmos somente no imediato, não atuamos no real.

As demandas advindas das instituições chegam ao/à assistente social esvaziadas de mediações, centralizando os objetivos técnico-operativos, as metas e fragmentado em nível espacial, como bairros, municípios, fragmentado a organização, como divisões por projetos ou áreas ou a população, como crianças e idosos (PONTES, 2011 apud GUIMARÃES, 2019).

Porém, mesmo diante dos desafios preconizados pela imediatividade e pela dinâmica a qual pertence, precisamos nos ater e nos dedicar também às possibilidades existentes no cotidiano profissional. Um deles encontra-se no instrumental, entendendo-o em sua condição histórica que atende as necessidades das duas classes sociais em confronto na ordem burguesa.

Para Guerra (2013 apud GUIMARÃES, 2019), a instrumentalidade do Serviço Social não impõe limites a apenas ações meramente instrumentais ou direciona o trabalho apenas

para o nível imediatista, mas também apresenta possibilidades “de validação vinculadas ao emergente, para o que necessita ser informada por teorias que se referenciam nos princípios ontológicos de constituição do Ser-Social” (GUERRA, 2005, p. 201, apud GUIMARÃES, 2019, p. 5) requerendo determinado grau de racionalidade para apreensão da totalidade dos fenômenos sociais e para dessa forma, atuar sobre eles.

A mediação também é um caminho na apreensão da totalidade. A mediação é ontológica, porque é uma categoria presente na realidade, independentemente do sujeito, portanto, objetiva. Guimarães (2019) entende, em seu artigo ao XVI CBAS, que é reflexiva porque está além do plano do imediatismo, ultrapassa a aparência e busca a essência dos fenômenos apresentados. Constrói-se mediações para apreender o movimento do objeto. Pontes (2012 apud GUIMARÃES, 2019) indica que é importante compreender a singularidade, universalidade e particularidade.

Vemos que a singularidade é encontrada em momentos, situações isoladas, tais como de um sujeito social, de uma família, grupo ou até comunidade. Essa singularidade se apresenta ao/à assistente social em forma de demanda nos atendimentos. As demandas precisam ser atendidas frente o que coloca a dinâmica da imediaticidade, e ao respondê-las diante do imediatismo, o trabalho não irá gerar transformações no sujeito, apenas terá uma possível resolução de um problema de forma isolada. Nessa perspectiva, há a tendência de que “os sujeitos acabam sendo culpabilizados pela situação em que se encontram” (PONTES, 2000 apud GUIMARÃES, 2019, p. 7).

Vale ressaltar que a singularidade também apresenta elementos que se relacionam com a universalidade e com a particularidade. No nível da imediaticidade ou da aparência x essência, a singularidade irá evidenciar aspectos que se relacionam com a universalidade e com a particularidade, portanto, demonstrando como válido e que deve ser considerado os dados da individualidade, ou seja, da subjetividade psico-social do sujeito (LUKÁCS, 1978 apud GUIMARÃES, 2019). Isso porque, para Pontes (2012 apud GUIMARÃES, 2019) alguns profissionais têm a tendência de desconsiderar o elemento da singularidade, não enxergando como parte da totalidade.

Conforme Guimarães (2019), a universalidade está além daquilo que se coloca como aparente da singularidade no cotidiano, é quando temos uma visão de totalidade frente às demandas, entendendo-as além do campo do imediatismo. A partir disso, temos capacidade

de fornecer respostas que são verdadeiramente eficazes diante das demandas. A universalidade nos permite romper com a visão fragmentada dos fenômenos, fazendo-nos considerar as legislações, as relações de produção e sociais, as relações entre o Estado e a sociedade civil, o mercado, as políticas, e outras, e entendendo assim que todas essas determinações vão influenciar nas demandas sociais que surgem em nosso cotidiano. (PONTES, 2012 apud GUIMARÃES, 2019).

Já a particularidade, consiste na captura, frente a cotidianidade, de mediações que particularizam a realidade social, “seja da vida privada, seja da vida profissional, a real interferência e determinação da legalidade social” (PONTES, 2012, p. 10 apud GUIMARÃES, 2019, p. 7). Quando partimos para o espaço de trabalho do/da assistente social, partimos para o “espaço em que o singular se universaliza e o universal se singulariza” (PONTES, 2000 apud GUIMARÃES, 2019, p. 7). Esse é um espaço de síntese das relações, lugar esse em que a razão superar o imediatismo e a aparência e processa os fenômenos de forma concreta e pensada, por meio das mediações que vão sendo traçadas, um sistema de articulações entre o singular e o universal, convertendo e sintetizando os aspectos históricos da realidade social (PONTES, 2012 apud GUIMARÃES, 2019).

É nesse espaço que se torna possível reconstruir o objeto profissional, é nesse lugar que “as leis e as relações capturadas no campo da universalidade, se particularizam na singularidade das relações sociais cotidianas, tornam-se relações particulares dentro de uma totalidade social” (PONTES 2012 apud GUIMARÃES, 2019, p. 7). Compreendendo esses aspectos da singularidade, universalidade e particularidade, Guimarães (2019), ao XVI CBAS, demonstra que as demandas que até então foram encaradas de forma isolada, nesse momento, ao ultrapassar a imediatividade das análises, deixam de serem encarados como um problema do sujeito ou da família, e assumem outros caminhos frente as mediações realizadas mediante uma análise que ultrapassa as barreiras do imediato e alcança uma perspectiva de totalidade, podendo buscar a essência e não se limitando a aparência (PONTES 2012 apud GUIMARÃES, 2019, p. 7). Para Kosik (1995, apud SANTOS, 2019).

O complexo dos fenômenos que povoou o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana que com a sua regularidade imediatismo e evidência penetra na consciência dos indivíduos agentes assumindo um aspecto independente e natural constitui o mundo da pseudoconcreticidade. A eles pertence: O mundo dos fenômenos externos, que se desenvolvem a superfície dos processos realmente existenciais; O mundo do tráfico e da manipulação, isto é, da práxis fetichizada dos homens (a qual não coincide com a práxis crítica revolucionária da humanidade); O mundo das

representações comuns, que são projeções dos fenômenos externos da consciência dos homens produto da práxis fetichizada formas ideológicas de movimento; O mundo dos objetos fixados, que são a impressão de ser condições naturais e não são imediatamente reconhecíveis como resultados da atividade social dos homens (KOSIK, 1995, p. 15 apud SANTOS, 2019, p.5).

Na imediaticidade esse mundo da pseudoconcreticidade, é, para o autor, “um claro e escuro de verdade e engano” (KOSIK, 1995, p. 15 apud SANTOS, 2019, p.5), ou seja, ao pensar a prática profissional, as demandas que chegam ao/à assistente social e solicitam respostas que sejam imediatas, nos mostram um caminho em que o real não está posto em um primeiro momento, sendo necessário ultrapassar a pseudoconcreticidade posta pela imediaticidade, pois “o fenômeno indica a essência e ao mesmo tempo a esconde, sugerindo que não é ele mesmo e vive apenas graças ao seu contraditório (KOSIK, 1995, p. 15 apud SANTOS, 2019, p.5).

Portanto, a essência não nos aparece de forma imediata, mas sim através das mediações que realizamos em relação ao fenômeno, sendo que a essência não se apresenta como um aspecto inerte ou passivo. Nesse sentido, entende-se que compreender o fenômeno é chegar no nível da sua essência. Isso nos mostra que se não houver o fenômeno ou sem a sua revelação na realidade, seria impossível atingir a essência. Por conseguinte, a realidade é a união da essência do fenômeno. O/A assistente social dispõe da linguagem como um instrumento que expressa a sua consciência e sua observação acerca da realidade. Para Santos (2019), ao XVI CBAS, tais elementos se mostram de extrema importância para a execução do nosso trabalho no cotidiano profissional, pois transformam nosso conhecimento em movimento, em ação.

Pelo fato de a essência não se dar de forma imediata, estabelece-se no cotidiano profissional o caráter de atendimentos imediatistas das demandas, impedindo que o profissional estabeleça uma relação continuada de trabalho direto com a população a qual trabalha. Essa dinâmica é moldada pelo capital pois é funcional a manutenção desse sistema, atendendo de forma pontual as demandas da classe e não suas necessidades reais. Os atendimentos imediatos “(...) afastam o profissional do trabalho direto com a população, pois são atividades que dificultam o estabelecimento de relações continuadas, que exigem acompanhamento próximo e sistemático.” (RAICHELIS, 2011, p.433 apud REIDEL; CORRÊA, 2019, p. 7).

Diante do exposto, entendemos que o cotidiano impõe uma dinâmica no trabalho profissional, sendo chamada a atuar na base da reprodução da força de trabalho. Nesse chamado, pode-se optar por um viés de contribuição da ordem vigente ou mover estratégias de lutas, garantindo e lutando pelos direitos da classe trabalhadora junto aos movimentos sociais contra o capital. As políticas sociais atuam na reprodução da ordem social, porém também representam conquistas frente às lutas dos trabalhadores (SANTOS *et al.*, 2019).

Destarte, vemos que é nos apresentado tanto limites quanto possibilidades no exercício profissional. E apesar do cotidiano apresentar um caráter de alienação, faz-se imperativo compreendê-lo e desvendá-lo para poder impedir que a alienação dos processos imediatos paralise as respostas críticas e eficazes. Cabe-nos manter e zelar por uma postura investigativa, que pesquisa de fato a realidade sobre qual opera o trabalho profissional. Essa postura se pauta na dialética, que questiona e estuda a realidade e que busca compreender a essência do fenômeno. Isso nos fará fugir de respostas que se resumem ao campo do imediatismo. A criticidade deve ser parte do exercício do/da assistente social, reconhecendo em todo seu trabalho, as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Logo, constituiremos uma categoria profissional que se compromete verdadeiramente com a classe trabalhadora, sendo esse profissional a ela pertencente. Ir além das rotinas e normas institucionais deve ser parte e tarefa do Serviço Social em seu cotidiano, negando assim a imediaticidade posta, indo além dos padrões capitalistas e buscando a ele, superá-lo. (MARTINELLI, 2011; IAMAMOTO, 2015 apud LOPES *et al.*, 2019).

Mediante a imediaticidade que se desenvolve na vida cotidiana, desenvolve-se tendencialmente o conservadorismo, que para Netto (1994 apud FERNANDES; ROCHA, 2019), se constitui no plano do pensamento. Fernandes e Rocha (2019) em seu artigo ao XVI CBAS, indicam que o conservadorismo se dá quando em nossa atuação imediata deixamos de lado a historicidade da vida social, bem como deixamos de analisá-las com criticidade frente às respostas dadas em nosso trabalho. Em suma, a falta da compreensão da totalidade social em que o sujeito está imerso e onde se desenvolve seu cotidiano de vida em um viés de historicidade. O conservadorismo aparece justamente nessa ausência de entendimento da totalidade dos processos do ponto de vista histórico. Isso acarreta em uma ação profissional que reproduz o pragmatismo este está imerso na estrutura da vida cotidiana (FERNANDES; ROCHA, 2019).

Sabe-se que é estabelecido uma dinâmica de complexidades no cotidiano profissional, que impõe ao/à assistente social uma atuação pragmática e imediata, principalmente pelo fato de estar imerso em um ordenamento econômico-político que é controlado pela ideologia capitalista, que difunde, das mais diversas formas, o pensamento conservador. “Esse pensamento conservador é potencializado pela ausência da perspectiva de totalidade em que o homem está inserido. É nesse sentido que o conservadorismo se legitima no cotidiano das relações sociais” .(FERNANDES; ROCHA, 2019, p. 8).

Portanto, o/à assistente social precisa estar ancorado em uma base sólida nas dimensões profissionais, tais como a teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, para que dessa forma possamos realizar uma análise crítica da realidade social que atravessa seu cotidiano profissional, norteando seu trabalho. Diante disso, será capaz de entender e interpretar as expressões da questão social e sua ação será estratégica e potencializadora no sentido de intervir além do imediatismo e da aparência do fenômeno, com um atendimento que busca entender e compreender os fenômenos sociais. Fernandes e Rocha (2019) trazem ainda um destaque importante, sobre a formação e o exercício profissional que possuem como desafio desenvolver a capacidade de compreender a realidade e propor ações de trabalho criativas, que atuem na efetivação dos direitos dos usuários mediante as demandas que surgem no cotidiano profissional. (GUERRA, 2009 apud FERNANDES; ROCHA, 2019).

2.3 Conservadorismo e Serviço Social: sua relação com a profissão e como esse pensamento impõe influxos no trabalho cotidiano do/da assistente social.

Frente à pesquisa bibliográfica realizada com os artigos do XVI e XVII CBAS, verifica-se que o conservadorismo foi um dos aspectos mais citados pelos autores dos artigos analisados. Isso indica um dado importante para nós, cabendo-nos a reflexão para os dias atuais, que o conservadorismo ainda se faz presente no cotidiano profissional de assistentes sociais, manifestando-se de diferentes formas na realidade social.

Câneo *et al.* (2019) em seu artigo ao XVI CBAS apresentam a ideia de que as particularidades do Brasil, tais como nos aspectos políticos, econômicos e sociais facilitam a

invasão do conservadorismo. Seu estudo se foca na imagem social da profissão, discutindo, como a categoria citada irá influenciar na sua imagem. Silva (2022) em seu artigo ao XVII CBAS também aponta o conservadorismo como fator influente no cotidiano profissional. A autora propõe uma reflexão da origem do Serviço Social e como se relaciona com o pensamento conservador, bem como sobre a forma que se dá a ruptura com esse ideal.

Santos e Vasconcelos *et al.* (2019) em seu artigo ao XVI CBAS realizam uma análise acerca das expressões do conservadorismo no curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), no período da ditadura militar, analisando os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs). Destacam a expressiva referência à moralização da questão social como fator marcante em sua pesquisa. Souza *et al.* (2019) em seu artigo ao XVI CBAS defendem que o Serviço Social sofre os impactos das contradições da ordem vigente, momento em que as relações sociais são reduzidas as relações econômicas e nesse cenário, o conservadorismo busca se fortalecer, procurando paralisar as lutas sociais.

Santos (2022) contribui com seus estudos ao XVII CBAS acerca do neofascismo na política brasileira, que se apoia no conservadorismo, constituindo um de seus pilares. Sua discussão se alinha sobre como essa configuração busca adentrar nos espaços de trabalho profissional, dificultando a efetivação do Projeto Ético-político. Silva (2022) em seu artigo ao XVII CBAS debate sobre a reatualização conservadora no nosso país e sobre como os profissionais sofrem os rebatimentos dessa dinâmica em seu campo de atuação, impondo desafios à categoria profissional no que tange a manutenção do Projeto Ético-político. Silva e Araújo *et al.* (2019) refletem em seu artigo ao XVI CBAS sobre o neoconservadorismo nos dias atuais e como ele age no desmonte das políticas sociais atingindo a dinâmica de trabalho do/da assistente social em seu cotidiano de trabalho. Portanto, a partir desses autores e da contribuição de outros, discutiremos sobre essa categoria que ainda se faz tão presente na profissão.

O posicionamento conservador ligado ao contexto político, se associa, geralmente, a posicionamentos que vão contra aos avanços das pautas trazidas pela esquerda, a exemplo, “é implicado como conservador o indivíduo ou grupo político contrário, por exemplo, à luta pela universalização dos direitos e às demandas pela radicalização da democracia” (CANÊO *et al.*, 2019, p. 4). Os autores apontam em seu artigo ao XVI CBAS ainda que esse posicionamento também se relaciona com a ideologia do mercado, que promove uma mercantilização da vida social, avançando ainda para o campo dos direitos humanos. Eles trazem que por vezes

liberalismo e conservadorismo são tomados como sinônimos por alguns, porém cada corrente possui uma “trajetória histórica e uma proposta teórico-política próprias” (CANÊO *et al.*, 2019, p. 4).

Edmund Burke é o maior representante do conservadorismo, pensamento ideo-político, contrário aos movimentos revolucionários do século XVIII. Defende como central os valores e as instituições que surgiram antes da sociedade moderna, com foco na tradição, na disciplina e na ordem. Essas instituições são tidas como fundamentais, no seu ponto de vista, para o funcionamento da sociedade de forma harmônica, tais como a igreja, a propriedade privada e a família. Nesse viés, o Estado fica com a função de manter a ordem e a família, bem como garantir a reprodução desses valores. Para esse pensador, as leis devem regular a sociedade civil e conduzir os sujeitos à cooperação, reafirmando a desigualdade em uma lógica de complementaridade (BURKE, 200 apud CARDOSO; ALVES, 2018 apud CANÊO *et al.*, 2019).

Santos e Vasconcelos *et al.* (2019) indicam em seu artigo ao XVI CBAS que em um primeiro momento o pensamento conservador vai negar os elementos da modernidade. Burke (apud SANTOS; VASCONCELOS *et al.*, 2019) se posicionou mediante à revolução francesa, principalmente à dimensão sociocultural que rebatia as instituições do modo de produção feudal. É a partir de 1848 que a burguesia deixa de ser universal para se tornar uma classe particular, defendendo seus interesses particulares. Opera-se então a refuncionalização do pensamento conservador que terá como norte a neutralização da cultura moderna, principalmente dos ideais emancipatórios. Ou seja, em sua origem o conservadorismo é antiburguês e restaurador, no pós 1848, se caracteriza como contrarrevolucionário. Agora seu foco é manter a ordem e assegurá-la da ameaça de revolução.

Frente à historicidade da profissão, sabe-se que o Serviço Social emerge ligado à caridade e com o viés assistencialista. No desenvolvimentismo, a profissão foi solicitada para adequação dos trabalhadores à ordem vigente, preconizando uma postura de responsabilização dos sujeitos frente à condição social de sua realidade. O trabalho era pautado em uma lógica que buscava promover a harmonia das classes com o Estado, acreditando que dessa forma, o desenvolvimentismo do país se estabeleceria. Nesse sentido, a atuação se resumia ao ideário católico e com vista a moralizar os sujeitos sociais, culpabilizando-os pelos problemas sociais vigentes.

Silva (2022) aponta em seu artigo para o XVII CBAS que a questão social, no surgimento do Serviço Social, é visualizada como um problema moral, com o olhar do profissional focado na adequação dos indivíduos e das famílias para solucionar os problemas materiais, morais e sociais. Esse ideal foi preconizado em toda América Latina, com marcas de uma ideologia higienista da questão social, vendo-a como ineliminável. O que podia ser feito era uma amenização de suas manifestações, com direcionamentos limitados (NETTO, 2001 apud SILVA, B., 2022). “Para o pensamento conservador, a questão social será convertida em objeto de ação moralizadora, sendo principal objetivo da burguesia a preservação da propriedade privada e dos meios de produção” (SILVA, B., 2022, p. 2-3).

Silva (2022), em seu artigo ao XVII CBAS, trabalha as ideias de Augusto Comte e Émile Durkheim, que ganham espaço a partir de seu pensamento conservador, divulgando preceitos sobre as relações entre a sociedade, Estado e indivíduos, a defesa se centraliza nas instituições e na sociedade burguesa. O ideal conservador “é um traço fundante do Serviço Social no Brasil, (...) a profissão cria diálogo com o positivismo e com o funcionalismo” (SILVA, 2022, p. 3). Incide na profissão a partir da base neotomista e funcionalista, se desenvolve com o positivismo e do aspecto fenomenológico (SOUZA, 2015 apud SILVA, 2022).

Essa base ideológica passou a ser questionada a partir de 1960, mediante o avanço do capital, subordinando territórios da América Latina aos países do capital central. Nesse sentido, passa a se questionar o tradicionalismo do Serviço Social que respondia aos interesses dominantes, havendo uma busca pela revisão teórica, metodológica e operativa da profissão. Silva (2022) em seu artigo ao XVII CBAS demonstra que a aproximação com o marxismo e o desenrolar do movimento de renovação do Serviço Social direciona a uma revisão do seu papel frente às relações sociais capitalistas. “Essa vinculação do Serviço Social com a vertente marxista trouxe para profissão uma maturidade teórica e profissional, ampliando e aprofundando os fundamentos teóricos metodológicos.” (SILVA, 2022, p. 4).

Com a maior intervenção estatal, as ações profissionais se ampliaram a fim de garantir a expansão urbana e industrialização do Brasil, fazendo emergir novas demandas frente às necessidades sociais dos sujeitos sociais requerendo assim, maior aperfeiçoamento profissional, principalmente com a aproximação com outras profissões, principalmente a partir de 1970 pela legitimação no âmbito acadêmico (OLIVEIRA, 2019). Ademais, é no final dos anos 1970 que há uma aproximação real do Serviço Social com os movimentos da

classe trabalhadora frente ao processo de redemocratização do Brasil. Silva *et al.* (2022) afirma em seu artigo ao XVII CBAS que é nesse período que acontece o Movimento de Reconceituação da profissão, com "uma renovação crítica baseada no Marxismo, percebendo, assim, a contradição do sistema capitalista e o antagonismo de classes". (SILVA *et al.*, 2022, p. 6).

Vale ressaltar que essa aproximação inicial do Serviço Social Latino-Americano com o marxismo, conforme Netto (1989 apud OLIVEIRA, 2019), "dá-se de maneira enviesada, uma aproximação ao marxismo sem Marx" (OLIVEIRA, 2019, p. 3). Parte de "um viés derivado dos constrangimentos políticos, do ecletismo teórico e do desconhecimento das fontes clássicas". (NETTO, 1989, p.98 apud OLIVEIRA, 2019, p. 3).

A profissão, portanto, vai passar por um processo de ruptura com o conservadorismo a partir da aproximação com o marxismo no âmbito acadêmico. Para Oliveira (2019), ao XVI CBAS, a interlocução que traçada nesse contexto dará aportes histórico-sociais que são essenciais ao Serviço Social, guiando as análises das condições de trabalho do profissional, a sociedade e seus aspectos culturais burgueses e a possibilidade do processo de revolução.

Vivia-se um período de ascensão dos movimentos sociais e também das lutas em torno da Carta Constitucional de 1988, bem como da defesa do Estado de Direito. A Constituição vai se fundamentar na ideia de equidade social e dos direitos sociais universais. Ela consolida conquistas da classe trabalhadora, ampliando os direitos em diversos campos, como na educação, na saúde, na assistência, e outros. Para Oliveira (2019), ao XVI CBAS, é mediante essa conjuntura, que pela primeira vez, se vê a política social com amparo constitucional.

A categoria foi indagada sobre a posição política, "e não ficou a reboque desses acontecimentos, impulsionando um processo de ruptura com o tradicionalismo profissional e seu ideário conservador" (IAMAMOTO, 2009, p. 18 apud SILVA *et al.*, 2022, p. 6). Sabe-se que o protagonismo dos movimentos sociais e seu combate à miséria, foram cruciais para o avanço dos direitos sociais.

Frente ao Movimento de Reconceituação, o Serviço Social buscou romper com o conservadorismo histórico que constituiu a profissão, na dimensão técnico-operativa, na teórico-metodológica e na ético-política, tendo como base o marxismo e se apoiando em princípios de totalidade dos fenômenos, reconhecendo valores como a liberdade, equidade e

justiça social e lutando pelos direitos da classe trabalhadora visando a emancipação humana. (SILVA *et al.*, 2022). Oliveira (2019), ao XVI CBAS, irá afirmar, em conformidade, que esse cenário de lutas desenvolve aportes éticos legais na profissão, promovendo um processo de ruptura com o conservadorismo. Ele demonstra ainda que os Códigos de Ética de 1986 e 1993 expressam essa nova forma de interpretação da realidade social.

Com a intensiva neoliberal a partir de 1990, as ideologias pós-modernas e neoconservadoras avançam no Brasil. Em contrapartida, é nesse período que o Serviço Social tem o seu Código de Ética (1993) e a efetivação do Projeto Ético-Político baseado no ideal crítico-dialético com a perspectiva de totalidade dos fenômenos. Esse projeto visa a luta pela emancipação humana e defende valores como a liberdade, igualdade e justiça social (SIMIONATTO, 2000 apud SANTOS *et al.*, 2019). A tradição marxista fornece bases para compreensão do significado social da profissão, indicando parâmetros que vão dar clareza ao trabalho profissional na realidade social, possibilitando aos/às assistentes sociais elaborar críticas às suas práticas e respostas profissionais, apreendendo, cotidianamente, os processos sociais. (NETTO, 1989 apud OLIVEIRA, 2019).

Para Netto (2009 apud SILVA *et al.*, 2022) o Serviço Social parte de uma visão conservadora a partir de dois pontos: “o primeiro, com uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, para manutenção e reprodução do capital; a segunda, é o surgimento da profissão subalterna às ciências sociais, com ênfase no conservadorismo” (NETTO, 2009 apud SILVA *et al.*, 2022, p. 8). Sua inserção se dá em diferentes espaços sócio-ocupacionais, e como já citado, com o exercício a partir das respostas desenvolvidas pelos profissionais diante das necessidades sociais, proporcionando o acesso às políticas sociais e serviços, promovendo efeitos na condição de vida dos sujeitos sociais (YAZBEK, 2009 apud CANÊO *et al.*, 2019).

Ao atuar frente diferentes serviços, o/a assistente social atua em um contexto de luta, valores e resistência que são expressas na dinâmica das relações sociais na sociedade, portanto, em um processo de reprodução do capital e fornecendo respostas às demandas da classe trabalhadora. Esse cenário contraditório se torna cada vez mais conservador, já que abrange “as formas culturais, a subjetividade, as identidades coletivas, (...) estimula um clima de incertezas e desesperanças” (IAMAMOTO, 2010, p. 144 apud SILVINO *et al.*, 2019, p. 5).

Santos *et al.* (2019) afirmam em seu artigo ao XVI CBAS que as práticas conservadoras não se encerraram em um tempo passado, mas fazem parte do presente e do futuro caso a luta pela igualdade não se concretize no cotidiano profissional. O momento que vivemos hoje, de crise do capital e de sua reestruturação, retoma visões de cunho conservador, além de positivistas e fragmentadas. "O aumento do conservadorismo e da ideologia dominante que naturaliza as desigualdades sociais e culpabiliza o sujeito são algumas das armas do sistema." (SANTOS *et al.*, 2019, p. 10). A atuação conservadora é solicitada pois a crise do capitalismo aflora as desigualdades sociais, sendo essa dinâmica a "base sócio-histórica da requisição social da profissão" (IAMAMOTO, 2015, p. 18 apud SANTOS *et al.*, 2018, p. 11). A requisição desse tipo de trabalho acontece por meio das seletivas políticas sociais, "com diminuição dos recursos, dos salários, com cortes de direitos sociais materializados em serviços sociais públicos" (SANTOS *et al.*, 2019, p. 11). Para Barroco (2013, p. 201 apud SILVA *et al.*, 2022, p. 8), "não podemos ignorar que o Conservadorismo tem raízes históricas na profissão: para parcela da categoria, trata-se de uma opção política conscientemente adotada. Nesse sentido, a conjuntura pode favorecer a sua reatualização, sob novas roupagens e demandas".

Nesse sentido, vemos que uma ruptura não significa que o conservadorismo deixou de existir na profissão. Vemos que ele se entranha de diferentes formas, assumindo roupagens que nem sempre são perceptíveis no nível imediato. Ou seja, a ruptura com o conservadorismo não excluiu todas suas tendências na profissão, visto que o corpo profissional dos/das assistentes sociais é heterogênea, portanto, propícia à existência de outras formas de pensar a profissão, tendo em vista a democracia pública e a concorrência dos diferentes projetos profissionais no interior da categoria. (NETTO, 2009 apud SILVA, B., 2022).

O pensamento conservador é despolitizante, pois procura naturalizar ou psicologizar as relações sociais. Verificamos no contexto atual que a família compõe esse sistema conservador, vista como uma das bases da sociedade e exercendo uma função de manter a harmonia. Santos e Vasconcelos *et al.* (2019) vão afirmar, ao XVI CBAS, que por isso, o/a assistente social deve redobrar sua atenção nas respostas que realiza no cotidiano, pois o conservadorismo tentará redirecionar nossa atenção para uma perspectiva de culpabilizar os sujeitos, colocando-os como desajustados ou como problema.

Atualmente a ideologia conservadora ganha força e Souza *et al.* (2019) apontam em seu artigo ao XVI CBAS que isso impacta diretamente no cotidiano profissional do/da assistente social, visto que essa profissão tem como objeto de trabalho a questão social. O pensamento conservador busca reafirmar a gênese do Serviço Social, com o viés da caridade, da filantropia e da amenização dos conflitos. Esse pensamento é articulado para que a lógica burguesa se beneficie, pois se liga aos elementos do modo de vida passado para que se interprete a realidade atual com esses elementos.

Visando preservar esse sistema de produção, o conservadorismo aparece no cenário atual com o fortalecimento da direita. O acirramento da questão social nos mostra a intensa concentração dos capitais nas mãos de poucos, a intensificação da desigualdade, do pauperismo, o aumento de desemprego e a mercantilização de serviços que antes eram públicos. O projeto dominante tem como objetivo minimizar cada vez mais o Estado para o social, oprimindo a classe trabalhadora e reforçando a ideia de meritocracia, responsabilizando os sujeitos pelo seu sucesso ou fracasso. Essa dinâmica não se coloca na parte do trabalho profissional, pois está nas entranhas das normas e burocracias, dos discursos, do reforço da moralização dos sujeitos. Provoca o individualismo e a concorrência entre a própria classe. Para Souza *et al.* (2019), ao XVI CBAS, as novas configurações da questão social expressam a banalização dos sujeitos e o conservadorismo opera na adesão dos indivíduos aos movimentos que criminalizam os movimentos sociais e se aproximam dos movimentos neofascistas.

A reprodução de uma lógica conservadora acontece principalmente a partir de uma análise da realidade esvaziada de criticidade, produzindo um automatismo regido pela lógica conservadora. Com a intensiva neoliberal, a regressão dos direitos sociais passou a ser imperativa no cotidiano do/da assistente social e na sua relação com os usuários que atende. Frente às relações conservadoras, impulsionadas pelo avanço dos ideais neoliberais, o cotidiano profissional será marcado pelo acirramento da questão social e dos desmontes de direitos anteriormente conquistados. Lopes *et al.* (2019) defendem em seu artigo ao XVI CBAS que é nesse cenário contraditório e complexo que o trabalho se realiza, mediante a duplicidade de atender os interesses dos sujeitos contratantes e também, daqueles que buscam os serviços sociais.

O momento em que vivemos e os espaços em que se realiza o trabalho do/da assistente social expressa a discriminação e a naturalização dos preconceitos, com origem em

juízos provisórios. Lutar contra o conservadorismo é um desafio diário para os/as assistentes sociais em todos os espaços em que ocupam. É preciso conhecer a realidade a qual se intervém para que dessa forma, se operacionalize o projeto profissional do/da assistente social nas respostas que dará aos sujeitos sociais. Portanto, o conhecimento das condições históricas que abarcam o trabalho profissional pode-nos trazer limites, mas também abrir os nossos olhos às possibilidades da realização do trabalho. Santos (2022) em seu artigo ao XVII CBAS compreende que o conservadorismo vai se apresentar e tentar alcançar os segmentos da classe trabalhadora para envolvê-los com seus discursos de defesa do nacionalismo, de posição contra a corrupção da esquerda, pelo retorno de valores tradicionais, pautados, muita das vezes, em uma moral religiosa.

Para entendimento do pensamento conservador é preciso analisar as particularidades da realidade social, tendo em mente que o Brasil está imerso nas condições sócio-históricas de um país periférico e dependente. Para Borges e Matos (2020, p.71 apud ÁVILLA, 2022), está “(...) em curso no país a implementação de um projeto ultraneoliberal, que tem como sua contraface um projeto ultraneoliberal [..]”, consolidado com o golpe de Dilma Rousseff a partir de 2016. “Isto significa que a partir desse marco vivenciamos no Brasil o aprofundamento dos pressupostos do neoliberalismo e do neoconservadorismo” (ÁVILLA, 2022, p. 3). Para Câneo *et al.* (2019), ao XVI CBAS, o processo de aprofundamento do conservadorismo no Brasil se dá no Golpe de 2016 e nas eleições de 2018, em que se mostra em linhas claras a articulação do Estado com o projeto neoliberal e ainda, a promoção do conservadorismo como uma de suas bases. Nesse sentido, vê-se que o conservadorismo tem sido o foco do cenário político brasileiro nos últimos anos. (SOUZA, 2016 apud CANÊO *et al.*, 2019).

No atual contexto de crise, há uma reatualização do conservadorismo, sendo um fator central na manutenção do capitalismo, pois esse ideal fortalece as bases de exploração, trazendo impactos no cotidiano dos sujeitos sociais. “Alguns autores tratam avivamento de valores e políticas que pregam a competitividade, o individualismo, intolerância religiosa, discriminação, opressão às mulheres, negros e negras e à população LGBTQI” (SILVA, B., 2022, p. 6)

Sobre o mesmo aspecto, Silva, Fernandes e Silva (2022) vão afirmar, ao XVII CBAS, em conformidade que a reatualização do conservadorismo se fortalece pelas determinações sociais colocadas pelo advento do neoliberalismo e suas estratégias: reduzir o Estado e

avançar com o fundamentalismo religioso. Tais características rebatem no Serviço Social, tornando o cotidiano de trabalho propenso aos ideais pós-modernos. Esses ideais questionam a teoria marxista e dão força ao conservadorismo, repercutindo no exercício profissional dos/das assistentes sociais, alterando as relações de trabalho e as respostas às demandas dos sujeitos sociais.

O pensamento conservador está imerso na reprodução das relações sociais, operando em uma lógica de reprodução ideológica que abarca elementos estruturais e conjunturais, que se liga aos movimentos da direita, se reatualizando de acordo com o que ordena o capital. Essa reatualização é imposta pelo próprio sistema que o torna funcional para a manutenção, pois se relaciona com as formas de reatualização das formas de expropriação e exploração do trabalho, tentando determinar um modo de vida e de se relacionar que se adeque à ordem vigente (SILVA, 2022). Para Silva *et al.* (2022), ao XVII CBAS, o conservadorismo, que sempre esteve presente na profissão, se reatualiza, portanto, fortalece as colocações acima levantadas, e dessa forma ganha força frente às determinações societárias vivenciadas no contexto atual, dificultando um trabalho crítico e dialético.

O conservadorismo não está mais escondido, mas está nas ruas, principalmente estimulado pelo governo de Jair Messias Bolsonaro, vendo a população marginalizada como dispensável. O conservadorismo se mostra na mídia, na sociedade e em todos os lugares da vida cotidiana, reforçando a moral conservadora, visto que naturaliza os preconceitos contra as mulheres, contra a população LGBTQIA+, contra a população de rua, população negra, indígena, naturalizando ainda as diversas formas de violência e os retrocessos colocados à democracia. Ávilla (2022) reforça em seu artigo ao XVII CBAS que o conservadorismo vai trazer à tona o neofascismo, que irá se expressar na intenção de eliminar a esquerda, com apelo às milícias e a gestão da miséria.

Sua pauta comportamental retrógrada, sob o argumento da defesa da família tradicional, monogâmica e cristã, contra a homossexualidade e os direitos da mulher e dos negros, se integra perfeitamente à pauta econômico-social brutalmente regressiva, através de contrarreformas do Estado, do ajuste fiscal e de medidas que requerem o recrudescimento da coerção, do silenciamento das divergências e o retrocesso no conjunto das práticas sociais. Essencialmente antimoderno no conteúdo, mas moderno na forma, esse novo conservadorismo de tipo reacionário faz uso de ferramentas e estratégias *high techs* e de inovações tecnológicas, como a utilização intensa das redes sociais e robôs. Essas novas dinâmicas digitais surgem como meio de ampliação de sua capilaridade social e da defesa de ideias retrógradas, através de um discurso sintonizado com as premissas neoliberais de desregulamentação, privatização, mercantilização e apelo ao empreendedorismo. Assim, as práticas e ideologias do núcleo central desse

conservadorismo reacionário filo-fascista são reveladoras da ofensividade ideopolítica das classes dominantes, qualificando-se como as principais estratégias de enfrentamento da crise econômica e política que se espalha no país – e isso se dá por meio da implantação de um programa autoritário e antipopular, condizente com os interesses do capital financeiro e rentista (MOTA; MAVI, 2020, p. 203-204 apud SILVA, 2022, p. 5).

O conservadorismo avança no cotidiano de atuação profissional do/da assistente social e também no processo de formação, vemos “a retomada da moralização da questão social, alinhada com uma política de militarização da vida social, com a ampliação de medidas coercitivas, punitivas, controle, disciplinamento e perseguição da classe trabalhadora” (SILVA, B., 2022, p. 6). Para Boschetti (2015, p. 647 apud SILVA *et al.*, 2022),

(...) a incorporação do pensamento pós-moderno nos currículos, à revelia das Diretrizes Curriculares, tem revitalizado alguns traços conservadores, como: o metodologismo, com ênfase no tecnicismo e legalismo positivista, substituindo análise crítica por um arsenal de técnicas; o teorismo acrítico sendo adotadas categorias pós-modernas e conservadoras das Ciências Sociais (Sociologia, Psicologia e Antropologia), com abordagens neutras e superficiais; o aligeiramento da formação; o pragmatismo baseado na filosofia utilitarista, imediatista e no discurso da teoria x prática; o voluntarismo, que favorece a ação individualizada e pragmática; o contentamento com o possibilismo típico do conformismo com o que está posto na instituição (BOSCHETTI, 2015, p. 647 apud SILVA *et al.*, 2022).

Nessa orientação negam-se as análises macroestruturais, o legado marxiano e a tradição marxista, na prevalência das expressões fenomênicas e aparentes da realidade. Essa direção afeta sobremaneira a vida cotidiana, que traz elementos da imediatividade e da heterogeneidade, plasmadas por imagens e representações e não por determinações articuladas entre objetividade e subjetividade. O conhecimento sensível se aparta do conhecimento racional, e, portanto, de sua dialeticidade processual, necessária ao ensino, à pesquisa, à produção de conhecimento e ao trabalho profissional como unidade indissociável entre teoria e prática (ABRAMIDES 2021, p. 23 apud SILVA, B., 2022, p. 6-7).

O conservadorismo se reproduz nas relações de desigualdade, nos atos de preconceito e racismo, na dinâmica de disputa das classes sociais e na difusão do horror ao comunismo. Silva *et al.* (2022) aponta em seu artigo ao XVII CBAS que a difusão dessas questões é possível pelo racionalismo que impõe o pessimismo, divulga o individualismo, naturaliza as expressões da questão social e as contradições sociais. (BARROCO, 2015 apud SILVA *et al.*, 2022).

Os autores destacam as 23 Teses pela Reforma do Serviço Social Brasileiro, escrito pelo professor Edson Marques de Oliveira, evidenciando como o conservadorismo tem avançado no cenário atual. Para este autor é necessário reformar o Serviço Social, visto que sua essência foi perdida mediante ao militantismo político. Ele visa o resgate de uma atuação humano-social, voltando às origens, visto que para o autor o discurso militante é ilusório e

utópico, e para ele, descaracteriza a ação profissional (OLIVEIRA, 2017 apud SILVA *et al.*, 2022).

Sabe-se que dentro de uma categoria existem contradições e que a hegemonia de um projeto profissional não o torna homogêneo. “Sempre existirão segmentos profissionais que irão propor projetos alternativos, mesmo um projeto hegemônico não será exclusivo” (SILVA *et al.*, 2022, p. 9). Porém, discutir sobre esse movimento se faz fundamental no atual contexto, pois o fortalecimento do ideário conservador reforça o processo de produção e reprodução do capital, tendo como consequência o desemprego estrutural que é inerente ao capitalismo, precários contratos, a reorganização do Estado, a banalização da questão social e outros elementos, que reforçam programas sociais precarizados e pautados no imediatismo (SILVA *et al.*, 2022).

Em seu cotidiano o/a assistente social esbarra com dois ideais diferentes: um que se relaciona à tradição marxista, buscando a totalidade dos fenômenos para realização de seu exercício profissional, e outro, ligado ao ideal conservador, que diz de um nível imediatista, “uma prática profissional fragmentada, restrita às demandas do mercado de trabalho, cuja apreensão não permite extrapolar a aparência dos fenômenos sociais, não buscando ir à essência de fato” (SILVA *et al.*, 2022, p. 10).

O conservadorismo é expresso na imediaticidade, na unidade do pensamento e ação, referindo a sistema de ideias que compartilha de tendências ideopolíticas e teóricas (ÁVILLA, 2022). Vemos que existe um movimento que busca renovar o conservadorismo na profissão, mesmo com o avanço do criticismo dentro do Serviço Social.

O neoliberalismo e o conservadorismo suas ideologias que vão fortalecer a ordem burguesa, destruindo a intervenção do Estado na esfera social, haja vista o desmonte dos direitos sociais e dos programas e conquistas históricas do proletariado. Essa união impõe novas configurações na economia e também no social, tanto na regulamentação das políticas públicas quanto no reforço da violência provocando um medo social. (BARROCO, 2015 apud SILVA; ARAÚJO *et al.*, 2019). Essa conjuntura é típica na periferia do capital e de caráter dependente, como no Brasil, em que as ideologias conservadoras tendem a ganhar espaço e invadirem, com intensidade, a cultura, a economia e a política (SOUZA, 2015 apud SILVA; ARAÚJO *et al.*, 2019).

Vemos que pela historicidade profissional, o Serviço Social busca criar e fortalecer sua identidade profissional, assumindo, atualmente, uma direção social hegemônica que se compromete com a classe trabalhadora. “A hegemonia atual da categoria rompeu com o conservadorismo e o tradicionalismo outrora existente na profissão” (CANÊO *et al.*, 2019, p. 7). Todavia, sabemos que no cotidiano, lugar em que se expressam as contradições do modo de produção capitalista, é permeado por uma estrutura que pode levar o profissional a respostas conservadoras frente a análise das necessidades sociais dos sujeitos, Porém, enquanto mantemos nosso foco nas limitações não temos a percepção das possibilidades que podemos atingir nos espaços em que ocupamos (GUERRA, 2014 apud LOPES *et al.*, 2019).

Mais uma vez há um destaque para a articulação das dimensões profissionais, visto que elas são um instrumento que fortalece o trabalho crítico e nega o conservadorismo que expressam preconceitos e se reduz aos valores imediatos, focando apenas na dimensão técnico-operativa. Ao basearmos nossa perspectiva na criticidade, entendemos que não existe uma posição neutra dentro do cenário capitalista, por isso, o/a assistente social não deve ser visto apenas como um executor de políticas, afinal, suas ações podem reforçar o conservadorismo ou tentar romper com ele. Lopes *et al.* (2019) em seu artigo ao XVI CBAS, enfatizam em seu artigo ao CBAS que apesar dos inúmeros desafios, existem potencialidades que nos permitem fugir do fatalismo, tais como a articulação, como pertencentes da classe trabalhadora, junto aos movimentos sociais.

Sabe-se que não é uma trajetória fácil, tendo em vista que a profissão se coloca na contramão do percurso capitalista, enfrentando desafios em seu cotidiano de trabalho para promover uma atuação pautada em uma análise crítico-dialética. Essa análise permite “apreender o movimento histórico decorrente das transformações societárias a partir de uma perspectiva vinculada a um projeto emancipador e anticapitalista que vise o protagonismo da classe trabalhadora” (SILVA *et al.*, 2022, p. 10).

Mesmo com os avanços do conservadorismo, o Serviço Social brasileiro contemporâneo se apresenta de uma maneira profissional e social renovada, estando voltado para a defesa dos trabalhadores, pois se reconhece como um trabalhador explorado e alienado; ao compromisso com a afirmação da democracia; da liberdade; da igualdade e da justiça social. Nessa direção social, a luta pela afirmação dos direitos de cidadania, que reconheça as efetivas necessidades e interesses dos sujeitos sociais, é hoje fundamental como parte do processo de acumulação de forças em direção à emancipação humana. (SILVA *et al.*, 2022, p. 10)

Enfrentar o conservadorismo se faz urgente, por meio de leituras críticas, pela defesa da classe trabalhadora e de seus direitos, pela atenção ao imediatismo que impõe um tecnicismo. A categoria possui instrumentos que foram conquistados coletivamente, por meio de luta e resistência, tais como o Código de Ética (1993), as Diretrizes Curriculares, nosso Projeto Ético-Político e a Lei de Regulamentação são exemplos de que a profissão pode superar os limites por meio da coletividade, reforçando valores que incentivem essa luta coletiva na superação do capitalismo. (SILVA, B. 2022).

Destacamos também que para além desse quadro, cabe enfrentar os desdobramentos da reestruturação produtiva que se manifestam no cotidiano profissional, momento esse em que o trabalhador passa a exercer atividades que vão além de suas funções e ainda, não sendo remunerado por isso. Associado a isso, com os processos de terceirização, verifica-se uma massa de demissões, sobrecarregando os profissionais que permanecem no circuito do mercado. Para atender às muitas demandas colocadas ao profissional e dar conta das várias funções, as respostas imediatas se apresentam como o caminho, operando um conservadorismo nas respostas frente às imposições das relações sociais de produção capitalista.

Destarte, frente ao avanço do neoliberalismo frente ao capital financeirizado, vê-se uma tônica ultraneoliberal e ultraconservadora. Isso se manifesta na exploração e precarização do trabalho, com o aumento da desigualdade frente às relações sociais de produção capitalista. Os direitos sociais são reduzidos ou inexistentes, em contrapartida, assiste-se ao aumento das técnicas que reforçam o individualismo e o enfraquecimento dos movimentos sociais (ÁVILLA, 2022).

2.4 A precarização do trabalho

Na pesquisa realizada com os artigos do XVI e XVII CBAS, a precarização do trabalho foi um dos aspectos mais apontados pelos autores estudados, constituindo-se como um fator de influência no cotidiano profissional do/da assistente social. Reidel e Corrêa (2019) em seu artigo ao XVI CBAS, trabalham acerca das transformações do mundo do trabalho e como elas atingem o cotidiano do/da assistente social nos espaços ocupacionais. A partir do método dialético-crítico, as autoras discutem sobre a precarização do trabalho no

contexto atual e como ela incide nas respostas dadas pelos/pelas assistentes sociais. Da mesma forma, Oliveira e Severo (2019) problematizam a precarização do trabalho do/da assistente social no contexto neoliberal vivenciado pela sociedade brasileira, buscando identificar os rebatimentos para o Serviço Social.

Silvino *et al.* (2019) em seu artigo ao XVI CBAS também apontam a precarização do trabalho como um fator que atinge os/as assistentes sociais. Em seu artigo ao CBAS, os autores trabalham a ideia de que a exploração da força de trabalho impacta as dimensões da vida social e afeta a atuação do Serviço Social, frente a precarização do trabalho e também mediante a flexibilização dos direitos e garantias sociais. Bitencourt e Castilho (2022) demonstram em seu artigo ao XVII CBAS reflexões acerca dos impactos da intensificação e da precarização do trabalho no cenário atual. Em seu estudo, elas apontam algumas particularidades também frente a pandemia da Covid-19, entendendo que o contexto da pandemia agravou as condições que se desenvolvem o trabalho de assistentes sociais.

Rocha e Pereira (2019) em seu artigo ao XVI CBAS apresentam como objeto de estudo o trabalho do/da assistente social, discutindo a intensificação do trabalho e o imediatismo nas armadilhas do cotidiano. As autoras compreendem que a prática mediada e a imediata são separadas por uma linha tênue. Pellosi e Silva (2019) também em seu artigo ao XVI CBAS, refletem sobre as transformações no mundo do trabalho e como elas incidem no trabalho dos/das assistentes sociais, concluindo que a precarização do trabalho impõe condições precárias de realização do trabalho do Serviço Social e que superar as limitações é um desafio, já que o direcionamento social da ação não pode ser perdido.

Santos *et al.* (2019) apontam em seu artigo ao XVI CBAS a atuação do/da assistente social perante a crise do capital, que para as autoras, essa crise precariza a atuação do trabalho profissional. As autoras entendem que esse contexto contribui para o resgate de respostas conservadoras. Melatti (2019) assinala em seu artigo ao XVI CBAS que a precarização das condições de trabalho constituem-se como limitadores da criatividade dos/das assistentes sociais e que esse contexto vai induzir a uma atuação imediata e burocratizante.

Com a reestruturação produtiva, vimos a substituição do modelo fordista-taylorista pelo modelo toyotista. Sabe-se que o desenvolvimento do Serviço Social se dá pela expansão de seu mercado profissional, pelo padrão de produção de base fordista-taylorista

(IAMAMOTO, 2015 apud REIDEL; CORRÊA, 2019). Esse mercado de trabalho assume características novas pelo modelo toyotista, que apresenta “repercussões das transformações no mundo do trabalho no trabalho do(a) assistente social”. (REIDEL; CORRÊA, 2019, p. 5).

Como visto, a reestruturação produtiva se legitima pela ideologia neoliberal que avança em nível mundial, mantendo sua hegemonia em muitos países, tanto os de economia central quanto os de economia emergente, como o Brasil. Frente ao trabalho, esse sistema provocou transformações para a classe trabalhadora, desregulando as leis e direitos do trabalho, atingindo o cotidiano dos/das assistentes sociais que não estão à margem dessas transformações.

Sobre tal, Oliveira e Severo (2019) compreendem em seu artigo ao XVI CBAS que a precarização do trabalho diz sobre uma estratégia do capitalismo na atualidade, que visa reconfigurar o mundo do trabalho se baseando na ideologia neoliberal. Essa estratégia se pauta na reestruturação do capital, que implica tanto no mundo do trabalho, quanto nas relações sociais. As relações de trabalho, nesse contexto, sofrem ameaças de todos os lados, como das privatizações das estatais, pelas desregulamentações e flexibilizações no trabalho, que acarretam na precarização e intensificação do trabalho.

Reidel e Corrêa (2019) analisam em seu artigo ao XVI CBAS, que uma das formas de precarização do trabalho que a classe vivencia no contexto atual são as formas instáveis de estabelecimento de vínculos empregatícios. Associado a isso, vemos os baixos salários, o aumento das cargas horárias, uma infraestrutura que não dispõe do mínimo para a realização do trabalho e ainda, o contexto de redução de direitos trabalhistas e a quase inexistência de possibilidade de aposentadoria. O cotidiano dos/das assistentes sociais é permeado por essa dinâmica, com salas de atendimento que vão contra as normativas, que não resguardam nem mesmo o sigilo profissional. Esses rebatimentos atingem a categoria, uma vez que os/as assistentes sociais fazem parte da classe trabalhadora.

As autoras trazem Netto (2012 apud REIDEL; CORRÊA, 2019) ao debate, ao se embasarem no autor para apontar que o neoliberalismo apresenta uma base tripla de flexibilização da produção e das relações de trabalho, da desregulamentação frente às relações do comércio e da privatização do patrimônio estatal.

A precarização do trabalho é acentuada com a ideologia neoliberal que veio para legitimar ideologicamente a reestruturação do capital frente à crise. Portanto, o que se busca

não é a garantia de direitos aos trabalhadores, mas o lucro por meio do aumento da produtividade do trabalho. Reidel e Corrêa (2019) em conformidade, em seu artigo ao XVI CBAS, dissertam sobre isso ao retomarem Iamamoto (2017) que dispõe sobre a questão apontada, afirmando que essa busca por lucro se dá de forma incessante, não pelo investimento em mão de obra, mas por meio de inovações tecnológicas, o que diminui a oferta de trabalho vivo. Para as autoras, os/as assistentes sociais quando inseridos nos espaços de atuação, precisam conviver em seu cotidiano com a mínima quantidade de recursos humanos, enquanto, em contrapartida, as demandas crescem, frente ao acirramento da relação entre capital e trabalho.

Vemos, nesse sentido, que a categoria não está isenta dos ataques à classe trabalhadora, ao contrário, o cenário atual apresenta um cotidiano de atuação precarizado, com o fantasma do desemprego, falta de espaços adequados, baixos salários. Sobre isso, Oliveira e Severo (2019) afirmam em seu artigo ao XVI CBAS, que estamos diante de um cenário complexo, com ataques contínuos aos direitos sociais e às políticas públicas. Configurando, portanto, um trabalho que muitas das vezes é precarizado e que coloca o profissional em um caminho de adequação às regulações do mercado.

O cotidiano é permeado pelas exigências do capital que estabelece uma dinâmica funcional para a sua manutenção. Utiliza-se de armas e meios, tais como precarizar o trabalho a fim de exercer um controle cada vez mais severo dos trabalhadores e daqueles que buscam se inserir no mercado de trabalho. Esses meios são diversos, se materializando nas inseguranças da falta do trabalho e submetendo o/a assistente social a aceitar espaços, salários e contratos precários.

Nessa perspectiva, Oliveira e Severo (2019), ao XVI CBAS, afirmam que a categoria sofre impactos que têm raízes nas modificações no mundo do trabalho. Por ter a condição de trabalhador assalariado, o/a assistente social em seu cotidiano de trabalho experimenta as desregulamentações impostas pelo capital, uma dinâmica que flexibiliza o trabalho frente insegurança do emprego mediante a índices cada vez maiores de desemprego, precisando lidar ainda com contratações e subcontratações precárias, com a desqualificação do trabalho profissional e também da formação, espaços cada vez mais instáveis, além do adoecimento físico e mental que os/as assistentes sociais sofrem perante as exigências dos empregadores e de suas condições de vida.

Configura-se um espaço cotidiano de atuação de pressão, isso porque as exigências dos empregadores são de aumento da produtividade e uma busca intensa por resultados. Resultados esses, como vimos, de cunho imediatistas e que atendam ao sistema. Oliveira e Severo (2019), ao XVI CBAS, compreendem em seu artigo a ideia de que a lógica da produtividade impõe uma ausência de horizontes profissionais, isso porque frente a imediatividade exigida, coloca-se uma falta de perspectiva de respostas profissionais verdadeiramente efetivas, além de trazer uma falta de perspectiva de ascensão na carreira. A falta de uma formação contínua fragiliza os profissionais, que se tornam mais suscetíveis a essa dinâmica que opera no cotidiano profissional, que atinge o/a assistente social em um viés contraditório, visto que os profissionais são pertencentes à classe trabalhadora e também viabilizadores dos direitos sociais.

Os autores retomam Cavalcante (2009, p. 108 apud OLIVEIRA; SEVERO, 2019, p. 8), que entende “a precarização como uma das consequências da flexibilização e da desregulamentação do trabalho que se apresenta de forma intensificada quando as condições de trabalho se agravam significativamente”. Ou seja, a configuração que se faz na prática profissional e que atinge o/a assistente social, como os vínculos frágeis, salários baixos, e outros já citados, atinge o trabalho profissional no que tange à formulação de ações e respostas eficazes aos usuários que buscam os serviços, sendo sinal da precarização da categoria.

Outro fator da precarização ou intensificação do trabalho que atinge o/a assistente social no cotidiano são as poucas contratações que acabam por desvalorizar a profissão, além das condições de trabalho que aqueles que estão inseridos no circuito do mercado precisam enfrentar. “Assim, a precarização do trabalho profissional mantém grande parte da categoria profissional excluída do mercado e ao mesmo tempo intensifica a atuação de trabalhadores do mercado informal” (OLIVEIRA; SEVERO, 2019, p. 8).

Netto e Braz (2007) compreendem que a precarização do trabalho retomou aspectos de exploração que imaginávamos terem ficado no passado. Os autores citam como exemplo o aumento das jornadas de trabalho, trabalho infantil, salário diferenciado para homens e mulheres, trabalho semi-escravo ou análogo a escravidão. O resultado dessa ofensiva aparece nos mais diversos lugares, visto que a classe tem padecido não só nas periferias do capital, mas também nos países de capital central. Conforme os autores, “a lei geral da acumulação capitalista mostra o seu efeito implacável” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 221).

A essa altura, conseguimos entender como todos os pontos levantados através da pesquisa bibliográfica nos artigos ao XVI e XVII CBAS estão intimamente ligados, pois configuram uma forma de manutenção do capitalismo. O impacto que as políticas sociais sofreram diante da crise do capital trouxe consequências no cotidiano profissional, que refletiu em uma baixa na qualidade dos serviços, além da diminuição da abrangência à população que procura, e ainda, provocando uma dificuldade na acessibilidade dos serviços sociais. Além das novas condições de trabalho, verificamos a intensa privatização dos serviços públicos, que repassa uma ideologia de que o ato de privatizar diz de uma eficácia, preconizando a lógica gerencialista, impactando o serviço público e a qualidade dele. (CFESS; 2020 apud SILVA; RAVAGNANI, 2022).

Silvino *et al.* (2019) trabalham a temática em seu artigo ao XVI CBAS. Frente à pesquisa, ao trabalharmos esses dados, encontramos no artigo dos autores apontamentos que atuam em conformidade com os outros autores já citados. Para eles, as condições vistas rebatem na prestação de atendimento dos/das assistentes sociais. Eles apontam alguns exemplos, como a busca de informações dos usuários, em que em uma ligação que precisa ser realizada, os profissionais precisam utilizar seus aparelhos telefônicos pessoais, haja vista que as instituições não possuem telefones ou foram cortados por falta de pagamento.

Vemos que o cenário de precarização proporciona um número mínimo de profissionais nos espaços de inserção de assistentes sociais. A falta de funcionários sobrecarrega os que estão no espaço, que muitas das vezes recebem funções que não condizem com a atuação que deveriam exercer. Silvino *et al.* (2019) apontam em seu artigo ao XVI CBAS algumas funções que o Serviço Social prestava dentro do Hospital Regional Tarcísio Maia, afirmando que eram funções inúmeras, que vão “desde a autorização de refeições, crachás, o boletim diário das condições de saúde de cada indivíduo, que é atualizado, aproximadamente, três vezes ao dia, os termos de responsabilidade acerca de saídas não autorizadas pelos médicos, até a autorização para realização de exames” (SILVINO *et al.*, 2019, p. 7).

Essa lógica de redistribuir funções aos poucos profissionais nos espaços não está restrita aos hospitais, ou ainda, não se reduz à política de saúde, mas abrange de forma geral as relações de trabalho no atual contexto. O avanço neoliberal opera processos de privatização e de terceirização que precarizam os serviços públicos, acarretando em inúmeras consequências aos trabalhadores. Sobre isso, Silvino *et al.* (2019) indicam em seu artigo ao

XVI CBAS que os profissionais precisam ainda criar estratégicas formas de luta, utilizando o termo “remar contra a maré”, no sentido de resistência aos diversos retrocessos e desmontes que vivemos, no cenário político, civil e social.

Esses retrocessos e desmontes refletem o processo de violação de direitos que atingem o cotidiano do profissional. Os/As assistentes sociais não possuem condições subjetivas e nem objetivas para realização do seu trabalho. Além das subcontratações que atuam na baixa dos salários, há a fragmentação das ações profissionais que acarreta em uma mão de obra barata e que atua na desvalorização do Serviço Social. Além das múltiplas funções, o sistema impõe um perfil que realize várias funções ao mesmo tempo, isso porque as políticas sociais pedem respostas cada vez mais imediatas (SILVINO *et al.*, 2019).

Silvino *et al.* (2019) em seu artigo ao XVI CBAS apontam um dado importante. Toda essa dinâmica afeta também o cumprimento das resoluções que estabelecem parâmetros para a atuação, para os espaços sócio-ocupacionais, afetando também o cumprimento do Código de Ética (1993), atingindo ainda a efetividade do Projeto Ético-Político. Verifica-se que no cotidiano permeado por múltiplas funções, o/a assistente social não consegue garantir nem mesmo o trabalho profissional de suas atribuições privativas, frente a sobrecarga no trabalho diante do quadro de funcionários reduzidos. Para os autores, é um desafio efetivar um trabalho que se volte às atribuições privativas de assistentes sociais, portanto, é preciso incentivar a construção do projeto de trabalho, que é um instrumento que fortalece a categoria no cotidiano de trabalho.

Bittencourt e Castilho (2022) em seu artigo ao XVII CBAS apresentam a ideia de que a classe que precisa vender sua força de trabalho para sobreviver é a primeira que é atingida frente às mudanças impostas pela crise do capital, isso porque os direitos duramente conquistados são a todo momento, colocados à prova. Os/As assistentes sociais fazem parte da classe trabalhadora, pois constitui-se trabalhador assalariado que é igualmente atingido pelas transformações no trabalho. Para elas, isso se agravou no contexto pandêmico da Covid-19, haja vista que os profissionais recebem novas funções e orientações para realização de seu trabalho.

A reestruturação produtiva associada às ideologias neoliberais atuam com um efeito prejudicial ao trabalho, precarizando-o, reestruturando-o. Verifica-se o aumento do exército de reserva e se alastra uma ideologia de competitividade entre a própria classe trabalhadora,

acentuada pelas fragilidades dos contratos de trabalho. Alastra ainda a alienação dos trabalhadores em razão dos seus direitos, às condições de trabalho instáveis e adoecedoras. (BITENCOURT; CASTILHO, 2022). As autoras apresentam em seu artigo ao XVII CBAS argumentos que confirmam os dos outros autores apresentados. Para elas,

É nesse cenário contemporâneo de intensos ataques e retrocessos aos direitos trabalhistas que se desenvolvem serviços e trabalhos profissionais, em que suas intervenções enfrentam desafios diários, buscando estabelecer diretrizes de intervenções com princípios na garantia dos direitos humanos. Em meio a esses/as profissionais encontram-se os/as assistentes sociais, que em seu cotidiano de trabalho depara-se com obstáculos para viabilização dos direitos dos/as usuários/as da rede. No entanto, para além de agentes profissionais – e do Estado – os/as profissionais de Serviço Social também estão submetidos/as à intensificação das condições precarizadas de trabalho, haja vista que também estão inseridos/as na divisão sociotécnica do trabalho e são trabalhadores/as assalariados/as (BITENCOURT; CASTILHO, 2022, p. 5)

Visto que o/a assistente social trabalha em um contexto de contradições mediante aos desejos do capital e também aos anseios da classe trabalhadora, seu trabalho precarizado rebate em suas diversas atuações, uma vez que o/a assistente social, imerso nesse cotidiano, precisa responder às demandas frente ao imediatismo, tecnicismo, o que impede uma análise aprofundada e totalizante da realidade social que intervêm (ALVES, 2015 apud BITENCOURT; CASTILHO, 2022).

A desregulamentação do trabalho e a privatização dos dispositivos públicos de proteção social, dispositivos esses que garantem a reprodução da classe trabalhadora, penalizam os profissionais que atuam diretamente nas políticas sociais, pois esses espaços em que o/a assistente social intervém cotidianamente na realidade social dos usuários expressam a complexidade vivenciada pelos profissionais (CASTILHO *et al.*, 2021 apud BITENCOURT; CASTILHO, 2022).

Para as autoras, a pandemia se insere em uma lógica das crises cíclicas do capitalismo. A pandemia provoca um acirramento da questão social para a população, e em particular, à categoria também vivencia esse acirramento, frente às estendidas jornadas de trabalho, a redução ainda maior dos quadros de profissionais, a falta de equipamentos de proteção individual. Frente a esse contexto, é imposto ao/a assistente social traçar novas estratégias de trabalho em seu cotidiano, pois o estabeleceu-se um novo cenário diante da pandemia e que reflete após ela também. Novas rotinas de trabalho, novas demandas e também a incorporação do trabalho remoto (FIGUEIREDO *et al.*, 2020 apud BITENCOURT; CASTILHO, 2022). A ausência do Estado, mediante a nova configuração que ele assume

diante dos ideais neoliberais, prejudica ainda mais os profissionais que atuam nos diferentes serviços públicos. Acentua a precarização do trabalho e as condições para realização de um trabalho verdadeiramente eficaz.

Rocha e Pereira (2019) em seu artigo ao XVI CBAS, analisam que a precarização do trabalho não resulta apenas em respostas de cunho imediatistas no trabalho diante das expressões da questão social trazidas no cotidiano, mas provoca ainda um esgotamento mental e físico, haja vista que a produtividade faz parte do vocabulário dos empregadores, além das extensas jornadas, existem espaços que demandam do/da assistente social trabalho em casa.

Esse processo de precarização não se dá apenas nos aspectos mais visíveis e rapidamente identificáveis, mas se apresentam em todo o complexo institucional. Atinge, por exemplo, as relações coletivas diante das equipes profissionais, que não atuam como deveriam porque o número de demandas espontâneas ou agendadas inviabiliza o planejamento feito pela equipe. Portanto, cabe-nos aqui entender que esse processo não se dá apenas de maneira imediata, mas incide no trabalho coletivo, dificultando a construção de estratégias, o diálogo, inviabiliza, muitas das vezes, a efetivação do Projeto Ético-Político. Porém, como destaca Rocha e Pereira (2019) em seu artigo ao XVI CBAS, não podemos ver essa realidade como imutável. Entendê-la já é um passo para transformá-la.

Precisamos refletir sobre essa dinâmica imposta no cotidiano, visto que os profissionais estão diariamente envolvidos em prazos, metas, demandas e respostas imediatas, que exigem um trabalho que zele pela rapidez e pela resolutividade (ROCHA; PEREIRA, 2019). Esse arranjo imposto na rotina dos profissionais limita o pensamento, automatizando ações e respostas que se restringem à superficialidade. O/A assistente social, nesse local de trabalho precarizado, dispõe de instrumentos oferecidos pelas políticas sociais, organizando a rotina profissional e impactando no trabalho. Para Lacerda (2014, p. 23 apud ROCHA; PEREIRA, 2019, p. 7), “A diversidade de atividades da vida cotidiana leva a visão limitada apenas aos fenômenos do real: enxerga-se a pobreza, mas não o movimento histórico-econômico que a engendra; conhece-se o adolescente infrator, mas não a dinâmica que o leva a se constituir enquanto tal”.

É posto em nosso cotidiano um cenário de perversidade mediante aos processos de transformações colocados pela reestruturação produtiva e pela ideologia neoliberal. Silvino *et*

al. (2019) reafirmam em seu artigo ao XVI CBAS, conforme os outros autores, que o profissional do Serviço Social está sujeito a situações de banalização do trabalho. Essas banalizações se manifestam nas diversas formas de intensificar o trabalho do profissional, tais como o excesso de tarefas, as formas de vínculos, os recursos insuficientes que são resultado do processo de precarização também das políticas públicas. Chega ao/à assistente social demandas acerca da violência, da pobreza e da exploração dos mais diversos tipos, restando ao/à assistente social, desenvolver estratégias que garantam a materialização do Projeto Ético-Político no cotidiano de trabalho.

O que se assiste hoje são transformações que se colocam como favoráveis ao capitalismo e com caráter exploratório do trabalho. Peloso e Silva (2019, p. 4) vão afirmar em seu artigo ao XVI CBAS que “a acumulação flexível não visa superar as contradições inerentes à sociedade capitalista, tampouco tem trazido benefícios aos trabalhadores”. Presenciamos que a classe trabalhadora busca sobreviver, se submetendo a postos precários e também imersos na informalidade incentivada pelos meios de comunicação. Essa condição de exploração é histórica, visto que a classe trabalhadora no Brasil experimentou diferentes formas de precarização ao longo de sua história. Hoje esse cenário se agudiza, visto que estamos vivenciando uma conjuntura de perseguição e de desmonte dos direitos trabalhistas.

Peloso e Silva (2019) vão observar em seu artigo ao XVI CBAS, que a política neoliberal opera uma desregulamentação do trabalho, trazendo para nós o desemprego estrutural, a queda dos salários, e a precarização do trabalho, visto que a intervenção do Estado se direciona para o mercado privado. Flexibiliza-se o trabalho ao mesmo tempo que sobrevém o processo de privatização depauperando o Estado.

Logo, a subalternização do trabalho perante à mercantilização e a atrofia do Estado e das políticas de proteção social, evidenciam um cenário de terceirização e substituição da mão de obra por períodos, frente aos contratos precários e vínculos instáveis. Isso dificulta a continuação do trabalho nos espaços, dificulta os vínculos com usuários e prejudica o trabalho. Peloso e Silva (2019) vão ressaltar em seu artigo ao XVI CBAS que o mercado de trabalho dos/das assistentes sociais sofre os avanços neoliberais pois é deixado a nós precárias relações trabalhistas, tanto nas condições estruturais de trabalho, como também nas novas demandas destinadas aos profissionais.

Santos *et al.* (2019) colocam em seu artigo ao XVI CBAS que esse contexto desvaloriza a profissão, pois é requerido respostas imediatistas às problemáticas sociais. O capital estabelece que o profissional seja resolutivo e que o trabalho seja multifacetado e fragmentado, não agindo conforme a totalidade, mas enxergando o fenômeno de forma superficial. Ou seja, o bom profissional é o que possui uma eficiência técnica conforme os preceitos neoliberais.

O/A assistente social atua em um cotidiano que o sobrecarrega, com um alto número de atividades e de requisições que o contexto capitalista vai ordenar ao profissional. Isso vai rebater de diferentes formas na profissão, para Santos *et al.* (2019), em seu artigo ao XVI CBAS, isso dificulta o processo de luta da categoria, visto que com baixos salários, o/a assistente social passa a ter mais de um vínculo empregatício, subordinando até mesmo os profissionais aos processos de alienação e diminuição de sua autonomia técnica. As autoras apontam que se colocar em uma perspectiva da classe trabalhadora também se constitui como um desafio, pois o cotidiano de atuação precarizado dificulta o desenvolvimento da criticidade nas diversas análises profissionais.

Observa-se que para entendermos a realidade social que o/a assistente social atua, é necessário a compreensão dos fenômenos sociais que expressam uma dinâmica. A realidade na qual se atua, é repleta de manifestações da questão social, a violência nos acompanha com as mais diferentes roupagens e nos mais diferentes níveis. Ressalta-se que a atualidade brasileira demonstra uma precarização no mundo do trabalho que é acentuada pelo papel que o Estado vai exercendo diante dos preceitos neoliberais. Para Lopes *et al.* (2019), em seu artigo ao XVI CBAS. é importante ter um reconhecimento da profissão e apreender as relações sociais que perpassam os níveis profissionais nos espaços sócio-ocupacionais.

As mudanças que vivenciamos após a reestruturação produtiva apresentam uma realidade que reafirma a precarização que os trabalhadores experimentam em seu cotidiano. Os/As assistentes sociais estão imersos em relações sociais de trabalho que contribuem para a acumulação capitalista, pois os profissionais que desenvolvem seu trabalho nos espaços sócio-ocupacionais vendem sua força de trabalho, em sua maioria, aos serviços públicos, o que Melatti (2019), em seu artigo ao XVI CBAS, compreende que na esfera coletiva, no fundo público, girando a economia no aspecto do consumo e outros.

Melatti (2019) analisa que o cotidiano profissional e a própria condição de vida e de trabalho demonstram que os/as assistentes sociais são parte da classe trabalhadora e vivenciam, a partir da sua condição de assalariamento, os mesmos ataques no mundo do trabalho. Para a autora, em seu artigo ao XVI CBAS, a precariedade vivida é importante e suficiente para entender a condição de trabalhador dessa categoria. Isso pode auxiliar na criação de estratégias de organização e resistência, fazendo frente ao avanço do capitalismo e a exploração do trabalho.

Inúmeras situações que expressam essa nova morfologia do trabalho de assistentes sociais podem ser observadas nas políticas de habitação, saúde, assistência social, entre outras, atestando que assistentes sociais subcontratadas e/ou terceirizadas experimentam, assim como os demais trabalhadores assalariados, a precarização do trabalho não protegido, a insegurança laboral, a baixa e incerta remuneração, a desproteção social e trabalhista, o assédio moral, o sofrimento e o adoecimento decorrentes do trabalho, ou seja, a precarização do trabalho da vida (RAICHELIS, 2018, p. 52 apud MELATTI, 2019, p. 6).

Melatti (2019) vai apresentar que as mudanças geradas no trabalho vão atingir o cotidiano do/da assistente social em duas dimensões: a primeira tem haver com sua condição de trabalhador assalariado, perante à desregulamentação e precarização. Já a segunda se relaciona com as demandas que vão chegar nos serviços sociais. Essas demandas que chegam pela população usuária do serviço também vai vivenciar esses aspectos de precarização e quando chegam nos espaços que oferecem esses serviços vão encontrar uma realidade de focalização das políticas públicas. Portanto, nessa dupla dimensão, o/a assistente social é colocado em uma situação de traduzir o “não” à população, pois este profissional vai ser chamado a lidar com a escassez dos recursos das políticas e ainda, administrar os poucos materiais fornecidos pela instituição. Esse profissional está sujeito a assédio que é intensificado pela imposição da agilidade, da eficiência e da eficácia, o/a assistente social é chamado à polivalência, gestada nos anseios do gerencialismo das políticas sociais (MELATTI, 2019).

O/A assistente social, no contexto de precarização, é afetado pelas condições de realização do seu trabalho, no medo perante ao aumento do desemprego e também, na descaracterização da profissão. Araújo e Araújo (2019) verificam que esse processo de desprofissionalização compreende o atendimento social como uma mera redução de custos dos serviços, os/as assistentes sociais são vistos como despesas a serem cortadas. A desvalorização da profissão é ainda maior no contexto de precarização, visto que no processo de terceirização substitui-se a mão de obra especializada por sujeitos com menor preparo em

troca de salários mais baixos ou até, voluntários, refletindo na queda da qualidade desses serviços (ARAÚJO; ARAÚJO, 2019).

Todavia, é necessário entender que o capital não pode excluir o trabalho vivo, visto que os trabalhadores são indispensáveis nesse sistema. É nesse sentido que o sistema busca criar estratégias e meios de intensificar o trabalho e de desmontar os direitos trabalhistas. Rodrigues e Sousa (2022), em seu artigo ao XVII CBAS, entendem que é por isso que a classe trabalhadora está sujeita, no capitalismo, ao trabalho precarizado e desprotegido, pois é divulgada e defendida a ideia da competitividade, diminuindo, conseqüentemente, a solidariedade e os laços entre a classe.

[...] a condição precária, há um processo de individualização profundo que dissolve a capacidade de existir como coletivo. Sob a ameaça do desemprego e da precarização, os trabalhadores são forçados a serem flexíveis, adaptáveis, sendo obrigados a “entrar no jogo” do capitalismo flexível. Neste cenário, promove-se uma brutal concorrência entre “iguais”, ou seja, entre trabalhadores que disputam as mesmas posições de inserção no mercado de trabalho, quando são levados a adotar estratégias individuais e não mais coletivas para enfrentar essa disputa (DRUCK, 2018, p. 79 apud RODRIGUES; SOUSA, 2022, p. 3).

A classe trabalhadora vivencia também, nesse processo de precarização, a responsabilidade de sua condição de vida. Essa ideologia é baseada no discurso da meritocracia que coloca para o trabalhador que para alcançar uma vida melhor ele precisa assumir riscos, trabalhar mais, empreender, abrir uma empresa (MATHIASI; PIMENTEL, 2021 apud RODRIGUES; SOUSA, 2022, p. 3). E essa precarização não se restringe apenas ao campo do trabalho, mas atinge a saúde e a vida do trabalhador como um todo, uma cadeia de precarização elaborada pelo capital para se manter, de forma cruel e alienadora.

Rodrigues e Sousa (2022) dissertam em seu artigo ao XVII CBAS sobre as formas de contratação, que para eles, sofrem um processo de sucateamento, pois não é incomum o aparecimento de novas modalidades de contratação após a reestruturação produtiva. Há um processo de degradação dos direitos da classe trabalhadora, e o/a assistente social encontra-se imerso nessa realidade. Os autores defendem que esse cotidiano tomado pela precarização atinge a saúde de assistentes sociais. O adoecimento e o sofrimento são comuns nos/nas profissionais do Serviço Social, sendo esse processo saúde-doença condicionado para além dos fatores genéticos, mas emocionais aos quais são submetidos os/as profissionais. Afinal, as condições em que o trabalho se realiza vão de encontro à saúde, fragilizando a vitalidade dos trabalhadores (RODRIGUES; SOUSA, 2022).

O assédio moral também cresce no contexto neoliberal, e para Rodrigues e Sousa (2022), em seu artigo ao XVII CBAS, esse é um tipo de violência que impede a solidariedade da classe e sua articulação. Ao se embasar em Vicente (2015), os autores trazem que essa violência é um instrumento de precarização do trabalho, destruindo a autoestima do profissional, tal como uma quebra, nos termos utilizados pelos autores, na “espinha dorsal da profissão”. Esse método de precarização impede o trabalhador de se pronunciar, denunciar ou questionar suas condições de trabalho, impede-o de exigir garantias e impor limites, ou seja, agindo na autonomia do profissional.

Vicente (2005, p. 238 apud RODRIGUES; SOUSA, 2022, p. 5) indica uma importante indagação: “(...) o que pode ser um sujeito na sociedade capitalista atual, senão resistir? Parece que, cada um a seu modo, essa tem sido uma constante em suas vidas. Trabalhar para resistir, resistir para trabalhar”. Esse cotidiano de intensa exploração abraça a categoria de assistentes sociais, agindo nas relações que se constroem e que se desfazem no seu espaço de atuação. As violências já são parte da rotina desses profissionais, formando desafios que precisam ser colocados em pauta nos diversos espaços de debate da categoria.

Uma pesquisa realizada por Santos e Manfroi (2015, p. 192 apud RODRIGUES; SOUSA, 2022, p. 7), voltada para o mercado de assistentes sociais, em Santa Catarina e no Espírito Santo, nos anos de 2011 e 2007, evidenciam que o cotidiano do/da assistente social é repleto de “(...) contratações temporárias, terceirização, baixos salários, ausência de autonomia e reconhecimento profissional e falta de condições de execução do trabalho no setor público”. Hoje, o contexto se mostra ainda mais devastador, haja vista os golpes contra a democracia, o contexto de pós-pandemia e o avanço do conservadorismo apresentam a nós o mais desumano do capitalismo em que o conjunto da classe trabalhadora sofre cotidianamente nos seus espaços de trabalho e fora dele.

Como visto, o capitalismo precisa do trabalho vivo para sua própria manutenção e esse sistema busca retirar o maior lucro possível. Para isso, utiliza-se do trabalho precarizado que é uma opção positiva para o capital. Muitos são os trabalhadores excluídos da formalidade e que constituem, um grupo cada vez maior, de trabalhadores distantes das proteções das legislações trabalhistas. Os direitos que foram legalmente adquiridos e duramente conquistados sofrem um desmonte, apresentando a nós um contexto de mínima estabilidade ou garantias. Vivencia-se um momento de taxas cada vez maiores de desemprego e perda de direitos (SILVA *et al.*, 2022)

Como já citada, a desprofissionalização é realidade no cotidiano profissional. Pereira *et al.* (2022) defendem em seu artigo ao XVII CBAS que essa característica está ligada às formas de desqualificar os profissionais, em cenário de perda de conhecimento e transferência de saberes, por vezes aos computadores ou manuais.

O acirramento da questão social reflete no cotidiano do/da assistente social, haja vista que esse profissional está imerso nesse sistema e sujeito a tais determinações. Os profissionais encontram sujeitos que são duplamente penalizados, para Oliveira (2019), ao XVI CBAS, tanto nos espaços de trabalho e até nos espaços de formação frente ao desmonte da política de educação. Esses espaços refletem as contradições da ordem do capital podendo dominar profissionais no que tange o fortalecimento do projeto burguês de sociedade. No entanto, os/as profissionais podem redimensionar essa realidade quando, à luz da teoria social, desvelam a realidade com criticidade, vislumbrando a totalidade dos fenômenos. Esses/Essas profissionais podem fomentar ações de democratização, podendo reafirmar seu compromisso com a classe trabalhadora. Ademais, é possível fortalecer as lutas articulando-se com os movimentos sociais, tanto da categoria, quanto da classe trabalhadora (OLIVEIRA, 2019).

Oliveira (2019), em seu artigo ao XVI CBAS, parte da ideia de que o cenário neoliberal promove ataques ao trabalho, impondo uma dinâmica no cotidiano profissional e também na formação. Os avanços repercutem em três pontos objetivos: o primeiro, sendo a precarização da formação, o segundo, no avanço da desregulamentação das profissões liberais, e o terceiro, se relaciona com o padrão de atuação padronizado pela política que o profissional atua (BRAZ; RODRIGUES, 2013 apud OLIVEIRA, 2019).

Ávilla (2022) nos chama à atenção para o fato de que existem muitas dificuldades nos espaços sócio-ocupacionais dos/das assistentes sociais, visto que esses profissionais vão enfrentar em seu cotidiano desafios de cunho subjetivo e objetivo. Nesse sentido, não olhamos apenas para a seletividade, para a focalização, descentralização e a visão dos serviços como mercadorias, mas estamos diante de um cenário também carente de condições objetivas para realização do trabalho, tais como a ausência de profissionais, a falta de equipamentos, para as salas que não resguardam o sigilo. Todo esse contexto ganha proporções ainda maiores mediante a pandemia da COVID-19 e seus reflexos após o cenário pandêmico. Para Borges e Matos (2020 apud ÁVILLA, 2022), no cenário pandêmico os/as

assistentes sociais sofreram condições de trabalho degradantes, que colocavam em xeque a autonomia dos profissionais.

Evidencia-se que o processo de precarização do trabalho desafia os profissionais, pois associado a esse processo, assistimos o fortalecimento do ultraneoliberalismo e ultraneoliberalismo. O neofascismo ganha legitimidade nos discursos de figuras de autoridade no cenário nacional, impactando a classe trabalhadora (ÁVILLA, 2022).

Reidel e Corrêa (2019) em seu artigo ao XVI CBAS, compreendem, com base em Alves (2013), a concepção de carga horária excessiva no contexto contemporâneo. É apontado que ela se expressa de duas formas, no trabalho invisível e no acúmulo de vínculos de trabalho. A respeito do trabalho invisível, aponta-se que o trabalhador produz capital em todas as suas relações sociais, afinal seu tempo de lazer é tomado ou pelo consumo ou até pelo trabalho. O trabalho virtual ganha espaço na categoria de assistentes sociais, visto que utilizam-se da comunicação instantânea fora do horário de trabalho para discutir casos ou fazer reuniões, para atualizar registros, fazer pareceres, organizar o planejamento, realizar avaliações. Sobre o acúmulo de vínculos, relaciona-se com a queda da oferta de trabalho e dos salários, visto que há assistentes sociais que possuem dois ou mais vínculos empregatícios. Além disso, ainda há os processos de terceirização, as contratações de serviços individuais por empresas ou serviços de assessoria, serviços no campo privado para organizações não governamentais, exercício privado ou autônomo temporário por meio de tarefas ou projetos (RAICHELIS, 2011 apud REIDEL; CORRÊA, 2019). Além disso, vemos profissionais que possuem vínculos com outra área para complementar a renda e a carga horária.

Revela-se que a precarização do trabalho do/da assistente social impõe desafios à categoria profissional que precisa lutar contra a fragmentação da classe trabalhadora. É necessário retomar os valores do projeto coletivo que acompanha a profissão, para que dessa forma se criem possibilidades de apreensão da realidade de forma crítica e totalizante, em busca de uma nova ordem social, articular as dimensões profissionais só serão possíveis frente à compreensão da totalidade posta na dinâmica social e de como essa dinâmica reflete no cotidiano profissional (LOPES *et al.*, 2019).

Mesmo com os desafios, destacamos novamente que as possibilidades são reais e possíveis, pois nosso Projeto Ético-Político e nosso Código de Ética nos direcionam com um

viés crítico de análise mediante aos fenômenos sociais postos em nosso cotidiano de trabalho, permitindo-nos criar respostas que assegurem a criticidade e a dialética.

Considerações Finais

Apesar dos limites e desafios identificados durante a elaboração deste TCC, visualizamos o cotidiano como um espaço para a realização de uma prática que esteja em consonância com o Projeto Ético-Político pautado na criticidade e dialética. Compreendemos que todas as categorias analíticas apreendidas nesse processo, influenciam no cotidiano de trabalho de assistentes sociais e que é preciso entendê-los e nos aprofundarmos em cada tópico para apreendermos o movimento da realidade social. Entendemos que o Serviço Social se desenvolve no contexto de capital industrial e da expansão urbana, destaca-se mais uma vez seu objeto de trabalho,

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão (IAMAMOTO, 2006, p. 77).

Portanto, é nesse contexto que o Estado passa a intervir nas relações entre as classes sociais, estabelecendo regulamentação jurídica e organizando serviços sociais como forma de enfrentar a questão social.

É imperativo o entendimento da contradição constitutiva do trabalho do assistente social partindo da compreensão da relativa autonomia de que dispõe, realizado no seu cotidiano, destacando a condição de assalariamento e da realização de seu projeto para seu desvelamento. Portanto, “Não há espaços sem contradição, não há como o Serviço Social deixar de participar desse processo, cuja direção está sempre em disputa, pois fazemos parte dela em qualquer contexto” (YAZBEK, 2018, p. 101 apud IAMAMOTO, 2020, p. 295).

Pelo fato de o Serviço Social atuar no contexto da situação de vida da classe trabalhadora, cria condições para o funcionamento de sua força de trabalho e a extração de mais-valor, está ligada ao controle político-ideológico e/ou repressivo, garantindo o domínio de classe e a busca pelo equilíbrio entre capital e trabalho (IAMAMOTO, 2006). Além disso, é um meio de reduzir os custos de reprodução da força de trabalho, garantindo a produtividade do trabalho, contribuindo ainda para a manutenção da sobrevivência do exército industrial de reservas. (IAMAMOTO, 2006).

O controle social não é exercido apenas no âmbito governamental e institucional, mas pelas "relações diretas, expressando o poder de influência de determinados agentes sociais sobre o cotidiano da vida dos indivíduos, reforçando a internalização de normas e comportamentos legitimados socialmente" (IAMAMOTO, 2006, p. 108). Entre esses agentes está o profissional do Serviço Social, que contribui para o consenso social que é o controle social, difusão da ideologia dominante e violência. (IAMAMOTO, 2006). Nesse sentido, "o modo capitalista de reproduzir e o de pensar são inseparáveis, e ambos se expressam no cotidiano da vida social." (IAMAMOTO, 2006, p. 109).

Sendo uma das formas institucionalizadas na relação entre homens, o Serviço Social exerce seu trabalho profissional no cotidiano dessas relações, atuando em aspectos particulares da classe trabalhadora, como moradia, saúde etc., efetivando seu trabalho. "Estando sua atividade referida ao cotidiano, enquanto produto histórico e enquanto vivência pelos sujeitos, ele é aqui apreendido como manifestação da própria história, na qual os agentes a produzem, reproduzem fazendo-se e refazendo-se nesse processo social." (IAMAMOTO, 2006, p. 114).

No cotidiano se realiza a expressão de determinado modo de vida, que se escreve historicamente, reproduz-se nele não somente a alienação, mas também as bases de uma prática inovadora. Entendemos que descobrir e desvelar o cotidiano traz o significado de possibilidades que tem como fim, a transformação da realidade. Por isso, refletir sobre a vida cotidiana demanda criticidade e possibilidades de mudança. O assistente social dispõe de condições para apreender a variedade das expressões da vida cotidiana, pelo contato com a população. Esse contato deve ser aliado a uma bagagem científica, superando o caráter pragmático e empirista.

A crítica da vida cotidiana implica ultrapassar as aparências que a escamoteiam, para redescobri-la em toda a densidade do seu conteúdo histórico, a partir do desvendamento das formas pelas quais se expressa. O cotidiano é o solo da produção e reprodução das relações sociais. (IAMAMOTO, 2006, p. 115).

O capital busca adentrar na vida do trabalhador dentro e fora da fábrica, interferindo moralmente e politicamente no cotidiano de sua vida particular, fazendo com que a classe trabalhadora internalize as normas do modo de vida capitalista, minando suas iniciativas de organização. (IAMAMOTO, 2006). A partir da pesquisa, entendemos que mesmo com os

limites colocados por esse sistema e intensificados pelas categorias estudadas, existem possibilidades de atuação que nos colocam ao lado da classe trabalhadora e nos permite uma análise da realidade que nos faz compreender e olhar para nós como pertencentes à essa classe. Na pesquisa bibliográfica realizada com os artigos do XVI e XVII CBAS são mostrados além de desafios, possibilidades para desenvolvermos em nosso cotidiano.

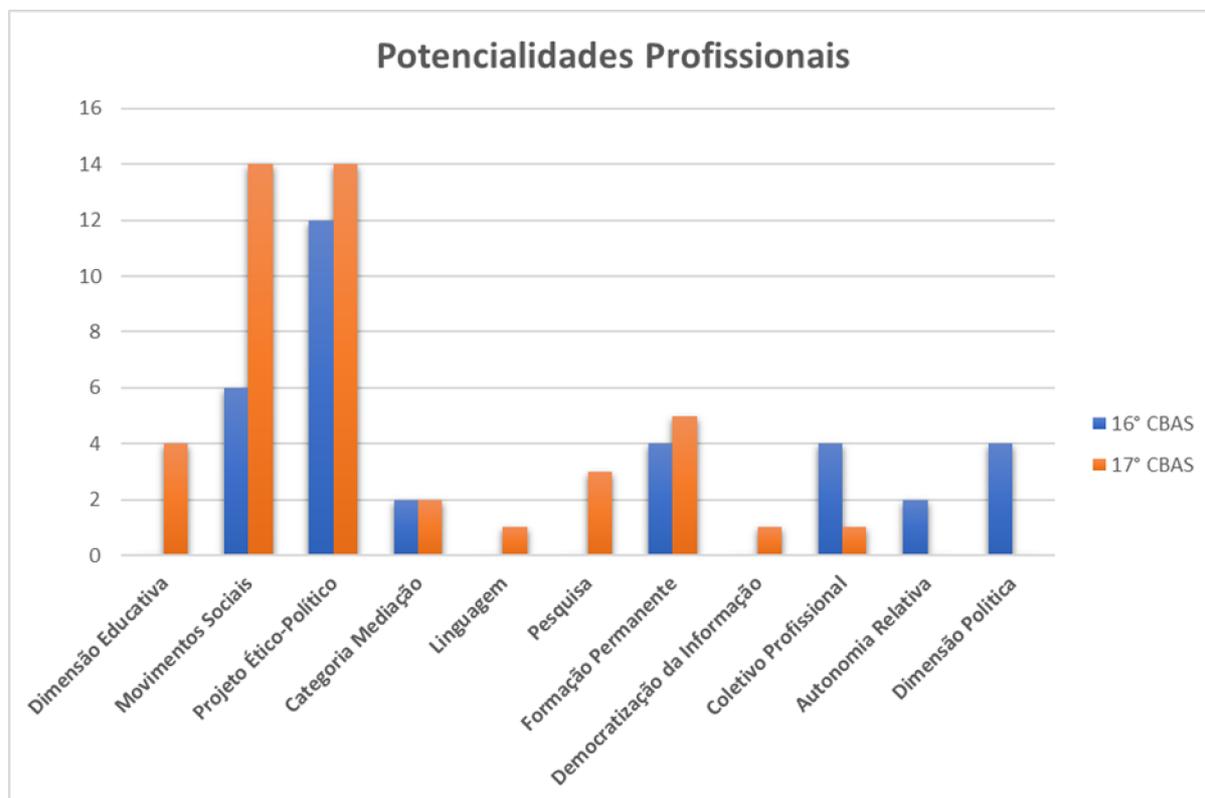


Figura 3: Fonte: elaborado pelas autoras Laís Saldanha Melo e Leticia Aparecida de Oliveira Vandanezi.

A figura 3 nos mostra que são muitas as possibilidades de articulação e de ações profissionais em nosso espaço de trabalho. Tendo como principais potencialidades, a articulação com os movimentos sociais e nosso Projeto Ético-Político. Apropriamos dessas possibilidades, nos permitirá uma atuação que rompa com essas determinações das categorias apresentadas. Faz-se necessária a apropriação da teoria social marxiana de natureza ontológica, visando a realidade que está sempre em movimento, sendo ontológica e histórica, uma totalidade (CARVALHO; NETTO, 2000). Portanto, utilizar-se da totalidade que abarca a dinamicidade, a concretude, a dialética e a estrutura das relações (CARVALHO; NETTO, 2000), demonstra o compromisso de uma prática que vislumbra ultrapassar os desafios da cotidianidade.

Problematizar a cotidianidade reside na compreensão da reificação, pois ela é típica da vida cotidiana imersa no capitalismo tardio, sendo ela as relações que os indivíduos desenvolvem entre si (CARVALHO; NETTO, 2000).

Na idade avançada no monopólio virtual a localização capitalista da vida social preenche todos os espaços e penetra todos os interstícios da existência individual: a manipulação desborda a esfera da produção, domina circulação e o consumo e articula uma indução comportamental que permeia a totalidade da existência dos agentes sociais particulares - é o inteiro cotidiano dos indivíduos que se torna administrado, um difuso terrorismo psicossocial se destila de todos os poros da vida esse instila em todas as manifestações anímicas e todas as instâncias que outrora o indivíduo podia reservar-se como áreas de autonomia. (CARVALHO; NETTO, 2000, p. 86-87)

Os profissionais são confrontados diariamente com esse contexto expresso no cotidiano das relações sociais, tendo como desafio a contribuição que os/as assistentes sociais visam protagonizar os sujeitos sociais em seus direitos, colaborando para seu acesso e melhora de condições concretas de sobrevivência. Refletir sobre a tríade Estado, capital e trabalho profissional, nos faz compreender a redução da atuação do Serviço Social, colocando em foco as políticas de mínimos sociais, reduzindo o ser humano à devastação (FALEIROS, 2014). Para Faleiros (2014), a devastação é o ato de “deixar sem nada ou deixar com quase nada uma parte da população em benefício de outra” (FALEIROS, 2014, p. 710).

Mobilizar os sujeitos sociais em prol de seus direitos torna-se parte do processo de questionamento da ordem burguesa e ao lutar pela efetivação do Projeto Ético-Político na profissão e atuação profissional no cotidiano, reforça a perspectiva de defesa de direitos, todavia, se traduzindo em um horizonte de outra sociabilidade, uma sociedade justa, democrática e participativa (FALEIROS, 2011; NETTO, 1992 apud FALEIROS, 2014). No sentido crítico, defender os direitos não se configura em uma aceitação do cotidiano presente, mas buscar reafirmar na atuação a construção de pactos políticos revolucionários. (FALEIROS, 2014).

O trabalho profissional no cotidiano perpassado pelas determinações do capital, implica uma relação com sujeitos particulares nessa estrutura. Essa relação é estabelecida em instituições envolvidas em contradições, em que o Serviço Social está imerso nesses conflitos. O trabalho profissional não resulta de uma individualidade, mas está circunscrito em uma relação de poder. Enfrenta relações complexas e contraditórias de poder, bem como de “recursos, valores, linguagem, dispositivos, estratégias, operações, visões de mundo, situações sociais de desigualdade, sofrimento, exclusão” (FALEIROS, 2014, p. 717).

Enfrentando “determinações econômicas, políticas, sociais, culturais, entre outras, com dinâmica histórica e política da contestação e da expressão de si e da própria sociedade”. (FALEIROS, 2014, p. 717).

O/A profissional em seu cotidiano de trabalho se relaciona com demandas e requisições que em grande parte, são convertidas em demandas institucionais. Na maioria das vezes, o que se espera do assistente social é uma capacidade de trabalho que tem como fim, estabelecer um clima de aceitação e integração do usuário no contexto socioinstitucional de que sua demanda será atendida. Mas sua escuta também pode ser um potencial, no sentido de entender os fenômenos sociais e as necessidades sociais dos sujeitos, fazendo mediações e realizando uma análise crítica, para a partir de estratégias profissionais, respondê-las com êxito.

Enfatiza-se mais uma vez que o Serviço Social é uma profissão liberal, gozando de relativa autonomia, possuindo estatutos legais e éticos. Está frequentemente tensionada por seus diferentes empregadores, como Estado, empresariado, organizações de trabalhadores e seu significado social dependerá das relações que estabelece com os sujeitos sociais que o contratam. Eles determinam necessidades, delimitam a matéria de intervenção, interferem na operação das ações. Portanto, quando o assistente social ignora a forma como seu trabalho se operacionaliza no cotidiano, negligencia as relações sociais, tornando portanto, sua intervenção acrítica e a-histórica. (IAMAMOTO, 2010).

Destarte, é importante que se estimule o estudo e aprofundamento teórico no que tange a esfera da vida cotidiana no debate do Serviço Social para aprimoramento das intervenções e respostas às demandas que são colocadas no cotidiano de trabalho do assistente social. Para tal, o assistente social deve respaldar-se no Projeto Ético-Político, que baliza uma atuação crítica, visando a efetivação da cidadania no sentido da defesa dos direitos da classe trabalhadora e que vislumbra a superação da sociedade capitalista, baseando-se também nas legislações que norteiam seu trabalho profissional. Destaca-se ainda a importância do Código de Ética Profissional do/da Assistente Social, que diante de seus princípios aponta o compromisso com um trabalho profissional firmado em compromissos como a liberdade e justiça social.

O Código de Ética de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão dos Assistentes Sociais e as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) explicitam uma concepção de direitos e cidadania que conforma o projeto ético-político do Serviço

Social. Nessa perspectiva, a cidadania só pode ser concebida mediante a efetivação de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais por meio da viabilização de políticas universais. Entretanto, conforme analisam Behring e Boschetti (2008) este projeto profissional não se limita ao desenho social-democrata, mas propõe a superação do ordenamento societário capitalista e a construção de uma outra sociabilidade em que haja, efetivamente, a emancipação humana e a ruptura com toda forma de exploração ou opressão. (SILVA; TENÓRIO, 2017, p. 70).

III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; (BRASIL, 2012, p. 20).

X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; (BRASIL, 2012, p. 24).

Ademais, como destacado por Carvalho e Netto (2000), ressalta-se a necessidade da apropriação do método materialista histórico-dialético para compreensão das relações sociais em tempo de ofensiva do capital e de como seus desdobramentos atingem de forma direta a prática profissional nos diversos espaços sócio-ocupacionais. Yazbek (2020) também destaca o núcleo de Fundamentos que é estruturado partindo de um entendimento da profissão, baseando-se na Teoria Social Marxiana para entendimento das relações sociais dispostas na ordem capitalista, considerando desta forma as particularidades da periferia do capital. Ainda sobre a apreensão dos Fundamentos da profissão destaca Yazbek (2020, p. 293) que esta parte da "matriz histórico-ontológica, explicativa da realidade e da profissão, sob múltiplos aspectos, e que permeia a interlocução entre o Serviço Social e realidade", para entendimento de que as expressões da questão social apresentam-se a nós encobertas por determinações sociais que cobram ao assistente social uma postura capaz compreendê-las à luz das apreensões adquiridas por meio de um processo de formação contínua e ininterrupta. Bertollo (2016) destaca também que,

Nesse contexto, é importante que seja cotidianamente reafirmado o posicionamento assumido pelo corpo profissional de defesa e a favor da classe trabalhadora. Tarefa que se mostra árdua num contexto marcado por severas ofensivas do capital sobre todos, nos mais variados aspectos da vida social. (BERTOLLO, 2016, p. 347).

Para um trabalho profissional que rompa com a perspectiva de meros reprodutores da política e que forneça respostas verdadeiramente eficazes que buscam desvelar a realidade posta e das determinações da cotidianidade, faz-se imperativo o comprometimento com Projeto Ético-Político a apropriação dos fundamentos da profissão, a apreensão do método materialista histórico-dialético e a manutenção do posicionamento ao lado da classe

trabalhadora a partir de articulação com os movimentos sociais, para que assim, possamos construir possibilidades de superação dessa ordem.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Rafael Arley Gomes da Silva. Demandas, requisições e respostas profissionais do/no Serviço Social: apontamentos para um debate. Brasília: v. 16 n. 1 (2019): **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1606/1569> Acesso em: 08 de novembro de 2023.

ARAÚJO, Christiane Batista; ARAÚJO, Maria Liege Batista de. Apontamentos acerca da reestruturação produtiva e seus influxos no serviço social. Brasília: v. 16 n. 1 (2019): **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/398/390> Acesso em: 23 de outubro de 2023.

ÁVILLA, Ana Lúcia Fiuza Da Silva. Reflexões acerca dos impactos do ultraneoliberalismo e do ultraneoliberalismo no Brasil e sobre o trabalho do assistente social. **Congresso Brasileira de Assistentes Sociais**. V. 17, 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/finais/0000000739.pdf> Acesso em: 26 de outubro de 2023.

BEHRING, Elaine Rossetti. Política Social no contexto da crise capitalista. In: **CFESS/ABEPSS** (Org.). Serviço Social, direitos sociais e competências profissionais, 2009.

BERTOLLO, Kathiúça. Planejamento e serviço social: Tensões e desafios no exercício profissional. **Temporalis**, Brasília (DF), n° 31, p. 333-356, jan/jun. 2016.

BITENCOURT, Ana Carolina Da Silva; CASTILHO, Daniela Ribeiro. A intensificação da precarização das condições de trabalho no contexto da/pandemia da COVID-19 e suas repercussões no trabalho do/a assistente social. **Congresso Brasileira de Assistentes Sociais**. v. 17, ... Disponível em: <https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/finais/0000001535.pdf> . Acesso em: 20 de outubro de 2023.

BRASIL, **Código de Ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012]. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 25 de jun. de 2023.

CANÊO, Giovanna; CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves; SANTOS, José Elson da Silva dos. O avanço do conservadorismo e suas multifacetadas no serviço social brasileiro: um estudo do significado social da profissão. Brasília: v. 16 n. 1 (2019): **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/68/59> Acesso em: 23 de outubro de 2023

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. NETTO, José Paulo. **Cotidiano: conhecimento e crítica** – 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CASTRO, Manuel Henrique. **Capítulo IV: Pan-americanismo "monroísta", desenvolvimento e Serviço Social. História do Serviço Social na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2011.

COUTO, Berenice Rojas. Formulação de projeto de trabalho profissional. In: Serviço Social – Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: **CFESS/ABEPSS**, 2009. <https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/429f4p9h466ylSR97U4f.pdf>. Acesso em: 25 de jun. de 2023.

COUTO, Eduardo Luis; TORRES, Mabel Mascarenhas. As requisições, demandas e competências requeridas ao assistente social: reflexões sobre o exercício profissional. **Congresso Brasileira de Assistentes Sociais**. V. 17, n. 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/finais/0000000797.pdf> Acesso em: 6 de novembro de 2023.

FALEIROS, Vicente de Paula. O congresso brasileiro de assistentes sociais na conjuntura dos anos 70. IN: 30 Anos do Congresso da Virada. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) (organizador), **Conselho Regional de Serviço Social – São Paulo (CRESS- 9a. Região)**, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO). – Brasília, 2009.

FERNANDES, Laryssa Danielly Silva; ROCHA, Islânia Lima da. Vida cotidiana, formação e exercício profissional - uma relação necessária para o reconhecimento e enfrentamento do conservadorismo no interior do Serviço Social. Brasília: v. 16 n. 1 (2019): **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/443/433> Acesso em: 07 de nov. de 2023.

_____. O Serviço Social no cotidiano: fios e desafios. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, nº 120, p. 706-722, out./dez. 2014.

GUERRA, Yolanda Aparecida Demétrio. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (Orgs.). A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. 2. ed. Juiz de Fora: **UFJF**, 2013a. Disponível em: <https://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/pela/pl-000563.pdf> Acesso em: 07 de nov. de 2023.

_____. Et Al. Atribuições, competências, demandas e requisições: o trabalho do assistente social em debate. **XV ENPESS**. 2016. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/guerra-e-outros-201804131237474299190.pdf&ved=2ahUKewjO1sHW5rv_AhXyR7gEHSbiCg0QFnoECA4QAO&usg=AOvVaw3_iJ5joV-JEbWidybQaotv. Acesso em: 25 de jun. de 2023.

GUIMARÃES, Elaine Friozi Garcia. Desafios e possibilidades postos para o trabalho do assistente social na execução das políticas públicas. Brasília: v. 16 n. 1 (2019): **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1602/1564> Acesso em: 23 de outubro de 2023

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, nº 120, p. 609-639, out./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/t7jmcDg9vPOG3bhmz3WTPCs/?format=pdf>. Acesso em: 25 de jun. de 2023.

____. Marxismo e Serviço Social: uma aproximação. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 18, nº 2, p. 204-226, ago. a dez. / 2018. Disponível em: file:///C:/Users/jose/Downloads/18603-Texto%20do%20artigo-77564-1-10-20181228%20(2).pdf. Acesso em: 25 de jun. de 2023.

____. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. Esboço de uma Interpretação histórico metodológica. 19ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

____. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social** - 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

LOBATO, Carla Virginia Urich. et al. Serviço Social, “calamidade pública” e prática profissional. **Congresso Brasileira de Assistentes Sociais**. V. 17, 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/finais/0000000350.pdf> Acesso em: 23 de outubro de 2023.

LOPES, Noêmia de Fátima Silva. et al. Trabalho, cotidiano e o serviço social: reflexões acerca das dimensões do trabalho profissional. Brasília: v. 16 n. 1 (2019): **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/333/331> Acesso em: 23 de outubro de 2023

MELATTI, Kelly Rodrigues. Trabalho profissional de assistentes sociais: reflexões acerca da autonomia relativa como estratégia de alargamento da ruptura com o conservadorismo. Brasília: v. 16 n. 1 (2019): **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1000/975> Acesso em: 23 de outubro de 2023

MONTAÑO, Carlos. Um projeto para o Serviço Social crítico. **Revista Katálisis**, 9(2), 141–157. 2006. <https://doi.org/10.1590/S1414-49802006000200002>. Acesso em: 25 de jun. de 2023.

MORENO, Roberta Vilela; WANDERLEY, Mariangela Belfiore. O retrato de uma profissão: os desafios do trabalho profissional do assistente social em tempos de pandemia da COVID-19. **Congresso Brasileira de Assistentes Sociais**. v. 17, 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/finais/0000001406.pdf> . Acesso em: 16 de outubro de 2023

MOTA, Ana Elisabete. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. In: **CFESS/ABEPSS** (Org.). Serviço Social, direitos sociais e competências profissionais, 2009.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 2ª ed - São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo. O projeto ético-político profissional do serviço social brasileiro. In: **Lusíada. Intervenção Social**, Lisboa, n.º 42/45, 2º semestre de 2013 a 1º semestre de 2015, p 229-242.

NÓBREGA, Pedro Ricardo da Cunha. Leituras sobre o cotidiano, a cotidianidade e a centralidade do estudo da vida cotidiana na reprodução do urbano. **Revista Rural & Urbano**, Recife. v. 02, nº 02, p. 26-46, 2017. Disponível em: file:///C:/Users/jose/Downloads/241047-140525-1-PB.pdf. Acesso em: 25 de junho de 2023.

OLIVEIRA, Marcelly Batista de; SEVERO, Mariane Mendes. O serviço social no contexto neoliberal: relações de trabalho e precarização do exercício profissional. Brasília: v. 16 n. 1 (2019): **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/650/634> Acesso em: 25 de outubro de 2023.

OLIVEIRA, Edístia Maria Abath Pereira de. CHAVES, Helena Lúcia Augusto. 80 anos do Serviço Social no Brasil: marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão. **Serviço Social & Sociedade**, (128), p. 143–163, 2017. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.098>. Acesso em: 24 de jun. de 2023.

OLIVEIRA, Natália Reis de. Desafios contemporâneos para o serviço social: algumas reflexões. Brasília: v. 16 n. 1 (2019): **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/49/41> Acesso em: 25 de outubro de 2023.

ORTIZ, Fátima Grave. O Serviço Social no Brasil: os fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes. 1.ed. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2010..

PAULA, Luciana Goncalves Pereira De. Serviço social e pandemia: os desafios da realidade e a construção de estratégias profissionais. **Congresso Brasileira de Assistentes Sociais**. V. 17, 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/finais/0000000089.pdf> Acesso em: 27 de outubro de 2023

PELLOSO, Luciana Trugillo; SILVA, Luciano Joia da. As transformações no mundo do trabalho e suas implicações no trabalho dos(as) assistentes sociais: o desmonte dos direitos sociais. Brasília: v. 16 n. 1 (2019): **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1802/1761> Acesso em: 22 de outubro de 2023

PEREIRA, Gênesis De Oliveira et al. Serviço social no INSS: alterações no processo de trabalho coletivo e desafios contemporâneos para o trabalho profissional. **Congresso Brasileira de Assistentes Sociais**. V. 17, 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/finais/0000001062.pdf> Acesso em: 24 de outubro de 2023.

REDON, Silvio Aparecido, CAMPOS, Eliane Christine Santos de. O Serviço Social e a Reprodução das Relações Sociais. **Praia Vermelha: DOSSIÊ - Territórios e lutas sociais: insurgências e resistências contra a mercantilização da vida**. v. 30 n.2 Jul-Dez/2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/article/view/31847/21351>

REIDEL, Tatiana; CORRÊA, Laís Duarte. As transformações do mundo do trabalho e suas repercussões no trabalho do(a)s assistentes sociais: breves reflexões. Brasília: v. 16 n. 1 (2019): **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/992/967> Acesso em: 27 de outubro de 2023.

ROCHA, Miliane Pinheiro da; PEREIRA, Laísa Damasceno. A dialética do fazer profissional e as armadilhas do cotidiano. Brasília: v. 16 n. 1 (2019): **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1711/1672> Acesso em: 20 de outubro de 2023.

RODRIGUES, Ana Caroline Pereira; SOUSA, Aline Cibele De. O trabalho do/a assistente social no cenário contemporâneo. **Congresso Brasileira de Assistentes Sociais**. V. 17, 2022.

Disponível em: <https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/finais/0000000810.pdf> Acesso em: 24 de outubro de 2023.

RODRIGUES, Geyzon Cosme Santos. O lugar do serviço social na política social: entre a ruptura ou conformação consentida. **Congresso Brasileira de Assistentes Sociais**. V. 17, 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/finais/0000000365.pdf> Acesso em: 24 de outubro de 2023.

SANTOS, Carla Janaina dos; ALVARADO, Mariangel Sanchez; SANTOS, Raquel dos. Crise estrutural e os desafios para atuação do assistente social no Brasil. Brasília: v. 16 n. 1 (2019): **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/51/88> Acesso em: 20 de outubro de 2023.

SANTOS, Carlos Wendell Pedrosa Dos. Neofascismo no Brasil: desafios ao serviço social. **Congresso Brasileira de Assistentes Sociais**. V. 17. 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/finais/0000001012.pdf>

SANTOS, Douglas Alves dos. Serviço social e cotidiano profissional: relações mais que profissionais. Brasília: v. 16 n. 1 (2019): **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/132/130> Acesso em: 20 de outubro de 2023. Acesso em: 20 de novembro de 2023.

SANTOS, Maria Aparecida Nunes dos; VASCONCELOS, Marlene Santiago; VICTOR, Clara Emanuely Santos; ARAUJO, Joelma Vicente de. Serviço social e conservadorismo: reflexões urgentes. **Congresso Brasileira de Assistentes Sociais**. V. 17. 2022. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1215/1191> Acesso em: 20 de novembro de 2023.

SILVA, Ádilla Jacionária Albano; et al., Trabalho, precarização e serviço social: uma reflexão sobre a precarização do trabalho e as repercussões do conservadorismo no exercício profissional contemporâneo. **Congresso Brasileira de Assistentes Sociais**. V. 17. 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/finais/0000000242.pdf>. Acesso em: 21 de novembro de 2023.

SILVA, Bianca Resende da. Serviço Social e conservadorismo: crise estrutural do capital e os assistentes sociais na cena contemporânea. **Congresso Brasileira de Assistentes Sociais**. V. 17, 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/finais/0000000165.pdf> Acesso em: 16 de outubro de 2023.

SILVA, Carolina Flexa da. **Serviço Social e Saúde Mental**: Elementos Teóricos e Práticos para Reflexão. 1ª ed. - Curitiba: Appris, 2019.

SILVA, Evelyn Melo Da. Serviço Social: os impactos do neoconservadorismo e a luta cotidiana pela manutenção do projeto ético-político. **Congresso Brasileira de Assistentes Sociais**. V. 17, 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/finais/0000001554.pdf> Acesso em: 21 de novembro de 2023.

SILVA, Everton Melo da, CARVALHO, Clarissa Andrade, Apropriação da Teoria Social de Marx pelo Serviço Social: contribuições para o amadurecimento do debate da ética. **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. 2018. Disponível em: file:///C:/Users/jose/Downloads/ekeys,+APROPRIA%C3%87%C3%83O+DA+TEORIA+SOCIAL+DE+MARX+PELO+SERVI%C3%87O+SOCIAL.pdf Acesso em: 23 de jun. de 2023.

SILVA, Fabrício Rodrigues da. Serviço Social, projeto ético-político e exercício profissional na seguridade social. **Congresso Brasileira de Assistentes Sociais**. V. 17, 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/finais/0000001424.pdf> Acesso em: 16 de outubro de 2023.

SILVA, Fabrício Rodrigues da; ARAUJO, Thamyres Alves de; et al. Reflexões sobre o neoconservadorismo: os rebatimentos para o serviço social. **Congresso Brasileira de Assistentes Sociais**. V. 17, 2022. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/459/449> Acesso em: 21 de novembro de 2023.

SILVA, Gabriela Alves; RAVAGNANI, Carmen Lúcia Cruz. O trabalho do/a assistente social: expressões no contexto de pandemia da COVID-19. **Congresso Brasileira de Assistentes Sociais**. V. 17, 222. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/finais/0000001217.pdf> . Acesso em: 16 de outubro de 2023.

SILVA, Jediane Freitas da, TENÓRIO, Luciana Dantas; Privatização das Políticas Sociais na Conjuntura Neoliberal: os novos modelos de gestão e os desafios ao projeto ético-político do serviço social brasileiro. p. 65 -84. In: **Capitalismo, Trabalho e Política Social** - Vol. 2. São Paulo: Blucher, 2017.

SILVINO, Dariana Maria; NASCIMENTO, Aryanny Fadja Bernardo do; FREITAS, Gleidiane Almeida de; SOUSA, Teresinha Fernandes Dantas. O trabalho do serviço social em tempos de reestruturação produtiva. Brasília: v. 16 n. 1 (2019): **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/623/607> . Acesso em: 16 de outubro de 2023.

SOUZA, Clarice do Carmo Santos; *et al.*, O trabalho do serviço social frente o avanço do conservadorismo. Brasília: v. 16 n. 1 (2019): **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/776/756> Acesso em: 21 de novembro de 2023.

TEIXEIRA, Elaine de Almeida Wantil. A categoria trabalho na obra de Marilda Yamamoto – Dissertação (Mestrado em Política Social) – **Universidade Federal do Espírito Santo**, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/1530/1/A%20categoria%20trabalho%20na%20obra%20de%20Marilda%20Iamamoto.pdf>. Acesso em: 20 de jun. de 2023.

TINTI, Éliidi Cristina. Capitalismo, trabalho e serviço social. In: Capitalismo, trabalho e formação profissional: dilemas do trabalho cotidiano dos assistentes sociais em Ribeirão Preto [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: **Cultura Acadêmica**, 2015, p. 31-74. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/qzyh6/pdf/tinti-9788579836558-03.pdf>. Acesso em 25 de jun. de 2023.

VIANA, Beatriz Borges. O movimento de reconceituação do serviço social e seu reflexo no exercício profissional na contemporaneidade. **I Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social** – 2015 Número ISBN: 978-85-65044-13-4.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos do Serviço Social e o enfrentamento ao conservadorismo. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 20, nº 2, p. 293-306, jul. / dez. 2020.

Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/32934/21667>. Acesso em: 16 de jun. de 2023.